

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Ivana Patrícia Almeida da Silva

**“Lar [in]dócil Lar”: A memória e o silêncio da violência no
contexto das relações conjugais**

Vitória da Conquista
2014

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Ivana Patrícia Almeida da Silva

**“Lar [in]dócil Lar”: A memória e o silêncio da violência no
contexto das relações conjugais**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Tânia Rocha Andrade
Cunha

Vitória da Conquista
2014

Si3811 Silva, Ivana Patrícia Almeida da
Lar [in]dócil Lar”: A memória e o silêncio da violência no contexto das relações conjugais; orientador Tânia Rocha Andrade Cunha - Vitória da Conquista, 2013.
140 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.

1. Mulher. 2. Conjugalidade. 3. Casamento. 4. Amor 5. Poder 6. Violência. 7. Memória 8. Silêncio. I. Cunha, Tânia Rocha Andrade. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. “Título.

Título em inglês: “Home [no] sweet Home”: The memory and the silence of violence in the context of marital relationships.

Palavras-chaves em inglês: Woman, Conjugality, Marriage, Love, Power, Violence, Memory and Silence.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha (orientadora), Profa. Dra. Acácia Batista Dias (membro titular), Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (suplente). Profa. Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (suplente).

Data da Defesa: 16 de Janeiro de 2014

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

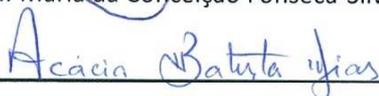


Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha (UESB)

(Orientadora)



Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)



Profa. Dra. Acácia Batista Dias (UEFS)

Suplentes

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

Profa. Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (UESC)

Local e Data: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 16 de janeiro de 2014.

Resultado:



Dedico este trabalho a todas as mulheres que se silenciam diante do seu sofrimento doméstico, no desejo que ousem gritar, e que seu grito ecoe com o de tantas outras e outros, numa corrente uníssona por uma sociedade menos violenta e mais justa com mulheres e homens.

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se a um curso de mestrado exige investimentos de toda ordem e natureza. O resultado deste trabalho é um esforço coletivo, que fazem parte uma equipe de apoio, fundamental para a sua realização. Portanto, aproveito esta oportunidade para externar o meu carinho à todos que direta ou indiretamente participaram dessa minha jornada, cada um com sua especial colaboração. Agradeço...

À Tânia, por ser mais que uma orientadora, e sim uma grande amiga, que compartilhou comigo as angústias e alegrias em todas as etapas dessa trajetória, além de ser a responsável pelo meu amadurecimento nas discussões de gênero, uma dívida intelectual e afetiva difícil de ser compensada. A ela dedico tudo que fui capaz de produzir neste trabalho. Obrigada pela dedicação e carinho.

À Jorge García Marin pela generosidade, linguagem universal que supera barreiras linguísticas. Obrigada pelas contribuições e pelo abraço carinhoso.

Às mulheres que participaram desta pesquisa, e que corajosamente se dispuseram a revolver suas memórias e romper o silêncio que contornou a violência vivida em seus laços conjugais.

Ao Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, à simpática equipe de funcionários, sempre solícita e cuidadosa e, especialmente, à coordenação, pelo esforço, seriedade e competência em conduzir este programa.

À Capes pela bolsa de estudos que tornou possível este trabalho.

Ao grupo de pesquisa Gênero e Violência, por me ajudar a problematizar a condição da mulher em nossa sociedade, e por cooperar com valiosas discussões e sugestões neste trabalho.

Aos meus colegas do PPG em Memória: Linguagem e Sociedade, especialmente à Luciana, Camila, Girlane e Adriana que comigo dividiram frustrações e muitas esperanças. Elas permanecerão em minha vida como grandes amigas.

Às mulheres da União de Mulheres de Vitória da Conquista, que me ensinaram, cada uma a seu modo, que a luta deve ser micropolítica e que devemos lutar cotidianamente, em nossas corriqueiras atitudes, por um mundo de igualdades. Estas mulheres me mostraram a importância em articular conhecimento científico e ação política. Obrigada a todas.

Ao meu filho Ian Kaled, pelo seu amor e carinho, mas especialmente pela sua incompreensão e teimosia em me seduzir a abandonar os livros e estar em sua companhia... Sedução que me condicionou a sacrificar muitas madrugadas de estudo, e me ensinou como vale a pena os sacrifícios de amor.

À Jarbas, com quem compartilho minha vida e o desejo de construir uma relação conjugal baseada na cumplicidade, no respeito e no afeto. Sou muito grata à sua compreensão e seu apoio em nossa logística doméstica, assumindo para si grande parte das nossas atribuições. Obrigada pelo cuidado e carinho como acompanhou minhas alegrias e angústias ao longo desta trajetória.

Ao meu pai José, que por acreditar em mim, despiu-se de muitos dos seus estereótipos e preconceitos, apoiando e financiando minha formação feminista.

À minha mãe Júlia, mulher forte e firme que acompanha com alegria, carinho e orgulho minha trajetória.

Ao meu irmão Leandro, pelo seu carinho honesto e desajeitado.

À minha irmã Cristiane que respeitou e entendeu a minha ausência. Obrigada pela admiração e torcida.

À minha avó Valdelice, por me fazer pensar sobre a condição contraditória de subalternidade e força da mulher em nossa sociedade, principalmente por me ensinar, por meio do seu exemplo de vida, como é possível ser feliz, apesar da opressão que nos circunda.

Aos meus demais familiares, especialmente à minha tia Maria, pelo seu cuidado cotidiano e pela risada gostosa que contagia meu dia.

Às minhas “ordinárias” amigas Priscila, Zelma e Erika, pelo encanto da companhia e pela magia de nossos encontros, momentos que me ajudou a superar muitas angústias vivenciadas na trajetória deste trabalho, e que só a intimidade afetiva e amorosa pode permitir.

À Eder, que além de grande amigo, revelou-se um SENHOR distinto e generoso, com seu sorriso largo e abraço acolhedor, me ajudou com preciosas colaborações.

À Maicon, pela alegria dos nossos encontros.

À Caio Thiago, amigo querido que entendeu este meu processo de enclausuramento.

Ao meu querido Valter, por ser energia presente em mim.

Não são as pessoas que são responsáveis pelo falhanço do casamento, é a própria instituição que é pervertida desde a origem.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Esta dissertação propõe problematizar a memória e o silêncio que envolve o fenômeno da violência contra a mulher, nas relações conjugais. Foi escolhido como corpus de pesquisa, mulheres pertencentes a grupos sociais privilegiados intelectual e/ou economicamente. A escolha dos sujeitos é devida ao questionamento das razões pelas quais o padrão de violência nas relações conjugais é mantido, mesmo após o alcance de grandes conquistas sociais femininas, especialmente aquelas que garantem à mulher autonomia financeira e status social reconhecidamente privilegiado, comparados inclusive a muitos homens do mesmo nível social.

Por se tratar de um tema tão capcioso e complexo, ele não se esgota num trabalho desta natureza, e nem é possível obter respostas objetivas e definitivas para os diversos questionamentos elencados neste estudo, eles pulsam e se atualizam em função de sua natureza dinâmica, apresentando especificidades que só podem ser compreendidas analiticamente. Portanto, as análises desenvolvidas neste trabalho, ajudam a pensar a relação entre silêncio, memória e violência nas relações conjugais, sem a pretensão de apresentar respostas definitivas.

No primeiro capítulo é apresentado, panoramicamente, o processo histórico – da antiguidade aos tempos atuais – da conjugalidade e de suas diversas configurações. Foram pontuadas as relações entre casamento, sexualidade e sentimentos afetivos, especialmente, o amor e seus matizes, com o propósito de analisar as memórias que modelaram a forma pela qual o universo feminino, construiu conceitos, expectativas e aspirações em torno das relações conjugais, ao longo do tempo. Assim, este estudo buscou compreender como as memórias da conjugalidade alimentam e retroalimentam a violência entre os enamorados.

Ao esboçar a genealogia da instituição casamento, o amor, o poder e a violência revelaram-se categorias analíticas fundamentais para analisar o fenômeno do silêncio que atravessa as relações afetivas. Elas destacaram-se como princípios estruturais das relações conjugais em todos os momentos históricos analisados. O segundo capítulo deste estudo centra-se nestas três categorias – amor, poder e violência – pela importância que elas possuem nas relações conjugais contemporâneas.

O terceiro capítulo trata especificamente da memória e do silêncio em torno da violência na relação conjugal. A pretensão foi problematizar um tema que pouco aparece nos estudos acadêmicos e é invisível nos espaços de vivência social, por encontrar-se camuflado na naturalização dos papéis femininos e masculinos previstos para o casamento e alimentado pela sacralização da família.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher. Conjugalidade. Casamento. Amor. Poder. Violência. Memória e Silêncio.

ABSTRACT

This dissertation proposes a problematisation of the memory and the silence which surrounds the violence against women phenomenon, in marital relationships. Women from Financially and/or economically privileged groups were selected as a sample. The subject choice is due to the questioning of the reasons why the violence patterns are kept in these relationships, even after women social achievements, especially those which assure to women financial autonomy e recognizably privileged social status.

Due to the fact that the subject is rather misleading and complex, it can't be completely explored in a single work, neither it's possible to obtain objective and defined answers to the questionings, for they change and update themselves in response to their dynamic nature, presenting particularities that can only be comprehended under an analytic perspective. So the analysis developed in this paper can help one to think about the relationship involving silence, memory and violence in marital relationships, with no intention of presenting definitive answers.

In the first chapter, it is, panoramically, presented the historical process, from the antiquity to the present days, of conjugality and its diverse configurations. The relationship among marriage, sexuality and affective feelings, specially love and its nuances is outlined, aiming to analyze the memories that have modeled the way in which women universe has built its concepts, expectations and aspirations about marital relationships, through time. That way we seek to comprehend how the conjugality memories feed and feedback the violence among the lovers.

The making of an outline of the institution of marriage revealed Love, power and violence as essential categories for the analysis of the silence phenomenon in marital relationships, standing out as structural principles of marital relationships, through all analyzed moments in history. The second chapter is centered in these three categories – Love, power and violence, due to their important role in the contemporary marital relationships.

Third chapter deals specifically with the memory of the silence surrounding violence in marital relationship. The purpose was to problematize a subject that barely appears in academic studies and that is invisible in social interaction spaces for it is hidden in the natural definition of the roles of men and women in marriage and is fed by the vision of the Family as something sacred.

KEYWORDS

Woman. Conjugality. Marriage. Love. Power. Violence. Memory and Silence.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 RECURSOS METODOLÓGICOS	15
2 ERA UMA VEZ	21
2.1 REVENDO HISTÓRIAS: AS RELAÇÕES CONJUGAIS NO OCIDENTE	21
2.1.1 Antiguidade	22
2.1.2 Medievo	29
2.1.3 Modernidade	31
2.1.4 Contemporaneidade	38
2.2 OPATRIARCADO: UMA PRESCRIÇÃO CONJUGAL	43
3 CONJUGALIDADE, PODER E VIOLÊNCIA	51
3.1 AMOR E CONJUGALIDADE: MAS... O QUE É O AMOR?	52
3.2 PODER E CONJUGALIDADE	59
3.3 VIOLÊNCIA E CONJUGALIDADE	73
3.3.1 Violência: visitando seus conceitos e tipologias	74
3.3.2 Violência de Gênero	78
3.3.3 Violência contra a mulher	81
3.3.4 Violência doméstica	85
3.3.5 Violência Intrafamiliar	88
3.3.6 Violência conjugal	90
3.3.6.1 Violência física	95
3.3.6.2 Violência Psicológica	96
3.3.6.3 Violência sexual	101
3.3.6.4 Violência patrimonial	103
3.3.6.5 Violência Moral	104
4 MEMÓRIA E SILÊNCIO NA CONJUGALIDADE	106
4.1 MEMÓRIA E CONJUGALIDADE	106
4.2 MEMÓRIA EM BERGSON	107
4.3 MEMÓRIA EM FREUD	110
4.4 MEMÓRIA EM HALBWACHS	112
4.5 MEMÓRIA EM POLLAK	116
4.6 A MEMÓRIA REVISITADA: A MULHER POR ELA MESMA	116
4.7 VIOLÊNCIA: O NÃO-DITO NO DISCURSO DAS MULHERES	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	143
ANEXO: Modelo de Entrevista	149

1 APRESENTAÇÃO

Penso que para o pesquisador, a escolha de um objeto de pesquisa nunca é casual. Recortar um universo de análises pressupõe o desejo de escolher este pedaço e não outro em seu lugar. É assim, nessas sutilezas de manifestações, que subjetivamente o pesquisador aparece, com toda a sua humanidade e história.

Dizer isto significa que falo de um determinado lugar, de um tempo e de uma história de vida, atravessadas por andanças, geografias, subjetividades e afetos. Foi enquanto mulher, nordestina, urbana, que cresceu com o privilégio de ouvir e de sensibilizar-se com as histórias de um não-amor conjugal de uma avó, campesina, analfabeta, mãe de 25 filhos, que, desde cedo, o encantamento pelas especificidades do lugar feminino se fez presente em minha vida.

Hoje, como psicóloga, tenho a oportunidade de conhecer de perto outras mulheres, de outros lugares, com outras histórias e vivências amorosas e conjugais. Tal experiência me possibilita perceber as distâncias e as proximidades entre a avó da minha infância e os dilemas existências das mulheres do meu tempo. Foi assim que transformei minha rudimentar inquietude infantil em problema de pesquisa acadêmica.

Tornou-se clichê falarmos dos avanços sociais conquistados pelas mulheres ao longo da história, tais conquistas são explícitas ao observarmos o progresso e o processo de profissionalização feminina, experimentado nos últimos 50 anos. Porém, o que me intriga e me incita à pesquisa é conhecer o que está atrás da porta, longe dos olhos “sociais”, o que é sub-reptício, sorrateiro, o segredo contido no cotidiano. Será que as relações afetivas acompanharam o ritmo das conquistas femininas percebidas em nossa sociedade? Qual o resultado desses avanços para as relações conjugais do nosso tempo? Diante da nossa herança histórica e da memória coletiva construída em torno do feminino, o que compõe este lugar na contemporaneidade? Estas incitações aguçam problematizações que não se esgotam e para as quais não existem respostas prontas, elas pulsam e se atualizam em função de sua natureza dinâmica e política, impondo particularidades que só podem ser pensadas analiticamente.

Assim, o objetivo deste estudo foi compreender o silêncio das mulheres em torno da violência que sofrem em suas relações conjugais. Ao definir a população feminina como o corpus da pesquisa, o trabalho assume uma perspectiva de gênero.

A escolha do objeto de pesquisa, além de tudo que já foi posto, também se justifica por já estudarmos a vulnerabilidade feminina relacionada à violência doméstica¹. Diante da experiência de estudos anteriores, evidenciamos uma relação de poder que perpassa as relações conjugais levando, em muitos casos, à prática da violência. A violência contra a mulher é um fenômeno social capciosamente silencioso que se faz presente em grande parte das vivências conjugais femininas já estudadas pelo grupo de pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante do universo de possibilidades em estudar a violência contra a mulher e após diversos recortes e remendos realizados ao longo do processo, decidimos por fim “apurar as vistas” sobre o silêncio que circunda o fenômeno da violência nas relações conjugais. Elegemos este objeto de análise, tendo em vista o nosso desejo em observar de perto as fissuras imperceptíveis de nossa estrutura social, que por assim ser, estão fossilizadas e cristalizadas nas heranças culturais.

A violência conjugal, pela sua própria natureza histórica, intimamente ligada à sacralização da família, pretende-se secreta. Tal afirmação é confirmada em nossa escuta profissional, que através dos relatos de vivências matrimoniais femininas, percebemos a sutil presença de violências incrustadas na estrutura que sustenta a institucionalidade do casamento.

O tema contemplado nesta pesquisa vai muito além da quantificação dos dados de violência contra a mulher, aos quais temos acesso via publicações midiáticas. A tentativa deste estudo é sanar a nossa ansiedade em melhor compreender este fenômeno sociocultural, apontado pela nossa prática clínica como o responsável por grandes inquietações e sofrimentos, especialmente para o universo feminino. Dessa forma, pretendemos contribuir com possibilidades interpretativas para dados quantitativos sobre a violência conjugal.

Hoje, meio século depois da simbólica e fervilhante década do surgimento dos movimentos feministas, resgatar a memória das instituições familiares, com um olhar especial para as relações de poder e violência, é uma forma de compreender este complexo e contraditório fenômeno e de perceber as consequências de uma longa trajetória de militância

¹ A autora participa do grupo de estudos e pesquisas “As Múltiplas faces dos Estudos sobre Gênero, Infância e Juventude” na linha “Relações de Gênero e Violência contra a Mulher” do Museu Pedagógico da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

feminista, através das ressonâncias desse movimento social, reverberadas nos comportamentos cotidianos das mulheres contemporâneas.

Fazer emergir a memória subjacente às relações de poder, constituídas no complexo sistema matrimonial, e dentre suas matizes e relevos, as tramas e tensões relacionadas à violência velada, presente na conjugalidade, constituiu o maior interesse desta pesquisa. Para tal empreitada, foi necessário entender o que enlaça sujeitos em formas relacionais de intimidade como o casamento, como foi igualmente necessário buscar pistas nas relações de poder, instaladas no interior das práticas e discursos da vida conjugal privada. Categorias como amor, afeto e sexualidade são estruturantes no estabelecimento dos vínculos matrimoniais e, portanto fundamentais para este estudo.

Para pensar a violência existente nas estruturas familiares, estamos interessadas em ampliar nosso olhar para o discurso das práticas e rituais que contemple formas sorrateiras e cotidianas de poder, em detrimento de circunscrever o olhar aos fatores macroestruturais de natureza sócio-econômica-cultural.

Assim, este estudo, fruto do nosso tempo histórico, não almeja uma neutralidade analítica. Ao contrário, ele permite os inevitáveis atravessamentos de nossa subjetividade ao longo de todas as discussões, cujo propósito é potencializar a análise dos dados colhidos.

1.2 RECURSOS METODOLÓGICOS

As teorias somos nós a passar no espelho da nossa prática científica dentro do espelho maior da nossa prática de cidadãos.

Boaventura de Sousa Santos

A violência conjugal é uma modalidade específica da violência de gênero que ocorre entre os parceiros nas relações de intimidade. Embora se reconheça a existência da violência entre os dois polos da relação, seja ela heterossexual ou homossexual, neste trabalho abordou-se apenas o padrão hegemônico de relação conjugal: a heterossexual, com análises que contemple a perspectiva da violência contra a mulher, dito de outra forma, este estudo refere-se apenas à violência perpetrada por homens contra mulheres na relação conjugal. Para colaborar com as análises, foram utilizados postulados teóricos de autores como: Saffioti, Giddens, Vaitsman, Ariès, Foucault, Bauman, entre outros.

A escolha do objeto desta pesquisa não se deu de forma solitária, a relação com o grupo de estudos e pesquisas “As Múltiplas faces dos Estudos sobre Gênero, Infância e Juventude” na linha “Relações de Gênero e Violência contra a Mulher” do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, é anterior à aprovação da pesquisadora no programa de pós-graduação, ao qual este trabalho está vinculado e foi fundamental para amadurecer as problematizações sobre o tema desta pesquisa.

A partir dos estudos desenvolvidos neste grupo, que foi possível acessar a tese de doutorado da orientadora deste trabalho, intitulada “O preço do silêncio: violência conjugal contra mulheres de camadas médias e alta”, desenvolvida em 2004, que apresenta grandes contribuições para a análise do fenômeno da violência, principalmente ao dar voz às mulheres dos estratos sociais mais altos, nos quais está situada com primazia a família tradicional moderna, curadora dos castos e pudicos valores burgueses, em que temas como a sexualidade e as nuances da violência conjugal encontram-se blindadas no silêncio e na privacidade de suas vivências. Existindo apenas o consultório psicoterápico e o escritório de advocacia como possíveis espaços sociais de ajuda, abertos à escuta e ao acolhimento destas vítimas.

No processo de delineamento da pesquisa e definição do seu corpus acatamos, por sugestão tanto da orientadora deste estudo quanto da coordenadora do programa de pós graduação ao qual este trabalho está vinculado, a proposta de trabalhar com os dados já coletados na pesquisa de doutorado acima citada. Para isso, pudemos acessar as fontes primárias desta pesquisa por meio das entrevistas realizadas para o desenvolvimento da referida tese. Durante a leitura, percebemos que a riqueza do material não se exauriu no estudo já realizado, reforçando a possibilidade de também utilizá-lo como material de pesquisa para esta dissertação. Estes documentos encontram-se conservados na íntegra em gravações de áudio e em formato digital e impresso, como parte do arquivo particular da orientadora deste estudo.

A partir da definição do corpus de pesquisa e da análise sistemática dos documentos arquivados, decidimos fazer uso de todas as entrevistas realizadas, por percebermos que cada sujeito trazia singularidades que contribuía para o enriquecimento das análises, de modo que não foi necessário, nem possível, reduzir o número de entrevistas a serem analisadas para esta pesquisa.

Portanto, foram analisadas 17 entrevistas, realizadas em 2004, com mulheres entre 33 e 72 anos, a maior parte delas são separadas, e se reconheciam como vítimas de violência doméstica. Destas mulheres, apenas duas, se encontravam convivendo com os parceiros. O único critério de seleção definido *à priori* foi o socioeconômico, apesar de apresentarmos as

idades das depoentes a título de comparação para o leitor, categorias como idade, nível de escolaridade e raça/etnia não foram considerados para este estudo.

Na apresentação do percurso metodológico, realizado para a coleta dos dados, que foram utilizados neste estudo², a pesquisadora descreve a dificuldade em definir o status socioeconômico dos sujeitos de sua pesquisa, justificada tanto pela complexidade social do nosso país, que em função da sua dimensão geográfica, apresenta diferentes referências regionais para definir a posição socioeconômica dos indivíduos, quanto pelo desconhecimento de algumas entrevistadas, da verdadeira condição econômico/financeira de seus cônjuges. Como salienta Cunha (2004, p.17):

Em alguns casos, durante a conversa, constatávamos que, nem sempre, aquela mulher, que pertencia a uma família tradicional ou que foi casada com um homem de prestígio, tinha a condição econômica imaginada. O mesmo aconteceu com algumas mulheres, que, sendo de origem pobre e casadas com homens de posses, ao se separarem, voltavam a ter um padrão de vida parecido ao que tinham quando solteiras.

A seleção dos sujeitos da pesquisa, para as entrevistas a qual este estudo se baseou, contou com a colaboração de indicações de amigos e conhecidos da pesquisadora que, ao descrever o percurso metodológico realizado, justifica este critério de seleção através do próprio objeto que norteia esta pesquisa: o silêncio que envolve a violência na relação conjugal. De modo que, pela natureza deste fenômeno, o caminho possível para a pesquisadora, naquele momento, foi acessá-las por meio dos seus vínculos de amizade.

Em função da natureza do nosso objeto de pesquisa, dentre os diversos procedimentos metodológicos e técnicas de coleta de dados, o método qualitativo e a entrevista semiestruturada foram escolhidos. Cunha (2004, p.18) justifica tal escolha:

Para a coleta dos dados empíricos, privilegamos a técnica qualitativa da entrevista semiestruturada, com um roteiro previamente estabelecido. Utilizamos este recurso por compreender que, por meio dele, haveria garantia relativa de maior objetividade, com flexibilidade e liberdade para explorar aspectos da experiência de vida não previstos no roteiro, mas relevantes para o trabalho e considerados importantes pela entrevistada. Assim, a função do roteiro foi facilitar a conversa e não restringi-la, procurando escapar à rigidez da metodologia, muitas vezes, utilizada como uma camisa de força.

² Consultar: CUNHA. Tânia Rocha Andrade. O preço do Silêncio: violência conjugal contra mulheres de camadas médias e alta. 2004, 220f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Esta postura metodológica reflete a nossa preocupação com os problemas relacionados à cientificidade das Ciências Sociais, que muitas vezes, em busca da objetividade científica, própria das ciências naturais, corre-se o risco de descaracterizar o que há de essencial nos fenômenos e processos sociais: o sentido dado pela subjetividade dos sujeitos. Segundo Minayo (2012, p.11), “a cientificidade tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração, e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos”.

Dito isso, o objetivo deste estudo é compreender o silêncio das mulheres em torno da violência que sofreram em suas relações conjugais. Para tanto, baseado no método indutivo, analisamos os dados que foram coletados por meio de entrevistas com mulheres que sofreram violência na relação conjugal.

A partir destes dados, resgatamos a história de violência vivida por essas mulheres, por meio da memória que elas construíram deste fenômeno. O interesse era a reconstrução do passado, na forma como ele é atualizado, vivido, sentido e reconfigurado no presente. Por conseguinte, o que importa nesse processo não é a mera recordação do passado, mas antes a sua ressignificação.

Este passado, como ressalta Silva (1999), não é “engessado”, ele não é tomado de forma congelada, cristalizada. Esse passado é relativizado pela noção de tempo fluido, ou seja, é ressignificado a partir da reconstrução da memória no tempo presente, narrada pelas mulheres durante as entrevistas, a partir da provocação da pesquisadora no processo de coleta de dados.

Esta produção acadêmica propõe-se a discutir um complexo problema social, de caráter subjetivo, com questões muito particulares, que abrangem um conjunto de fenômenos humanos de diversos significados, motivos, crenças, valores, aspirações e atitudes. Entendemos que a escolha por uma pesquisa de caráter qualitativo e de abordagem fenomenológica responderia às expectativas deste estudo, vez que um material desta natureza oferece a oportunidade de aprofundar contradições e permite o acesso a um discurso polissêmico, já que se trata de um fenômeno que além de complexo é múltiplo, permitindo a nós apenas a tentativa de compreendê-lo.

Uma das principais características da pesquisa qualitativa é o papel desempenhado pelo pesquisador, uma vez que este pode compreender a situação da pesquisa, por estar imerso em todo o seu processo. Berg e Smith (1988) assinalam que uma das premissas da pesquisa qualitativa é a impossibilidade de se alcançar o conhecimento, separando o objeto de estudo da subjetividade tanto do investigado quanto do investigador. A subjetividade não

somente é inevitável na busca desse conhecimento, como também é deste lugar que se pode descobrir as construções que são produzidas pelos indivíduos em seus relacionamentos.

Com o propósito de alcançar uma percepção integral e panorâmica das entrevistadas, o roteiro da pesquisa foi construído baseado em seis temas, quais sejam: dados pessoais, relação com a família de origem, relação conjugal, violência, situação atual e vida societária.

Quanto ao discurso, alguns critérios foram adotados para a análise das entrevistas, cujo foco foi explorar um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o silêncio que permeia a violência conjugal.

Em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor. [...] Assim, ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social. (MINAYO, 2012, p.80).

Portanto, não propusemos categorias à priori, buscamos identificar o que é homogêneo, por intermédio de representações genéricas a partir de opiniões que se repetem, como também recorreremos à nossa sensibilidade em capturar elementos idiossincráticos presentes no discurso de cada sujeito. É oportuno ressaltar ainda, que, para garantir a cientificidade do método, procuramos manter um diálogo contínuo entre a literatura e o fenômeno em análise, com o propósito de gerar discussões sobre o objeto de pesquisa, cuja finalidade é fornecer subsídios para uma maior compreensão analítica do fenômeno. Cabe salientar que o nome e a identidade das entrevistadas foram resguardados e que elas concordaram em participar voluntariamente da pesquisa.

2 ERA UMA VEZ...

Este primeiro capítulo dedica-se ao estudo histórico do casamento, da sexualidade e dos sentimentos que envolvem as escolhas matrimoniais, especialmente o amor e seus matizes, levando em consideração as idiossincrasias, mas também, a memória coletiva³ sobre o significado do amor e como este sentimento modela e configura as atuais relações conjugais, afetivas, sexuais e muitas vezes violentas entre os enamorados. Nesse sentido, é fundamental analisar as relações saber-poder-prazer, problematizadas por Foucault (2011), que permeiam as relações afetivas. Para este autor, a sexualidade, longe de ser um fenômeno natural, instituiu-se como dispositivo de controle, instaurado pelas relações sociais de saber-poder. Portanto, a história da concepção de amor e sexualidade é a história dos sistemas de valores fundamentais em cada sociedade e por isso não é possível explicar suas formas e variações sem examinar o contexto em que se formaram.

2.1 REVENDO HISTÓRIAS: AS RELAÇÕES CONJUGAIS NO OCIDENTE ⁴

Para o desenvolvimento deste estudo, é fundamental uma análise sobre as formas de sentimento que consolida a dinâmica das uniões conjugais, bem como sobre as construções sociais que norteiam o casamento e a sexualidade. Nesse sentido, uma visita, mesmo que panorâmica, ao processo histórico das relações conjugais e suas diversas configurações delineadas historicamente se faz necessário, especialmente pela importância em resgatar genealogias e memórias que alimentam e retroalimentam os sentimentos e as motivações das atuais escolhas matrimoniais, e compreender a forma pela qual o universo feminino, ao longo do tempo, construiu seus conceitos, expectativas e aspirações para as relações conjugais.

2.1.1 Antiguidade

³ Termo cunhado pelo filósofo francês Maurice Halbwachs ao elaborar uma espécie de sociologia da memória. Sua teoria consiste na afirmação de que a memória individual existe somente a partir de uma memória coletiva, ou seja, a memória só pode ser pensada a partir de convenções sociais. Nesse sentido, concebe a materialidade empírica e observável da memória na sociedade e não no corpo. Consultar: HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. Editora Centauro: São Paulo, 2006.

⁴ Para este trabalho adotamos os quatro períodos históricos em que esquematicamente se divide a História Ocidental, a saber: 1. Antiguidade (de 3.500 a.C. até 476 d.C.); 2. Medievo (do século V até o século XV); Modernidade (do século XV ao século XVIII e Contemporaneidade (do século XVIII até hoje).

O amor tal qual o conhecemos hoje é uma invenção moderna e muito recente na história da humanidade. Poucos são os indícios que temos sobre o amor na Pré-história, os poucos registros revelam que foi um período exclusivamente caracterizado pela coletividade. A concepção de indivíduo foi construída muito tempo depois.

As demonstrações de amor das quais temos notícias, são evidenciadas por fragmentos arqueológicos, como por exemplo, o enterro dos mortos que sinalizam rituais de cuidado e afeto. Segundo Del Priore (2005), datam de 1750 a.C. expressões amorosas encontradas em pequenas peças de argila, porém muito pouco se pode inferir sobre o sentimento amoroso da pré-história.

Neste longínquo período, o vínculo entre o sexo e a procriação era desconhecido, as crianças eram criadas por todos da tribo e a união dava-se por grupos. Não foram encontrados indícios de casamento neste período.

Lins (2012a) afirma que na pré-história não havia submissão, apesar da mulher ser dotada de um poder miraculoso, capaz de gerar outro ser, prover alimento ao produzir leite e fazer o órgão sexual masculino se erguer. A autora também atesta que o conhecimento sobre as funções do casal parece só ter surgido com a descoberta da agricultura, por volta de sete mil anos atrás, fato este que fez com que o homem domesticasse animais, descobrindo assim a função do macho na procriação. A partir dessa descoberta, o senso de posse do homem, sobretudo a ideia do patriarca começou a se desenvolver.

O homem-caçador se tornou homem-pastor, enquanto a mulher-coletora se transformava em mulher-fazendeira. E esta seria uma mudança de efeitos quase incalculáveis nos relacionamentos futuros homem-mulher, mas a descoberta das causas da reprodução é que entronizou o homem como patriarca. (LINS, 2012a p.22).

A literatura aponta que o estabelecimento do sistema patriarcal foi sendo gradualmente estruturado há aproximadamente sete mil anos. Segundo Lins (2012a) sua lógica foi implementada no ocidente com a democracia ateniense do século V a.C.

Na Grécia, especificamente em Atenas, que era o principal centro cultural e intelectual do ocidente, durante o grande período da civilização grega, existia uma organização hierárquica muito bem definida e marcada por profundas desigualdades sociais e especialmente conjugais. De acordo com Lins (2012a, p. 42):

Atenas passou rapidamente da economia doméstica, semiprimitiva, para a economia urbana, e daí para o imperialismo [...]. Quando o lar perdeu sua

posição, que era a de fonte única de alimentos, vestimenta e outros itens essenciais, ele deixou de ser o centro da existência do homem; transformou-se em mera obrigação social, de resto dispendiosa [...] os maridos se tornaram ausentes da vida familiar. Não valorizavam as esposas e tinham muito pouco contato com elas.

Em contradição ao despótico poder masculino, a posição socioeconômica da mulher grega era muito limitada, ela não desempenhava nenhum outro papel feminino importante além de gerar descendentes legítimos e obedecer ao marido. Apesar de ser cidadã, seu status social era comparado aos dos estrangeiros e escravos, ela era privada dos espaços públicos e masculinos, vivia enclausurada no gineceu⁵, não possuía direitos políticos e nem acesso à educação. A figura feminina era rodeada de preconceitos e mitos pejorativos sobre a sua existência. Vista como traidora, era capaz de destruir a humanidade, motivo pelo qual era excluída da vida pública e impedida inclusive de escolher seu próprio esposo. Tannahill (1983, p. 102) afirma que:

Até o século III A.C., os gregos consideravam todas as mulheres como irracionais, hipersexuadas e moralmente defeituosas. Pode-se deduzir que elas fossem irracionais por lhes ter sido negada a instrução, hipersexuadas porque se queixavam de que os maridos raramente dormiam com elas e moralmente defeituosas porque os criticavam ao perderem tanto tempo filosofando na Assembleia, quando deviam estar fora dali, ganhando a vida. A harmonia doméstica não era uma característica da vida grega.

Além da cidadã grega, esposa, mãe dos filhos legítimos e fiel guardiã do lar; existiam as concubinas, mulheres livres, raramente escravas ou atenienses desprovidas de dotes. Estas mulheres se dedicavam aos cuidados quotidianos que a vida física exigia e também tinham por função a procriação, em substituição à esposa quando esta era infértil ou só gerasse meninas. Porém, como assinala Curado (2012) um homem escolhia uma mulher para concubina não para viver maritalmente com ela ou para ter filhos, mas devido ao prazer sexual e a fortes razões emocionais, insinuando que, diferentemente do casamento combinado, estas relações eram baseadas em laços sentimentais.

Por fim, existiam as prostitutas, que segundo Curado (2012) eram divididas em três subcategorias. No subsolo da hierarquia estavam as *pornaes*, imigrantes estrangeiras, meninas abandonadas pelos pais, escravas ou ex-escravas que para sobreviver trabalhavam em bordéis

⁵ Espaço existente nas casas da Antiga Grécia, que era destinada unicamente às mulheres e aos membros daquela família, os homens autorizados a entrarem neste espaço eram: o pai, o marido, o filho, o irmão, o tio. Todos ligados a mulher por laços de parentesco. Não era permitido a um homem de fora entrar neste espaço.

por modestos honorários. Numa escala acima estavam as *citaristas*, solicitadas nas festas e banquetes, que ofereciam além da companhia, entretenimento musical e sexual.

No topo da hierarquia estavam as *hetairas*, mulheres cortesãs com elevado nível social, versadas nas artes da música, canto, dança, na literatura clássica e na política. Mulheres das quais os homens solicitavam prazeres sexuais. Além disso, elas eram parceiras amorosas, confidentes e companheiras de festas.

A hetaira caracterizava-se por frequentemente se ausentar de casa e passearem facilmente pela rua, ao contrário do que acontecia com a cidadã grega de estirpe, esta, as raras vezes que tinha acesso ao espaço público, apresentavam pudicos e recolhidos comportamentos e estavam sempre acompanhadas de algum membro da família.

Ao contrário das moças bem nascidas, as hetairas, geralmente de cidadania ateniense, eram treinadas com rigor para serem sexualmente excitantes, mentalmente estimulantes, cheias de encantos, erotismo e sedução, capaz de interessar a homens inteligentes. Hunt (1963) observa que a literatura grega refere-se muitas vezes à hetaira com se ela fosse uma verdadeira amiga, uma nobre companheira e muito superior à mulher virtuosa. Curado (2012), por sua vez, revela que tais participações sociais enriqueciam a formação cultural e social dessas mulheres, por estarem em contato com políticos filósofos, artistas e intelectuais.

Porém, todas essas mulheres tinham como dever a subserviência ao homem grego, Eisler (1995) assinala que essa visão das mulheres era simbolizada pela obsessão que se tinham pelo pênis como objeto do poder e pela autoridade masculina. Uma passagem famosa do *Contra Neera* de Demóstenes, diz:

Na verdade, o casamento consiste nisso: quem gera filhos, introduz os filhos homens entre os membros da fratria e do demo e dá as filhas em casamento aos homens, como se elas fossem suas próprias. Com efeito, as hetairas nós as temos para o prazer, as concubinas para o cuidado diário do corpo, mas as esposas para que tenham filhos legítimos e mantenham a guarda fiel da casa. (APOLODORO, 2012, p. 127-128).

O casamento na Grécia antiga era visto como uma obrigação jurídica e social, principalmente para o filho primogênito, cujo objetivo era a perpetuação da linhagem paterna através de filhos do sexo masculino e o prolongamento dos rituais e festejos familiares. Porém, segundo Curado (2012), os maridos não sofriam limitações sexuais. Apesar de inevitável, o casamento e a família não esgotavam o universo das relações entre homens e mulheres atenienses e nem impossibilitavam a realização de outras relações masculinas.

Na civilização grega clássica somente o homem tinha o direito de ser amado. Curado (2012) afirma que o bem-estar de um ateniense implicava a existência de diversos tipos de mulher. O cidadão grego tinha à sua disposição: a esposa, a concubina, as pornaes, as citaristas, as hetairas além do efebo, jovem aprendiz possuidor de valorosas qualidades masculinas como beleza, força, resistência, habilidade e velocidade, que além dos estudos da filosofia e da moral, era iniciado nas artes do amor, através da prática da pederastia, por um cidadão grego de maior ascendência intelectual e cultural. Para os gregos, o amor por um jovem, dotado de fascínio físico e intelectual, aperfeiçoava o caráter tanto do amante como do amado.

Na mitologia grega são inúmeros os registros do interesse sobre o amor, a exemplo da Odisseia e da Ilíada, textos do poeta épico Homero, que contam a história da guerra de Troia travada em nome do amor a uma mulher.

A civilização grega estabeleceu uma intensa relação de amor ao esteticamente belo e perfeito, nesse contexto, o amor masculino não possuía sexo. O adultério por parte dos homens só era punido quando o envolvimento acontecia com a esposa de outro homem, por ser considerado um desrespeito a este, posto que as relações extraconjugais com os efecos e outras mulheres eram corriqueiras nesta sociedade. Já para a mulher adúltera, era inevitável a dissolução do casamento, além de sofrer severas e violentas punições.

Já no Império Romano, as mulheres gozavam de uma maior autonomia, comparadas às mulheres gregas. Elas podiam transitar em público sem a autorização do marido e recebiam convites para eventos sociais, mas ainda assim, eram subordinadas aos homens, passavam toda a vida sob a tutela de seu marido, que detinha o poder de castigá-las, escravizá-las, vendê-las e até matá-las.

Em Roma, o casamento estava ligado aos vínculos do clã, à necessidade de sobrevivência, às questões religiosas e à geração de bons cidadãos que perpetuassem a ordem social e a linhagem. O casamento era um ato privado, sem a necessidade de um contrato. Para algumas formas de casamento havia o costume de o casal ganhar presentes e a cerimônia nupcial era realizada com a presença de testemunhas até a consumação da união, simbolizada pelo ato sexual.

Segundo Tannahill (1983), tradicionalmente, existiam três formas de casamento romano. A primeira, a *confarreatio*, de difícil dissolução, era altamente cerimoniosa e ritualística. A segunda, a *coemptio*, assemelhava-se à nossa cerimônia civil, era preferida por aqueles que não tinham dinheiro, pois, dispensavam as ostensivas cerimônias. A terceira forma, a *usus*, nesta só legalizava a união após um ano de convivência entre os esposos.

Assim como na Grécia, a família romana era patriarcal, o poder do pai era delegado ao marido e seus familiares através do casamento. Porém, apesar da obediência da esposa ao marido, o afeto mútuo entre o casal era considerado desejável. Lins (2012a) afirma que no Império Romano o amor era, na maioria das vezes, considerado uma distração intensamente sexualizada e apesar de não ser moralmente reprimido, apresentava uma estreita relação com sentimentos como a ira.

Ainda consoante com Lins (2012a) as relações afetivas na antiga Roma, compreendiam uma variedade de possibilidades fora do casamento, sendo o adultério a única união considerada ilegal e, ironicamente a mais desejada. Quanto maior os tormentos recíprocos e os flagrantes de infidelidade, maior era o brilho do amor. A autora afirma também que o amor tinha a reputação negativa, tanto por reduzir o valor masculino, ao envolver a dependência do homem a um sujeito moralmente inferior – a mulher – quanto por levar o indivíduo a perder o controle numa cultura obcecada pela dominação. Na Roma antiga o amor era frequentemente encarado como diversão animada, por ser sexualmente intenso e não prejudicado pela noção de pecado, porém estava intimamente relacionado com a obscenidade e com o ódio.

Entre os séculos I e II a.C., a prática do adultério era frequente. Tannahill (1983) revela que na tentativa de restaurar a unidade da família e a moralidade sexual em Roma, este assunto foi tomado como público e tornou-se objeto de uma série de leis impostas pelo Imperador Augusto, que objetivava inibir a prática do adultério feminino.

As relações amorosas entre os homens diferenciavam-se grandemente dos costumes gregos, pois não havia a necessidade de atrativos intelectuais e filosóficos. Normalmente, estas relações eram estabelecidas entre um homem livre e um escravo. Para os romanos, a passividade masculina ao ponto de se deixar possuir era considerada uma infâmia. Já o sexo entre as mulheres era considerado monstruoso, ilegal e vergonhoso.

Após a crucificação de Cristo, ainda nos primeiros séculos, homens e mulheres consideravam o amor uma sensação destinada a ser gozada até a fadiga ou até o tédio se manifestar. Os divórcios eram frequentes, juridicamente, bastava que um dos dois se afastasse com a intenção de se divorciar. Hunt (1963) referencia-se em Sêneca ao tratar das relações adúlteras da época, quando este proclama que uma mulher com apenas dois amantes era padrão de virtude. A filosofia romana – baseada nos valores do poder e da riqueza, adeptos do divertimento sem barreiras – foi, segundo Hunt (1963), o motivo pela qual as mulheres passaram, cada vez menos, a interessarem-se pela maternidade. No seio da classe dos patrícios, os casamentos se tornaram, ao longo do tempo, menos férteis.

Tannahill (1983) assinala que os romanos sofreram sérios problemas populacionais. Para este autor, o fracasso dos romanos em criar famílias tinha a ver tanto com fatores voluntários, definidos e reforçados pelos valores sociais, que muitas vezes agiam contra a produção de filhos e contra o próprio casamento, quanto por fatores involuntários, como as altas taxas de mortalidade causadas por epidemias de vírus invasores, por exemplo.

Lins (2012a) evidencia que numerosos moralistas consideravam o estilo de vida romano responsável pelos males sociais. Esta autora levantou a hipótese de que o enfraquecimento do Império Romano tivesse contribuído para mudanças de valores referentes à família, ao casamento e à sexualidade.

Nessa época, o cristianismo começa a tomar fôlego e imprime uma nova moral aos valores romanos com o progressivo desgaste do erotismo pagão no declínio do Império. O cristianismo critica o luxo, castiga os prazeres e condena o sexo, classificando-o como abominável, qualifica o casamento como um sistema de vida repugnante e poluído, é hostil ao aborto e ao abandono de crianças – prática muito comum na Roma antiga – pune a homossexualidade e todos aqueles que cometem adultério.

Foi na Antiguidade Tardia – período que se inicia com o declínio do Império Romano do Ocidente, a partir do século III e que se estende até o século VI. – o momento histórico de grande expansão do cristianismo, que apresenta como principal novidade a ligação entre a carne e o pecado, esse fato promove profundas transformações nos conceitos de casamento, amor e sexualidade.

Contrário à valorização do prazer das sociedades gregas e romanas, o cristianismo impunha a condenação geral da sexualidade e uma rigorosa regulamentação do seu exercício. A religião cristã moraliza o casamento ao introduzir a culpa a respeito do prazer sexual e ao valorizar a castidade. Segundo Araújo (2002), até o século V, as ideias cristãs eram favoráveis à renúncia aos prazeres da carne, defendia a castidade e o celibato. Lins (2012a) revela que o casamento continente, baseado na ausência total de sexo, tornou-se, na Antiguidade Tardia, o ideal de casamento cristão.

Os primeiros textos cristãos, segundo Vainfas (1992), valorizavam o ascetismo, a castidade, a continência e a virgindade em detrimento do casamento e da família. Uma vasta literatura consagrada à virgindade surgiu entre os séculos III e IV.

A virgindade era a garantia da ascese [...]. Entre as mártires femininas, as favoritas eram as virgens que preferiam sofrer o tormento do piche fervente, da roda da tortura e do ferro em brasa a consentir no ato sexual. (LINS, 2012a, p.143).

Como prova de fé, era comum a fuga para o deserto em busca da pureza espiritual através de uma vida ascética, além da autoflagelação, da privação do sono, do conforto e da alimentação.

A virgindade era, pois, o “verdadeiro” casamento, signo da união ente Deus e os homens, entre Cristo e a Igreja. O “outro” casamento, aquele que unia homens e mulheres, estava, nessa época, muito longe da santidade. [...] A grande oposição estabelecida pelo discurso religioso da época, não era tanto a de casamento versus fornicação e sim a de virgindade versus casamento, carregado este último de uma valoração negativa. (VAINFAS, 1992. P. 10-11).

Araújo (2002) afirma que neste período histórico os rituais do matrimônio mantinham os costumes romanos, não existia intervenção religiosa e era considerado um ato privado entre nobres, baseado na transmissão de títulos, de alianças políticas e de herança. Nesse contexto, a mulher era parte do patrimônio familiar, cujo princípio baseava-se na procriação.

Tais imposições, porém, não se estendiam a todos os filhos, assim como na civilização grega, elas eram válidas apenas para o primogênito, responsável pela transmissão da herança, pela perpetuação da linhagem e pelo exercício do poder familiar. Ficando os demais filhos livres para, no exercício da fé cristã, optar pelo celibato.

2.1.2 Medievo

A Idade Média teve como marco inicial a queda do Império Romano no século V que trouxe o caos político à Europa Ocidental. Lins (2012a) afirma que a Igreja soube, em meio a toda agitação social, adaptar-se aos costumes bárbaros. Ela participou ativamente da complexa fusão da antiga sofisticação romana com as culturas primitivas bárbaras.

Nessa época, as repressões sociais eram mais ostensivas, as expressões corporais são amplamente reprimidas, período em que desaparece a herança grega do esporte, da arte e do teatro.

Os cristãos dissociavam amor de sexo. O amor era unicamente dirigido a Deus, sinônimo de ascese e contemplação. Segundo Lins (2012a) os homens deveriam mortificar-se e recolher-se para o exercício do amor em busca da graça, o que implicava a recusa da carne. O sentimento amoroso conjugal se aproximava de uma relação de ternura e amizade. O que

chamamos de amor hodiernamente, era visto como paixão sexual irracional, selvagem e destrutiva, este tipo de sentimento estava na contra mão das relações matrimoniais.

Mas apesar da rigidez cristã, Mary Del Priore (2005) evidencia que o amor, discutido em livros, surge a partir da Idade Média e por isso este período histórico é considerado, para a autora, berço do amor cortês e pai do amor romântico, conceitos que influenciam as concepções amorosas da contemporaneidade. É época em que surge a figura dos trovadores, responsáveis por estabelecer novas configurações para as relações afetivas entre homens e mulheres.

De acordo com Del Priore (2005), os trovadores cantavam o amor cortês, valorizando a coragem, a lealdade, a generosidade, a submissão do amado à sua dama, momento em que o homem se vê menos conquistador do que conquistado e a mulher menos presa do que recompensa. O sentimento amoroso cantado pelos trovadores reproduzia as relações feudais que caracterizavam as condições sociais da época, eles normalmente eram servos de suas damas e, portanto configurava-se um amor impossível pelos diversos e ásperos obstáculos.

A trama romanesca é precisamente a dificuldade e a impossibilidade, aqueles que assumiam posturas socialmente desviantes na tentativa de realizá-la (antes da morte), como os clássicos contos de Abelardo & Heloísa e Tristão & Isolda, invariavelmente tinham um fim trágico. Mas, em matéria de amor, o trovadorismo foi a grande invenção da Idade Média. Para Del Priore (2005), a nossa grande herança da poesia medieval é a busca do amor impossível.

Fazendo uma análise histórica do amor-casamento, na Idade Média o amor era platônico, considerado uma representação do ideal inatingível, calcado na idealização da pessoa amada perfeita e inacessível, ou seja, o amor era incompatível com o casamento.

Foi na expansão da poesia trovadoresca, que a legislação do matrimônio foi elaborada pelo IV Concílio de Latrão, em 1215, e alçado sacramento no Concílio de Florença no ano de 1439. A igreja já vinha interferindo na normatização do matrimônio, desde a reforma gregoriana no século XI, impondo a monogamia e o celibato, bem como se atentando aos interesses ligados à transmissão do patrimônio, à distribuição do poder, à conservação de linhagens e ao reforço de solidariedades de grupo.

Araújo (2002) afirma que, com a expansão do cristianismo, a Igreja aos poucos passa a estender seu poder sobre o casamento. Até o século XII as uniões conjugais eram recomendadas como “freio” para os libertinos e impudicos, mas ainda assim, assumia uma conotação negativa e inferior para o Clero. Vainfas inclusive sinaliza evidências de violência e submissão nas relações conjugais, ao esclarece que:

A vida conjugal foi sempre hostilizada como fonte de angústia, inquietação, turbulência, em oposição à serenidade da alma no corpo virgem. Desavenças, irritações, ciúmes, conflitos que podem levar ao crime, eis a natureza do casamento. Se a virgindade corresponde à verdade e à liberdade, o casamento equivalia à mentira e à escravidão. (VAINFAS, 1992, p. 11).

Foi só a partir do século XII que a religião passou a intervir na normatização do casamento ao sacralizá-lo e defini-lo como espaço exclusivo e legítimo para uso da sexualidade, tendo como único fim a procriação.

Segundo Vainfas (1992), o casamento, elevado à categoria de sacramento, transformou-se em alvo de inúmeras reflexões discursivas em relação ao desejo. Tornando-se objeto de estrita normatização de suas práticas, momento em que a confissão, em nível de seus atos, passa a ser obrigatória, e revela-se uma técnica de fundamental importância para a vigilância das relações matrimoniais.

O ideal de recusa que, nos primeiros tempos, opunha a virgindade ao casamento, passou a opor o casamento às relações não-conjugais, admitindo-se com reticências, o uso do prazer no leito dos esposos. Essa mudança cristalizada na altura do século XII e XIII, correspondeu ao aperfeiçoamento de dois elementos básicos da problemática cristã: a forte tendência à codificação da moral e o método confessional. (VAINFAS, 1992, p. 85).

Assim, a Igreja adotou um só padrão sexual, sendo considerada uma injúria contra a natureza, utilizar a sexualidade para outro fim. Mesmo havendo os transgressores como as concubinas e os amantes, as determinações religiosas se impuseram. A Igreja desde então tem interferido na regulamentação da união afetiva através do casamento e da família, definindo rituais e moralizando comportamentos.

O que herdamos de mais significativo deste período histórico, foi a moralização dos atos sexuais, por meio da técnica da confissão que, com afirma Vainfas (1992), tal técnica assumiria importância vital e duradoura na metodologia de poder no mundo ocidental.

2.1.3 Modernidade

*Por meio de uma mulher fomos enviados à
destruição; por meio de uma mulher, a salvação nos
foi restituída*

Santo Agostinho

Período histórico caracterizado principalmente pelas fervilhantes transformações e revoluções sociais. Como produto do seu tempo histórico, as relações conjugais e afetivas acompanhavam as dinâmicas sociais, momento em que o sentimento amoroso passou a associar-se ao espírito e à matéria.

Hunt (1963) afirma que gradativamente dualísticos, os sentimentos de amor e de sexo se tornaram irremediavelmente emaranhados na luta entre a religião da Idade Média e o humanismo da Renascença. Tal dualidade se faz intensamente presente no conceito renascentista do feminino, neste momento a mulher passa a ocupar lugares sociais antagonicamente binários, de santa e feiticeira, Virgem abençoada e Eva pecadora, objeto de adoração e depósito de uma luxúria abominável.

Os homens ao mesmo tempo desprezavam e adoravam as mulheres, consideravam-nas santas e desprezíveis – anjos e prostitutas – mas essa dualidade mostrou-se especialmente gritante durante a Renascença, na qual os corpos femininos eram retratados como templos imaculados de beleza que deviam ser estudados e venerados, enquanto dezenas das supostas bruxas eram insultadas, torturadas e exterminadas em público. (ACKERMAN, 1997, p. 101).

Na renascença, o casamento, antagônico ao amor, era fundamentalmente uma transação financeira. Hunt (1968) esclarece que o amor platônico não constituía nem base para se realizar um casamento, nem parte essencial dele. As mulheres eram consideradas mercadorias, cuja fertilidade era extremamente valorizada e os casamentos eram contratos arranjados pelos homens da família, sem a possibilidade de escolha para as mulheres. Segundo Ackerman (1997), a gravidez era a vida e o negócio de uma mulher. O divórcio era impossível.

Reinava o Neoclassicismo que, baseado em princípios empíricos, valorizava a razão em detrimento da religião. Esperava-se que todos ocultassem seus sentimentos em apologia ao autocontrole.

Porém, em consonância com a dualidade deste período histórico, eram comuns as extensivas reuniões em muitas das cortes renascentistas, com a participação de poetas, pintores, músicos, escritores e intelectuais, eles promoviam debates intermináveis sobre a vida, a ética, o comportamento, a poesia e o amor. Fruto desses encontros surge os manuais de civilidade, cujo propósito é normatizar e refinar as regras de comportamento social da aristocracia.

A literatura de “civilidade” – expressada através dos manuais de boas maneiras do século XVII – segundo Áries (1981), trata inclusive das condutas amorosas ao aduzir que “a solidez de uma união (das gentes de bem) não depende apenas dos laços espirituais, mas

também dessas outras coisas humanas que a preservam” (p. 240). Para este autor, a origem da literatura sobre a civilidade do século XIV ao XVII é bastante complexa, ela se liga a gêneros muito antigos, entre eles encontram-se aqueles que prescrevem as regras de moral, eles ensinavam várias condutas tanto sociais quanto domésticas, como a de desconfiar das mulheres (inclusive a própria), escolher bem a sua mulher, evitar a gula (sobretudo quando esta acompanhava o “vergonhoso desejo do amor”). Outra fonte dos tratados de civilidade foram os manuais do amor do século XVI, como o *Roman de La Rose* que é um modelo do gênero, assim:

Ele ensina que se deve evitar o ciúme, que o marido não é o senhor de sua mulher (isso mudaria mais tarde), que o amante deve instruir-se nas ciências e nas artes de agradar à sua amiga, que não deve repreendê-la, procurar ler suas cartas ou surpreender seus segredos [...] não dizer grosserias, evitar o orgulho, ser bem apessoado e elegante, alegre e contente, generoso e que se deve colocar o coração num só lugar [...] são receitas para ganhar a simpatia das mulheres e de todos os companheiros de uma vida em que nunca se estava sozinho, mas sempre no meio de uma sociedade numerosa e exigente. (ÁRIES, 1981, p. 247).

Áries (1981) esclarece ainda que a vida, até o século XVII, era vivida em público. Momento em que era comum aos mercadores e cortesãos estudarem grande número de “livros de cortesia” nos quais as maneiras dos gentis-homens⁶ eram descritas em minúcias, com o propósito de reproduzir seus comportamentos tão bem vistos e valorizados socialmente. A vida conjugal possuía uma configuração em que não havia espaço para o privado e para a intimidade, características fundamentais no desenvolvimento do afeto matrimonial e do moderno sentimento de família. O autor exemplifica este comportamento renascentista através da descrição das cerimônias de casamento, herdadas dos rituais matrimoniais romanos, em que não há lugar para a privacidade dos cônjuges.

As cerimônias tradicionais que acompanhavam o casamento eram consideradas mais importantes do que as cerimônias religiosas, como a bênção do leito nupcial, a visita dos convidados aos recém-casados já deitados, as brincadeiras durante a noite de núpcias entre outras práticas, são provas do direito da sociedade sobre a intimidade do casal. Porque haveria alguma objeção, se na realidade não existia quase nenhuma intimidade, se as pessoas viviam misturadas umas com as outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas? A densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia com sentimento de valor. (ÁRIES, 1981 p. 273).

⁶ Segundo a descrição de Hunt(1963) um gentil-homem deveria ser de nascimento aristocrático, conhecedor dos clássicos e possuir tanto estilo literário como estilo de conversação.

O amor cortês estava veementemente presente para os renascentistas, com seus princípios preservados, apresentava pequenas modificações em função da passagem do tempo e das mudanças sociais. Neste momento, era necessário o encontro entre o amante e sua dama, fato que acentua a importância da arte do *bel parlare* em detrimento das grandes proezas medievais realizadas longe e em homenagem à amada. Porém, ainda era fundamental que este amor permanecesse casto e avesso ao sexo, para ilustrar essa afirmação, Hunt afirma que:

O que importava para esta reunião particular de cortesãos e de damas da renascença não era a conquista sexual, e sim o prolongamento do êxtase casto e das exaltações puras; o que importava era a condução por assim dizer artística dos jogos conversacionais; era a delonga do amor purificado. Entretanto, eles não consideravam isso como sendo mera diversão, nem passatempo trivial; a filosofia dignificava a atitude, atribuindo-lhe um objetivo elevado e meritório, sem o complicado e fastidioso mecanismo dos bons serviços, nem das complexas devoções da cavalaria. (HUNT, 1963, p.166).

Sem a necessidade dos medievais feitos heroicos, o amor cortês pulveriza-se na sociedade renascentista deixando de ser privilégio apenas da aristocracia. Será a classe média, copiando as condutas da nobreza na esfera do amor romântico, quem vai aos poucos massificar a aproximação dos valores do amor cortês para as relações conjugais. Essa tímida aproximação entre os enamorados configura-se como um passo fundamental para a conjunção contemporânea de amor e de casamento.

Apesar da separação entre amor e sexo ser dominante na Renascença, é deste momento que se tem notícia das primeiras tentativas de aproximação de ambos. A título de exemplo podemos citar a emblemática biografia de Henrique VIII, rei da Inglaterra, que desejoso em unir amor e casamento, desafiou e rompeu suas relações com a Igreja, tornando o casamento por amor uma possibilidade, pois, como afirma Hunt (1963), a maioria dos homens e mulheres renascentistas esforçava-se para serem platonicamente espiritualizados e ascéticos, mas normalmente satisfaziam seus desejos sexuais em lugares “vergonhosos”.

Assim, na medida em que as forças repressivas medievais desapareciam, a burguesia, a família e a vida privada passaram a ter importância social. O casamento deixou paulatinamente de ser uma transação financeira e começou a necessitar também de investimento afetivo, fato que exigiu uma aproximação, mesmo que sutil, entre amor e sexo no casamento.

No Iluminismo, o amor saiu de moda entre as pessoas mais instruídas, foi preciso livrar-se das visões místicas e intuitivas do passado e deixar que a nova visão científica e racional guie todas as decisões.

No seio das classes superiores e intelectuais, o amor romântico – sofredor e idealizador – afigurava-se meramente como uma loucura supersticiosa da infância da humanidade, sendo assim, eles preferiam considerar o amor como um tema de desejo sexual natural. Segundo Hunt (1963), Voltaire, um dos maiores protagonistas do racionalismo considerava a paixão como sendo a fonte capital da loucura humana.

Surgiu então, na Aristocracia Iluminista, a galanteria, uma rotina socialmente exigida e cheia de rituais que envolviam sedução e adultério. A emblemática figura de Don Juan é uma típica caricatura deste tipo de envolvimento. Para a alta nobreza europeia dos séculos XVII e XVIII, o amor era visto como obra-prima da retórica: podia ser aprendido e controlado.

Havia uma grande diferença para as vivências afetiva, sexual e conjugal, definidas pela classe social de cada sujeito. Giddens (1993) afirma que entre os camponeses de algumas partes da Europa seiscentista, o beijo, a carícia e outras formas de afeição física, associadas ao sexo, eram raros entre os casais casados, porém, eram numerosas as relações extraconjugais masculinas, ao passo que entre os grupos aristocráticos,

A licenciosidade sexual era abertamente permitida entre as mulheres “respeitáveis”. A liberdade sexual acompanhava o poder e é uma expressão de poder; [...] as mulheres eram suficientemente liberadas das exigências de reprodução e do trabalho rotineiro para poderem buscar o seu prazer sexual independente. Evidentemente isso jamais esteve relacionado ao casamento. (GIDDENS, 1993, p. 49).

Até o século XVII, a vida sexual de toda a sociedade era regida pela moral cristã, como também a distinção bem marcada entre amor e casamento. Valorizava-se o discernimento entre os cônjuges, relacionando o amor aos valores morais da cristandade e condenando o prazer no matrimônio.

O homem das Luzes denunciava os dogmas e a superstição que se opunham à razão e a tolerância. O século XVII deu início à repressão da sexualidade enquanto prática, e incitação enquanto discurso, por meio da produção de uma verdade moralizadora e normatizadora sobre as práticas sexuais. Foucault (2001, p.12) relaciona a emergência deste fenômeno à ordem político-econômica:

Pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII [...] faz-se com que se coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe,

imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção. [...] Se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se?

No século das luzes, o discurso médico, em detrimento do discurso religioso de outrora, configurou-se como o lugar de saber autorizado a falar sobre o sexo e a sexualidade, regulando a sua prática em sincronia com a ordem político-econômica, Catonné (2001) afirma que este discurso torna-se ainda mais repressivo do que aquele praticado pela Igreja. Para esta última, a masturbação era um pecado; para a Faculdade, ela se torna uma doença que compromete o prognóstico vital.

Em relação à percepção Iluminista do feminino, apesar da repulsa às explicações religiosas, justificativas racionais foram elaboradas para conservar e manter o lugar de inferioridade social da mulher. Segundo Hunt,

O racionalista comum, não tendo mais que desprezo para com as trevosidades e os medos das primeiras formas do cristianismo, já não pensava mais que a mulher fosse um mal, apresentado sob forma colorida, e uma porta de entrada para o inferno. Por outro lado, ele desdenhava as fantasias místicas do neoplatonismo. Entretanto, a sua visão de mulher, embora realística e sã, estava longe de incluir a aceitação dela como seu igual, ou mesmo como um ser humano inteiro. Ela ainda era, aos olhos do indivíduo masculino da classe superior, um ornamento e um brinquedo; uma incompetente legal; uma beócia congênita. Não tendo fundamento religioso para desprezar a mulher, ele justificava a contínua subserviência dela, na Idade da Razão, proclamando que ela era inerentemente não-razoável. (1963, p. 256-257).

Apesar de socialmente ainda ser preservada a submissão e inferioridade das mulheres, no campo da sexualidade e do erotismo, uma maior liberdade feminina começava a se delinear. Um grande exemplo dessa mudança foi a popularidade alcançada pelos bailes de máscaras da época, lugar em que homens e mulheres escondiam suas identidades, mascaravam-se com roupas e indumentárias inclusive do sexo oposto, assim, favorecendo a transgressão à rigidez das distinções de gênero. As mulheres tinham a oportunidade de assumir liberdades sem precedentes, pois a máscara as protegiam das calúnias.

Lins (2012) esclarece que, nesses bailes, cochichos, observações sugestivas, apertos, beijos e bolinagens constituíam a norma. O anonimato permitia que o comportamento coletivo não sofresse constrangimentos. Esta autora ainda afirma que os bailes de máscaras deram às mulheres do século XVIII um inusitado senso de liberdade erótica, associando-os à emancipação sexual feminina.

No que se refere ao casamento, preservava-se a tradição, principalmente para a Aristocracia, na qual os cônjuges mantinham vidas separadas e os casamentos eram arranjados por dinheiro, nome de família e posição social. Segundo Hunt(1963) o amor, ou a atração mútua entre a noiva e o noivo, raramente constituía problema porque dificilmente era levado em consideração.

Para a nobreza o adultério era uma prática corriqueira, já para a burguesia a situação era totalmente diferente, a jovem casadoira tinha a chance de participar da escolha do cônjuge, haja vista que a posição social não tinha uma importância tão grande quanto na Aristocracia. Como consequência deste comportamento, os casamentos burgueses apresentavam um índice significativamente menor de adultérios comparados aos da Aristocracia, nos levando a inferir que a sexualidade e a afetividade eram vividas de forma distinta em função da classe social.

A reivindicação do casamento por amor prosseguiu ao longo de todo o século XVIII. Nos meios populares, onde os interesses contavam menos e onde os jovens se frequentavam, o sentimento começava a ocupar um lugar no casamento. Mas não nos meios esclarecidos do Iluminismo. Reivindicava-se uma união com sentimento, mas mantinha-se o casamento arranjado e os hábitos masculinos da nobreza. A revolução não mudou nada disso. Esses costumes permaneceram exatamente assim até o século XIX. (LINS, 2012. p.79).

Foi a partir da Revolução Francesa – momento em que diversas classes sociais minoritárias se apresentam no cenário histórico, deixando como herança um conjunto de princípios que ajudariam a modelar a fisionomia da época Contemporânea – e como reflexo dos seus vários desdobramentos que, segundo Patman (1993), teve início as reivindicações femininas contra a milenar segregação das mulheres, por meio de movimentos femininos preocupados com a desigualdade do contrato matrimonial e a posição de inferioridade da mulher na sociedade.

Aliados ao desapego religioso do homem das Luzes e nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, que o patriarcado com suas coerções tradicionais – justiça arbitrária, sujeição ao pai, obediência ao marido – são problematizados e começam a enfraquecer. Este aspecto, aparentemente, insinua o início de uma transformação social que favoreceu o surgimento de um movimento emancipacionista feminino.

2.1.4 Contemporaneidade

Como vimos até então, amor, sexo e casamento eram categorias que não necessariamente se relacionavam, visto que em todos os períodos históricos aqui descritos, o casamento era tomado como lócus reprodutivo e de negociação econômica e familiar desde a sua escolha – definida pelos pais dos cônjuges – sendo a sexualidade e o afeto relegados às relações amorosas ilegais.

Como ressonância das transformações e revoluções sociais, timidamente se introduz uma forma completamente diferente de relacionamento conjugal que possibilitou a junção entre amor e sexualidade dentro do matrimônio. É a partir de uma nova forma de conjugalidade que, em detrimento da manutenção de uma propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, prioriza-se a satisfação dos impulsos sexuais e afetivos até então realizados fora do espaço familiar.

Araújo (2002) afirma que o amor e a sexualidade dentro do relacionamento conjugal é uma construção burguesa que ao passar por um longo processo histórico, evidenciado pelas peças shakespearianas do século XVI, como também pelas ideias de liberdade individual da Revolução Francesa no século XVIII, atinge a condição de “amor irresistível” do nosso tempo, tão bem capturado pela cinematografia hollywoodiana.

Na Idade Moderna, a sacralização do casamento como espaço legítimo para a procriação, causa última da sexualidade, defende o amor contido e ataca o amor-paixão como imoral e impudico. Até este período o casamento estava longe de ser o lugar do encontro amoroso, o matrimônio era contraído não sob o alicerce da atração sexual mútua, mas priorizando a situação econômica e política dos cônjuges. Segundo Giddens (1993), entre os pobres o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário e de garantir a subsistência. Neste contexto, era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo conduzisse à paixão sexual.

A dessacralização do casamento tem início no final do século XVIII, período conhecido como romantismo, em que a sociedade burguesa passa a valorizar a sensibilidade – um estado de espírito hiperemocional. Coadunando com este período histórico, a literatura sofre grandes mudanças perceptivas, passa a ser bonito sofrer de insônia e melancolia, associando amor e morte. É por influência do Romantismo, que o casamento por amor aparece no final do século XVIII, caracterizado por uma demanda romântica de satisfação do corpo, do coração e do espírito.

Araújo (2002) afirma que a burguesia, ao desmistificar a religião – processo que promove mudanças radicais no conceito de família e na ordem da vida social –, edificou a

origem do casamento moderno, cuja característica principal está na valorização de um amor que é atravessado pelos conceitos de felicidade e realização pessoal, incluindo sobretudo, aqueles de cunho sexual.

Assim, é o amor romântico, motivado pela escolha do ideal amoroso, que está na origem do relacionamento conjugal moderno. Ele faz alusão à tradição do amor cortês do século XII que, após sofrer diversas transformações ao longo do tempo, foi lentamente sendo apropriado pelo ideal burguês que o domesticou para a afetividade conjugal, instalando-se no interior do casamento a partir do século XVIII.

Durante o século XIX, a formação dos laços matrimoniais, para a maior parte dos grupos na população, baseava-se em outras considerações além dos julgamentos de valor econômico. Ideias de amor romântico, antes de tudo exercendo a sua principal influência sobre os grupos burgueses, foram difundidas em grande parte pela ordem social. “Ser romântico” passou a ser sinônimo de cortejar e os “romances” foram as primeiras formas de literatura a alcançar uma população de massa. A difusão dos ideais do Amor romântico foi um fato que tendeu a libertar o vínculo conjugal de laços de parentesco mais amplos e proporcionou-lhe um significado especial. Maridos e esposas eram vistos cada vez mais como colaboradores em um empreendimento emocional conjunto, este tendo primazia até mesmo sobre sua obrigação para com os filhos. (GIDDENS, 1993, p.36).

Essa nova configuração das relações conjugais alterou os papéis dos sujeitos e dos ambientes, priorizando a relação afetiva entre os cônjuges e elegendo o espaço privado do lar como o lugar de funcionamento emocional da família

O “lar” passou a ser considerado um ambiente distinto, separado do trabalho, e, pelo menos em princípio, converteu-se em um local onde os indivíduos poderiam esperar apoio emocional, em contraste com o caráter institucional do local de trabalho. (GIDDENS, 1993, p.36).

Embutido na origem desse ideal de amor romântico, domesticado pela burguesia, estão as influências que afetaram de cheio as mulheres, como a criação do lar, a modificação da relação entre pais e filhos e a “invenção da maternidade”. Giddens (1993, p. 52) declara que, “alguns têm dito que o amor romântico foi um enredo engendrado pelos homens, para encher suas cabeças com sonhos fúteis e impossíveis”. As ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior.

No Brasil, em função do seu status colonial, as dinâmicas sociais não acompanhavam o mesmo ritmo das mudanças ocorridas nos grandes metrópoles europeias e, por ser assim, apesar das semelhanças, principalmente relacionadas aos princípios morais e religiosos, a

nossa sociedade colonial apresentava pitorescas peculiaridades. Diversos historiadores afirmam que no Brasil, até o século XIX a procriação e em geral a satisfação do impulso sexual ocorriam com maior frequência fora do que dentro do âmbito da família.

A vida rural da maior parte da população, as elites iletradas, a falta de bibliotecas e escolas, o escravismo, a formação de famílias mestiças e portadoras de hábitos e valores diversos, o hibridismo cultural tingiram com cores específicas as representações sobre os afetos e os amores. Além dessas características, há outra, mais importante. Enquanto o velho mundo construía, com minúcias o que chamamos de “vida privada”, nicho por excelência das relações amorosas, nas colônias essa mesma privacidade balbuciava na precariedade do cotidiano. Independentemente do seu requinte ou rusticidade, as casas de outrora ensejavam, como lembra o historiador Ronaldo Vainfas, pouquíssimas oportunidades de vivências privadas. Vizinhança de parede-meia, cafuas cobertas de capim, casas senhoriais repletas de agregados, escravos e parentes: enfim, não era sob esses tetos que os amores medravam com liberdade. (DEL PRIORE, 2005. p. 22-23).

Apesar da tentativa da Igreja em regulamentar o cotidiano das pessoas por meio de suas tecnologias de controle, como os sermões dominicais e a severa vigilância doutrinal das confissões, Corrêa (1981) afirma que “se há uma família definida como normal, ela é única por contraste com a grande massa não familiar que a cerca, definida como anormal”. Evidenciada pelos arquivos e registros da época, a extensiva e persistente irregularidade das relações afetivas parecia ser o padrão majorante de conjugalidade.

Para se ter ideia, Venâncio (1997) revela que no Brasil do século XIX a cada três mães brancas, uma havia tido filho fora do matrimônio, dados que revelam a regularidade de comportamentos clandestinos que contrapunham às exigências de recato social. Era alto o índice de abortos, infanticídio e de enjeitados no Brasil desta época, o autor justifica tais condutas femininas, pela rigidez dos valores impostos à sociedade brasileira oitocentista. A mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita aos preconceitos sociais. O mundo colonial conviveu com índices entre trinta e sessenta por cento de bastardia entre os livres e de cinquenta a cem por cento entre os escravos. Tais dados revelam que apesar das exigências de comportamentos pudicos e resguardados, a sociedade colonial brasileira estava longe de atender a tais expectativas.

D’Incao (1989), esclarece que no Brasil colônia era comum uma forte vigilância das mulheres e moças, para evitar o encontro dos corpos e não causar transtornos no sistema de casamento, as moças casadoiras eram bem tratadas e trancafiadas para garantir o status da noiva como objeto de valor econômico e político. Ainda sobre esta questão, Del Priore, (2005. p.15) escreve:

No Brasil uma dicotomia atravessa a maior parte das fontes documentais. A que opõe o amor na prática e o amor idealizado. O primeiro enraizado nas realidades de uma sociedade biológica e culturalmente mestiça, marcado pelo machismo e pelas formas patriarcais de dominação. O segundo baseado na sublimação, capaz de alimentar um imaginário particular sobre o sentimento amoroso, encontrados na literatura.

D'Incao (1989), em seu estudo sobre o amor e a família no contexto brasileiro, afirma que para as classes sociais mais elevadas no Brasil do século XIX, ocorreu uma mudança de sensibilidade em relação ao que se chama de amor e de sexualidade. Essa mudança, fruto das influências do Romantismo, promoveu o afastamento dos corpos e uma vigilância constante dos sujeitos, cujo propósito era manter os preceitos românticos e evitar a fornicação.

Até o século XVIII as flertadas entre os pretendentes eram recheadas de beliscões e aproximação, essa relação passa a ser mediada por regras prescritas pelo amor romântico, vivido em silêncio ao suspirar, escrever, pensar e sofrer. Foi só nas últimas décadas do século XIX que a felicidade conjugal, o amor e a sexualidade passaram a ser consideradas numa escolha matrimonial.

Araújo (2002) afirma que entre os séculos XIX e XX instituiu-se um discurso disciplinador, para suprimir as formas de sexualidade não relacionadas com a reprodução e com o casamento, anexando-se as irregularidades sexuais à doença mental. Como consequência disso aumentou as instâncias de controle e vigilância, que além da religião, são agora instauradas pela pedagogia e medicina que através do campo de saber psicopatológico interfere nos prazeres privados do casal.

A família que se delineou no período Pós Industrial, orientada pelas mudanças estruturais do século XIX, configurou-se como uma família urbana, sintonizada com o processo de industrialização e voltada para si mesma, promovendo o distanciamento entre casa e trabalho ao fomentar um grande investimento na relação intrafamiliar, tornando-se detentora do lazer, do monopólio afetivo e da preparação e educação para a vida.

Segundo Lins (2012b), na primeira metade do século XX, o carro e o telefone mudaram as formas como as pessoas se relacionavam, adquirindo mais privacidade longe dos olhares alheios. No período pós-guerra o casamento por amor vira regra, a busca agora é por um par ideal.

A década de 1960 é a década da revolução sexual, época em que surge a pílula e popularizam-se os movimentos gays e feministas. A busca pelo prazer compete com a busca pelo amor. Ocasão em que entram em cena novos tipos de relacionamentos como o casamento aberto. Porém, o ápice dessa mudança aconteceu a partir da década de 1970, com

grandes mudanças sociais como as discussões sobre aborto, as manifestações feministas e os movimentos de minorias, a progressão das uniões livres, a liberação da palavra e do olhar, enfim, todas estas transformações sociais mudaram as formas de conjugalidade e de interpretação sobre o amor e o sexo. Antes disso, a sexualidade era associada ao pecado e à religiosidade, através de uma ética sexual definida pela moral religiosa que imperava na sociedade impedindo amor e sexo de se harmonizarem.

Neste sentido, as relações conjugais são moldadas pelos valores de cada época. Apesar da herança das tradições, o casamento contemporâneo acompanha as mutações sociais, econômicas e comportamentais do seu tempo, possibilitando assim, inovar e ressignificar as diversas formas de amar e de se relacionar.

Fica claro, ao longo deste capítulo, que o casamento, contemporaneamente compreendido como a escolha voluntária e afetiva de um companheiro para a vida, está historicamente costurado tanto pelo ideal do amor romântico, quanto por preceitos religiosos que juntos determinaram, durante muito tempo, e hoje em menor intensidade, papéis bem definidos para homens e mulheres.

Como postula Del Priore (2005), um dos grandes conceitos históricos sobre o amor está relacionado ao romantismo. O amor romântico tão explorado pela literatura, pelo teatro, pela música e pelo cinema alimenta e retroalimenta há séculos os suspiros femininos e apaixonados de numerosas gerações. Diversos autores (Beauvoir, 1980; Giddens, 1993; Neves, 2007), principalmente os que discutem a condição feminina numa perspectiva feminista, condenam o amor romântico como cúmplice do machismo ao percebê-lo como construção de valores que promovem o aprisionamento da mulher no espaço doméstico, sobre a égide do seu amado.

A união conjugal moderna possui como premissa básica o afeto, a amizade, o companheirismo e o sexo entre os cônjuges. Neste contexto a procriação se coloca como mais uma escolha do casal, os propósitos econômicos e psicológicos dos cônjuges tornaram-se objetivos centrais na relação. Para Ariès(1985), no casamento moderno prioriza-se o amor-paixão, vinculado tanto ao amor romântico quanto ao amor sexual que,segundo este autor, tende a acabar com o tempo, tal escolha tem como consequência a efemeridade dos relacionamentos, assim sendo, a procriação coloca-se como um grande desafio aos casais modernos.

2.2 O PATRIARCADO: UMA PRESCRIÇÃO CONJUGAL

Diante do panorama da história do amor aqui delineado, fica claro que os conceitos de amor, sexualidade e casamento estão de tal forma imbricados, que impossibilita desvencilhá-los para uma análise isolada. Este inter cruzamento somado à natureza social que estas categorias apresentam, permite que cada período histórico exprima peculiaridades relacionadas à sua dinâmica. Portanto, a família que é por excelência o espaço existencial da intercessão entre o amor, a sexualidade e o casamento, torna-se o espaço privilegiado do nosso corpus de pesquisa.

Não podemos definir a família como algo biológico, algo natural ou dado, mas sim como produto de formas históricas de organização entre os humanos. Narvaz&Koller (2006) afirma que:

Premidos pelas necessidades materiais de sobrevivência e de reprodução da espécie, os humanos *inventaram* diferentes formas de relação com a natureza e entre si. As diferentes formas de organização familiar foram, portanto, *inventadas* ao longo da história. Uma destas formas de organização, centrada na figura masculina, foi a família patriarcal. (p. 49-50).

Antes de falar sobre a família patriarcal, será necessário fazer uma incursão na origem do conceito de patriarcado, que assim como a família, é uma construção histórica e cultural, *inventada* socialmente.

Não há indícios da existência do sistema patriarcal nos primórdios da humanidade, estudos antropológicos evidenciam que as sociedades primitivas eram tribais e baseadas na coletividade, sem apresentar vestígios de que algum dos sexos tenha sido o dominante. Para Tannahill (1983), foi a domesticação de animais que contribuiu para a descoberta da potencial contribuição do macho à procriação, “um só carneiro poderia emprenhar mais de cinquenta ovelhas. Com um poder comparável, o que não conseguiria o homem fazer?” (p.49). Ainda segundo este autor,

Algo aconteceu durante os misteriosos sete mil anos do neolítico, para transformar o homem de um parceiro mais ou menos igual na sociedade humana, em um déspota reconhecido. Seu controle sobre os animais de carga e produtores de alimentos tinha alguma coisa a ver com isto. (TANNAHILL, 1983 p. 49).

A origem do patriarcado é polêmica. Suas raízes são muito antigas, elas remontam às sociedades primitivas, Segundo Saffioti (1987), o patriarcado é considerado, historicamente, o mais antigo sistema de dominação-exploração humana. A hegemonia da dominação masculina é anterior ao período da história registrada, cabendo apenas conjecturas sobre sua

ascendência. No entanto, o patriarcado é um ponto constitutivo das sociedades, ele encontra-se tão enraizado na nossa cultura que tendemos a naturalizá-lo de modo a tornar suas manifestações quase imperceptíveis.

A relação familiar é fundamental na conceituação do patriarcado. O vocábulo “patriarca” significa “chefe de família”. Portanto, o sistema patriarcal se constitui no formato de organização social da família, quando o sujeito masculino, simbolizado na figura do pai, exerce autoridade preponderante não somente diante dos filhos, mas perante os demais membros incluindo, especialmente, a relação conjugal.

A interpretação patriarcal do “patriarcado” como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento – um contrato original que instituiu o casamento e a família – e de que eles são maridos e esposas antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino. (PATMAN, 1986, p. 49).

O Patriarcado é um tema polêmico e exaustivamente discutido, especialmente por intelectuais feministas, que problematizam o seu conceito trazendo à tona questões políticas relacionadas ao seu significado, tecendo críticas ao modelo positivista do constructo weberiano⁷ que universaliza e homogeneiza os papéis sociais femininos.

Neste estudo, o interesse é compreender as consequências deste sistema para as ideologias que circundam o matrimônio, este recorte foi feito por ainda se tratar do sistema hegemônico de organização familiar em nossa sociedade e por ser o modelo que norteia os tradicionais princípios do casamento.

A família que antecede o desenvolvimento do capitalismo constituía-se de forma muito mais ampla, ela compreendia a propriedade do patriarca, este possuía a mulher, os filhos os escravos e a terra. Portanto, a família não era blindada num espaço privativo, havia antes, uma abertura que permitia além da reprodução, a produção de bens de consumo e o intercâmbio com a sociedade como um todo, haja vista a extensão social desta instituição.

⁷Em seus postulados sobre dominação, Weber classifica o patriarcalismo como um tipo de dominação tradicional. Nesta modalidade de dominação, quem ordena é o senhor e quem obedece são os súditos, as regras são determinadas pela tradição, regida pela honra e pela boa vontade do senhor. A aceitação desse tipo de dominação se dá em nome da obediência aos tradicionais níveis de hierarquia social, cujo exercício de autoridade é personificado na figura do patriarca. Weber ainda ressalta que a dominação tradicional é estável, devido à solidez do meio social e à dependência direta que a tradição tem com a consciência coletiva. Consultar: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

A família nuclear surge com o desenvolvimento capitalista, cujo propósito é sustentar um modo produtivo através da manutenção e reprodução da força de trabalho. Narvaz&Koller (2006) afirmam que as relações sexuais passaram a ser predominantemente monogâmicas com o estabelecimento da propriedade privada, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. Este formato cede a função da família patriarcal, delegando ao âmbito público a produção de bens de consumo e restringindo à família o espaço privado e a função reprodutiva. Parece que esta transição dá origem a uma hierarquia que foi sendo reforçada ao longo do tempo, construindo a memória de uma cartografia social que demarca o espaço público como o território masculino da política, do direito e do trabalho, enviesado por normas androcêntricas; e o espaço privado como território feminino, lugar menor de auxílio e manutenção do funcionamento da máquina social, através da reprodução e do cuidado cotidiano daqueles responsáveis pelas importantes decisões sociais.

A família tradicionalmente monogâmica é um espaço de controle social, exercido principalmente a partir do controle dos corpos. Ela traz em seu bojo um controle que se exerce de forma hierárquica, em que o homem assume uma posição privilegiada em detrimento da mulher. Materialmente visível, esta relação desigual entre os gêneros passa a ser percebida como uma relação naturalizada. Transforma-se assim a natural diferença entre homens e mulheres em hierarquia de poder, de forma que a diferença entre os gêneros ganhe um cunho político. Para Safiotti (1996), estabelecer uma hierarquia pela diferença é um aspecto cultural e político das relações de gênero.

As problematizações das relações de gênero só conquistam visibilidade na modernidade, quando ocorre uma importante separação entre o âmbito público e privado, diretamente relacionada ao conceito de família tradicional moderna que é por excelência a instituição que impõe esta distinção espacial, geográfica e política aos gêneros. Ao tratar da naturalização da família patriarcal, Safiotti defende que,

É próprio da natureza humana elaborar socialmente fenômenos naturais e que, por essa razão é tão difícil, senão impossível, separar a *natureza* daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais. (SAFIOTTI, 1987, p.10).

Para esta autora é sobretudo nas sociedades de sofisticada tecnologia, através de mecanismos de controle mais elaborados, que a ideologia patriarcal permanece visceralmente presente nas uniões conjugais. Esta premissa foi confirmada no delineamento histórico aqui exibido, em que quanto mais sofisticada era a sociedade, maior era o grau de requinte e aprimoramento para manter o *status quo* do poder patriarcal. O maior perigo da naturalização

deste sistema é quando o transformamos em algo genuinamente invisível, é esse movimento que permite sua permeabilidade em todos os níveis de relações sociais.

São diversas as facetas assumidas pelo patriarcado, elas se adequam e funcionam de acordo com as variáveis culturais, temporais, geográficas e políticas, além de se entrecruzarem com outros mecanismos de subordinação e exclusão. Por tudo isso, elas são vivenciadas de acordo com os diversos lugares sociais que cada sujeito ocupa. Apesar da sociedade moderna extinguir a relação escravista, ao fazer emergir as relações trabalhistas, definidas pela comercialização da força de trabalho e baseada no contrato, Carole Patman (1993) considera o patriarcado como um sistema de poder análogo ao escravismo que transforma um contrato, supostamente igualitário, numa autorização legal do poder masculino.

Segundo esta autora, o contrato social prima-se pela igualdade entre as partes. Legitimada pelo direito político, esta entidade também legitima o contrato sexual, materializado pelo contrato civil de casamento. Ao afirmar que o direito político é um direito patriarcal, Patman (1993) mostra como o sistema patriarcal atualizou-se na sociedade moderna, transpondo a abrangência da lei do pai ao infiltrar-se nos princípios da liberdade civil universal. A autora faz referência à história da liberdade civil que, segundo ela, é conquistada por filhos que renegam a sujeição natural a seus pais e substituem o regime paterno pelo governo civil. Dessa forma, a nova ordem civil parece ser, portanto, ante ou pós-patriarcal. Patman (1993, p. 16-17) sinaliza o equívoco deste pensamento ao atestar que:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido de liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido de estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres.

Patman conclui seu pensamento afirmando que o contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. Já Butler (2012)

chama a atenção para as ficções fundacionistas que sustentam a noção do sujeito feminino legitimadas pelo contrato

A invocação performativa de um “antes” não histórico torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social. (BUTLER, 2012, p. 20).

Para Foucault (2011)⁸, o sistema jurídico, lugar de materialidade do contrato social, produz os sujeitos que subsequentemente passam a representar. Nesse aspecto, os sujeitos condicionados nessa relação jurídica de poder são formados, definidos e reproduzidos por suas estruturas. Para este autor, o bio-poder, produzido a partir do controle dos corpos, é um elemento indispensável para o desenvolvimento capitalístico. Foucault também afirma que uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida, que se instaura a partir da proliferação de políticas em que o sexo impõe seu micropoder, através de investimentos no corpo, na saúde, nos hábitos alimentares, nas condições de vida e na lei, que funcionam, cada vez mais, como norma reguladora. Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política e importância do patriarcado no processo de docilização e controle político do corpo feminino.

É graças à versatilidade do sistema patriarcal e sua associação às estratégias micropolíticas de controle dos corpos, que sua manutenção é assegurada na organização e legitimação da família moderna. Os papéis masculinos e femininos dos membros que compõem este grupo são tão bem delineados historicamente, que definem a identidade social a partir do sexo.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é constituída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Nos períodos históricos apresentados neste trabalho, as tradições relacionadas ao casamento obedeciam à ideologia patriarcal de controle dos corpos e definição das identidades sociais que classificavam a mulher como inferior ao homem, dessa forma,

⁸ In: FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: História da Sexualidade 1 - a vontade do saber. 21ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

naturalizando os lugares dos cônjuges, cabendo à mulher a obediência ao marido, os cuidados relacionados ao lar e à maternidade.

É a partir desse tipo de controle que as mulheres têm sido desvalorizadas ao longo da história, tratadas como mercadoria, objeto de barganha, reprodutora e incapaz cognitivamente. Apesar de sua importância e colaboração social, o patriarcado, incrustado em nossa estrutura social, é o responsável por relegar à mulher o subúrbio da história, sem permitir que elas opinassem e avaliasse, a partir do seu olhar, nosso percurso histórico.

É importante ressaltar que o problema do patriarcado não são os homens, enquanto sujeitos pragmáticos, o problema está nas relações de poder presentes entre os papéis sociais femininos e masculinos, de forma que tanto homens quanto mulheres que possuem uma concepção patriarcal de poder, vão exercer relações de subordinação e vão naturalizar os rígidos controles sociais que nada tem a ver com a natureza hormonal e física que diferenciam homens e mulheres.

É bem recente a presença feminina nos espaços públicos e principalmente assumindo postos de poder, um exemplo palpável está no fato de ser esta a primeira vez na história do nosso país que uma mulher assume a posição de chefe do Estado Nacional. Porém, esta conquista não garante e nem significa que os princípios patriarcais foram expurgados da nossa sociedade contemporânea. Muitas mulheres que assumem posições “tradicionalmente masculinas” podem fazer uso deste lugar apenas para reproduzir as relações de pátrio poder.

Para Saffioti (2001b) a figura do patriarca e o poder atribuído à categoria social masculina que pode ser delegada a qualquer cidadão.

A ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições – de gênero, de etnia e de classe. O importante a reter consiste no fato de o patriarca, exatamente por ser o todo poderoso, contar com numerosos asseclas para a implantação e a defesa diuturna da ordem de gênero garantidora de seus privilégios. (Saffioti, 2001, p.3).

A existência do câncer social da violência doméstica, por exemplo, evidencia a marcante presença dos valores patriarcais em nossa sociedade, por meio da dependência e da subordinação existente no interior do espaço familiar, particularmente das mulheres em relação aos homens. Nesse caso, as instituições políticas tendem a ignorar essa situação que permanece à margem do sistema normativo.

A violência contra as mulheres e a impunidade, como legítima defesa da honra masculina consiste numa atualização das relações patriarcais, que a despeito das conquistas

sociais e dos dispositivos legais que postulam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, constitui-se uma forma de violência de gênero e de violação dos direitos humanos das mulheres.

3 CONJUGALIDADE, PODER E VIOLÊNCIA

Num relacionamento, quando um agride ou espanca o outro, mais do que o corpo, o que se espancam são ilusões, sonhos, projetos investidos na relação.

Rosiska Darcy de Oliveira

Antes de discutir especificamente a violência conjugal, faz-se necessário compreender quais elementos constituem a instituição casamento. Para tanto, levantamos as seguintes questões: O que levam sujeitos, com diferentes histórias de vida, a desejarem construir uma família? Quais anseios e aspirações estão engendrados na escolha de uma relação conjugal? Foi na ânsia de buscar pistas históricas que respondessem a essas perguntas que o primeiro capítulo deste trabalho foi construído.

Após esboçar panoramicamente a genealogia da instituição casamento, pensando principalmente a memória social desta instituição, três categorias analíticas se destacaram, a saber: o amor, o poder e a violência. Elas revelaram-se como princípios estruturais das relações de conjugalidade em todos os momentos históricos analisados.

Este segundo capítulo será direcionado ao estudo destes construtos, pela sua importância nas relações conjugais contemporâneas, cujo propósito é encontrar indícios, que colabore com as análises interpretativas sobre as contradições que as relações conjugais apresentam e, entre elas, o curioso fenômeno da relação entre o amor e a violência.

O casamento constitui-se como mais um fenômeno social, por isso sofre mudanças que acompanham a dinâmica cultural da sociedade em que está inserido. Diante da exposição genérica da história do amor no ocidente, delineado no capítulo I, fica claro que o sentimento amoroso, um dos elementos mais importantes que compõe as configurações conjugais, é uma manifestação muito recente.

D'Incao(1992), ao tratar dos modernos sentimentos de família, afirma que o amor torna-se generalizado e vulgar a partir do afastamento do indivíduo da comunidade e do advento do cultivo da privacidade doméstica. Muszkat (1992), por sua vez, compara o prestígio alcançado pelo amor conjugal na modernidade à importância e valorização reservada à questão religiosa pelos nossos antepassados, em que sentimentos como plenitude, transcendência e fascinação, outrora destinados às entidades espirituais e religiosas, são hoje cultivados nas relações de conjugalidade.

Ao analisar as entrevistas que compõe o corpus deste estudo, foi possível verificar que as entrevistadas ao serem interpeladas sobre o que mantém uma relação conjugal, elas, invariavelmente, elencavam “o amor” como uma das justificativas para a manutenção do casamento.

O que mantém um casamento é o amor, a cumplicidade... Na verdade é um conjunto de coisas, não adianta dizer que você ama fulano, que o casamento vai ótimo. (Martha, 38 anos).

Para mim, o casamento se mantém através do amor, do respeito e da fidelidade. Eu acho assim: às vezes você ama, mas a pessoa lhe magoa, não cuida, se não respeita, aí eu acho que você não suporta. Não retribuí o amor que você está dando, eu acho que isso acaba com um relacionamento. (Ana, 35 anos).

Ninguém vai viver com uma pessoa que não gosta. Imagina o que é dormir com essa pessoa todos os dias. Mas acho também que a compreensão e companheirismo são importantes, pois aquele amor incondicional de superar tudo, não existe mais. Hoje em dia, mesmo gostando, se não houver o companheirismo e a compreensão você parte para outro e rapidinho esquece aquela relação. (Regina, 50 anos).

A necessidade de entender um pouco mais sobre este tipo de sentimento e compreender sua importância simbólica nas atuais conjugalidades justificam-se por este tipo de sentimento destacar-se como uma categoria de análise importante para o desenvolvimento deste estudo, que, diferente de outros momentos históricos, permeia as escolhas afetivas e conjugais dos relacionamentos contemporâneos.

3.1 AMOR E CONJUGALIDADE: MAS... O QUE É O AMOR?

O amor assume diferentes facetas ao longo da história, com grandes mudanças no espaço e no tempo. A intensidade do desejo que este sentimento desperta nos sujeitos, torna-se muitas vezes, razão de vida, de morte, de felicidade e de sofrimento.

Balizado pelo momento histórico e conduzido pelas mudanças sociais, as concepções sobre o amor e suas configurações são fundamentais para as mais variadas formas de organização social e cultural, elas demarcam comportamentos e atitudes tanto desejados quanto refutados socialmente.

O amor está presente na literatura, no cinema, na poesia, é tópico discursivo para a filosofia, a sociologia, a psicologia, a religião e tantos outros ramos do saber e das artes humanas. Embora muito discutido, falado e sentido, o “Amor” ainda é um tema pouco

explorado pelos estudos científicos, haja vista a pequena quantidade de pesquisas acadêmicas relacionadas a ele.

Pensar sua conceituação parece algo insensato, por ser este um sentimento vivido como uma experiência ensimesmada. Porém, alguns autores se arriscam a enveredar neste tema tão capcioso. Dentre os pesquisadores que abordam esta temática, podemos citar D’Incao, Muskat, Bassanezi, Bauman entre outros, dos quais destacamos o trabalho de Giddens (1993) que disserta sobre a conjugalidade no mundo contemporâneo, abordando as incertezas impostas pela modernidade aos relacionamentos amorosos.

Numa perspectiva histórica, buscamos os indícios do sentimento amoroso nos trabalhos de historiadores que discutem as transformações da família e do casamento como Áries, Del Priore, Hunt, Lins, entre outros, apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa, estes autores evidenciam o processo de construção da família moderna, especialmente as referências feitas ao sentimento amoroso, momento em que o amor passa a ser uma possibilidade dentro das relações conjugais.

A família moderna exige em sua configuração outros componentes além da união política e econômica dos corpos, para isso, ela desmarginaliza o amor dentro do casamento, tornando-o oficial e desejado pelos seus membros. D’Incao (1993, p. 56) afirma que é a partir dos valores da família moderna que

Os grupos familiares, assim constituídos, passam a se autodefinirem e a agirem com base nas obrigações, deveres e direitos de um amor realizado de maneira individual, onde a livre escolha e a privacidade formam condições desse desenvolvimento.

A autora defende que os efeitos do romantismo, inseridos especialmente na literatura, contribuíram para a configuração da família moderna, particularmente no que se refere ao advento do individualismo, ao cultivo das maneiras civilizadas e à possibilidade da constituição do casamento por livre escolha – tendo o amor romântico como pré-condição. Assim como nos contos de fadas, as ressonâncias deste tipo de amor estão presentes de forma fantasiada nos projetos matrimoniais femininos, como evidencia uma das entrevistadas:

Ah! O casamento para mim era uma visão romântica né! De tudo lindo, divino e maravilhoso. Esperava que ia ser feliz e que tudo ia dar certo. Uma vida a dois cheia de amor, essas coisas assim que adolescente acha. (Judith, 44 anos).

Giddens (1993), estudioso da ordem emocional feminina, ao tratar das conjugalidades contemporâneas, analisa o modo como as mulheres participaram de mudanças sociais de

grande e ampla importância – a partir de suas relações cotidianas. Este autor atribui ao gênero feminino o pioneirismo na construção de um relacionamento, batizado por ele de relacionamento puro. Este tipo de relacionamento prima-se pela igualdade sexual e emocional e é explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes do poder do sexo.

Ao tratar do relacionamento puro, Giddens (1993) conceitua o sentimento amoroso em três diferentes categorias: o amor apaixonado, o amor romântico e o amor confluyente. Sobre o amor apaixonado, este autor reconhece o uso secular da palavra “paixão”, mas trata do sentido moderno deste termo, em que amor apaixonado é considerado a conexão genérica entre o amor e a ligação sexual, sentimento que arranca o sujeito das suas atividades, tornando-o propenso às opções radicais e aos sacrifícios. Em suas palavras:

O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tenta conflitar. O envolvimento emocional com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos os indivíduos, a ignorar as suas obrigações habituais. [...] por esta razão, encarado sob o ponto de vista da ordem e do dever sociais, ele é perigoso. (GIDDENS, 1993, p.48).

O autor ainda defende que este tipo de sentimento é universal, cuja natureza revolucionária é conseqüentemente perigosa, o que justifica a destituição, ao longo da história, deste tipo de amor nas relações matrimoniais. Este ponto de vista também é defendido por Simmel (2001) quando disserta sobre a relação do amor com o “ter e o não ter” e sobre o jogo de sedução elaborado pelos amantes para despertar o sentimento amoroso, chamado por ele de coquetismo. Simmel (2011) ainda defende que o amor experimentado nos jogos de sedução, se configura como um esgotamento, quando se realiza, é, portanto, vivido de forma efêmera e insustentável para uma relação matrimonial. Como evidencia os relatos das entrevistadas, transcritos abaixo, ao tratar das mudanças comportamentais ocorridas em função do casamento:

Ah! mudou, mudou, por que antes ele era um namorado tipo chicletes, como se diz hoje, que só vivia grudado. Quando vinha de Salvador chegava 7:00 da manhã lá em casa, saía 12:00 chegava às 2:00 da tarde e só saía 10:00 da noite. E aí depois do casamento tudo passou a ser diferente. (Marlise, 44 anos).

Eu era louca por ele e essas coisas, a paixão é tão grande que a gente perdoa né! Parece que a gente não enxerga direito as coisas. As vezes a gente perdoa, né! O amor é uma loucura, é cego né! (Suely, 59 anos).

Eu tinha uma paixão doentia por ele, houve coisas muito mais violentas no começo do casamento, só que eu era muito mais apaixonada por ele. Então a

minha percepção ficava diminuída, a minha dependência dele era muito maior. Eu comecei a perceber mais, depois, quando eu já tinha outra dimensão da situação. (ROSISKA, 50 anos).

Ao referir-se ao amor romântico, Giddens (1993) enfatiza que este é culturalmente específico e essencialmente feminilizado, cuja origem remonta ao romantismo do século XVIII que, incorporando elementos do amor apaixonado, vincula amor e liberdade, estabelecendo uma relação entre auto realização e liberdade, mas, para ele, o elemento do amor sublime tende a predominar sobre aquele do amor sexual, corroborando com o que Rougement (2003) chama de “idealização do amor carnal”. Para Giddens (1993, p.51):

O amor rompe com a sexualidade, embora a abarque; a “virtude” começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como “especial”.

Por ser assim, Giddens(1993) defende que o amor romântico também é sexual, neste caso, as fantasias romanescas, dependentes de uma identificação projetiva do amor apaixonado, correspondem à satisfação sexual, este sentimento docilizado, em contraponto ao ardor do amor apaixonado, é inócuo à sociedade, motivo pelo qual é associado à conjugalidade.

Já Borges (2004) ao tratar do amor romântico, considera-o como aquele que nunca alcança uma correspondência satisfatória, responsável pelas “doenças da alma”, fruto da contínua busca dos sujeitos pela sua romântica satisfação amorosa, aproximando-o do que Platão chama de Eros, ou seja, um tipo de amor ligado à falta e ao sofrimento.

Neste sentido, Costa (1998, p.150) concebe o viés ideológico do amor romântico, pelo seu suporte de predicação moral em que representa tanto a felicidade quanto o sofrimento, por meio da “mistura de ilusão e realidade, de ganhos e perdas, de avanços, paradas e recuos no campo das relações humanas”. O relato abaixo ilustra esse sentimento:

Eu fui louca apaixonada por esse homem, eu acho que tinha assim uma lacuna, tinha uma necessidade muito grande de preencher aquele romantismo do passado, eu sou muito romântica. Uma cena de amor frustrado em um filme me toca imensamente. (ROSISKA, 50 anos).

A outra categoria de amor trabalhada por Giddens (1993) é aquela que trata da experiência amorosa contemporânea, chamada pelo autor de amor confluyente:

Um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” dá ideia do amor romântico. A sociedade “separada

e divorciada” de hoje, aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor confluyente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial”. [...] o amor confluyente presume igualdade na doação e no relacionamento emocional. (GIDDENS, 1993, p. 72).

Esta tipologia do amor está presente nas relações igualitariamente configuradas em que o prazer sexual e o uso da sexualidade, tornam-se uma realidade possível para ambos os envolvidos emocionalmente neste tipo de relacionamento afetivo, reduzindo as diferenças sexuais no que tange à liberdade sexual, neste caso, não há ligações, nem limitações relacionadas à opção sexual e à monogamia.

Estas categorizações do Amor delineadas por Giddens (1993) são fundamentais para pensar o conceito de “relacionamento puro”, cuja origem está imbricada nesta configuração contemporânea de amor – o amor confluyente – que, como afirma o autor, nada tem a ver com pureza sexual. Este amor refere-se a uma relação que tem o fim em si mesmo, sem pautar-se por ditames sociais e econômicos ao privilegiar a relação afetiva entre os envolvidos. Na concepção de Giddens (1993, p.69):

O relacionamento puro refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada um individualmente, para nela permanecerem [...] O amor costumava ser vinculado à sexualidade pelo casamento, mas agora os dois estão cada vez mais vinculados através do relacionamento puro.

Nesse sentido, as formatações do relacionamento puro não se restringem às relações binárias entre homens e mulheres, outras configurações afetivas e conjugais são permitidas e possíveis. Diante do rompimento com os rígidos ditames e prescrições sociais do passado, esta modalidade de relacionamento torna-se volúvel, ao permitir uma abertura que possibilita configurações, reconfigurações e rompimentos sem grandes prejuízos sociais. Como relata uma entrevistada:

Era comum eu ver pessoas comentando: fulano agora está com cicrano, cicrano agora deixou fulano de tal, as uniões se realizavam e se desfaziam de uma forma muito natural, muito espontânea e sem nenhum tipo de censura, de recriminação, de preconceito. Isso por um lado é bom, mas por outro lado leva a essa fluidez, um certo dismantelo dos compromissos morais, afetivos que as pessoas tem que ter. (Frida, 55 anos).

A fala da entrevistada se aproxima do pensamento de Bauman (2004), autor que também discute o amor na contemporaneidade, ele desenvolve esta discussão por meio da metáfora do “amor líquido”, como uma forma de compreender a complexidade das relações afetivas atuais, em que discute a fragilidade dos laços humanos na contemporaneidade e problematiza as novas e inovadas formas de relacionamento social. Elas coadunam com o pensamento pós-moderno, ao serem arquitetadas rizomaticamente⁹ por meio, especialmente, das grandes redes sociais. Esse novo formato de envolvimento não se instala apenas nos relacionamentos afetivos, mas atravessa todas as modalidades de relações sociais.

Por fazerem parte das dinâmicas relações sociais, as formas de conjugalidade contemporânea não poderiam ser estanques, elas apresentam nuances que envolvem as tipologias amorosas elencadas por Giddens.

Muszkat (1992, p,85-86), que também discute o amor, ao tratar dos sentimentos conjugais inaugura a categoria “casamento de amor” que segundo ela:

Compreende um tipo de prática moderna que se caracteriza por uma demanda romântica de satisfação, não apenas do corpo mas também do “coração” e do “espírito”. No contexto amoroso atual, o prazer sexual que satisfaz o corpo é apenas um dos requisitos do amor conjugal. Contamos ainda com a ternura, a afeição e o carinho como realidades sentimentais que satisfazem as necessidades do “coração” e com a comunhão do pensamento e das ideias para satisfazer as necessidades do “espírito”. Para que uma relação de casamento seja satisfatória, esperamos que preencha esses três níveis de realidade, segundo as concepções de cada par amoroso.

As características do “casamento de amor” exigem satisfações utópicas, baseadas no ideal romântico de amor, que supõe níveis profundos de intimidade, compreensão e complementação entre os cônjuges e envolvem corpo, “coração” e “espírito”. Entretanto, as relações conjugais pragmáticas, além de se basearem no ideal romântico de “par amoroso” – que, segundo Muszkat (1992, p.92) “representa uma fonte de energia de tal intensidade que se torna mais importante do que a própria preservação do verdadeiro vínculo amoroso” – fundamentam-se nas relações de poder existente entre os cônjuges, como descrevem as entrevistadas:

⁹Rizoma é um modelo descritivo da teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari. A noção de rizoma foi adotada da estrutura de algumas plantas, cujos brotos podem ramificar-se em qualquer ponto. Serve para exemplificar que a estrutura do conhecimento não deriva, por meios lógicos, de um conjunto de princípios primeiros. O rizoma carece, portanto, de um centro, ele elabora-se simultaneamente a partir de todos os pontos, sob a influência de diferentes observações e conceitualizações. Consultar: DELEUZE, G., GUATTARI, F. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro. Ed. 34: 2004

Aquela fantasia maior do mundo viu! Amor demais, e achava que ia ser um mar de rosas, que ia ser a maior felicidade do mundo. Era isso que eu esperava por que foram seis anos de namoro e noivado e ele foi o único que eu namorei. (Suely, 59 anos).

Hoje eu vivo uma fantasia, eu adoro os relacionamentos das novelas. Quando eu vejo aqueles relacionamentos eu fico apaixonada por aqueles atores bonitos. (Risos...) Eu vivo minha fantasia também. (Virgínia, 61 anos).

Bozon (2005) assegura que diante das várias visões sobre o amor, o mais importante é compreender que o amor se constitui como fenômeno prático que norteia a intimidade contemporânea e cujo sentido se encontra em um jogo que envolve relações de força, de sedução e de poder.

3.2 PODER E CONJUGALIDADE

São inúmeros os teóricos que discutem esta temática, especialmente aqueles que promovem discussões fundamentadas nas epistemologias feministas. Assim, a conjugalidade está permeada de enunciados sociais que definem e naturalizam as condutas, tanto masculinas quanto femininas, dos seus cônjuges. Sobre esta questão, Otramari (2009, p. 675) afirma:

Os laços de conjugalidade decorrem de um momento de complexificação das relações amorosas. Apesar de ter ocorrido uma mudança significativa nas relações entre homens e mulheres, ainda se percebe que não se pode falar de igualitarização dos seus papéis, e isso ajuda a compreender as formas complexas como a conjugalidade vem constituindo-se, isto é, sob um contexto de permanência dos valores e das tradições concomitantemente com suas mudanças, assim como de transformações das identidades e dos papéis sexuais.

Para pensar os modos e possibilidades sociais de vivência da conjugalidade, numa perspectiva de gênero, é importante compreender o curioso fenômeno das trocas e das negociações que constituem o jogo de poder no casamento. São várias as concepções teóricas para a definição de poder. Este trabalho será pautado especialmente na noção foucaultiana sobre este construto.

[...] penso que não há um poder, mas numa sociedade, existe relações de poder extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diversos níveis, onde umas apóiam-se sobre as outras, e onde umas contestam as outras. Relações de poder muito diferentes vêm atualizar-se dentro de uma instituição; por exemplo, nas relações sexuais, nós temos relações de poder, seria simplista dizer que estas

relações são a projeção do poder de classe. Mesmo de um ponto de vista estritamente político, (o fato acontece) em certos países do Ocidente, o poder, o poder político é exercido por indivíduos ou classes sociais que não detêm absolutamente o poder econômico. Estas relações de poder são sutis, a diversos níveis, e nós não podemos falar de um poder, mas antes descrever relações de poder. (FOUCAULT, 2001, p.1510).

As diferenças comportamentais determinadas pela imposição do gênero produzem uma relação de forças, que foucaultianamente pode ser traduzida como relações de poder. Deleuze (2006) explica essa definição ao indagar:

O que é poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma “relação de poder”. Compreendemos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação como outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força. (DELEUZE, 2006, p. 78).

Nessa concepção, a condição existencial do poder está nas relações sociais e é exercitado por meio da instabilidade das forças que o promove. Pela ausência de sujeitos e objetos determinados *à priori*, o poder envolve os dominantes e os dominados, numa arena de forças que se configura diante das suas condições de possibilidade e, nesse sentido, é tomado como manobra, estratégia, negociação, cujo propósito é a possibilidade de praticá-lo. Como nos relata Frida (55 anos), sobre a relação paradoxal estabelecida pelo seu companheiro, para assumir seu papel masculino:

E o mais interessante é que, enquanto havia essa relação familiar - ele era uma pessoa muito ligado, muito dependente, de ouvir, de me consultar e tudo, externamente, ele caiu num meio onde o machismo predomina, impera, e muitos homens, por formação e por que assumiram toda essa herança cultural, essa formação, eles não agiam assim com suas namoradas, suas mulheres, assim, de dar atenção, de entender que não era uma dominação, mas um diálogo, uma interlocução com o companheiro, com a companheira. Então, toda satisfação, todo respeito, toda consideração, eles consideram como submissão, como subserviência. Ora, se isso bate numa mente bem formada, com valores sólidos, com convicção, tudo bem, mas quando vai para uma estrutura de personalidade ainda fluida, eu considero uma tragédia. E, o grande conflito que passou a minar mesmo a nossa relação foi justamente esse confronto, porque, ao mesmo tempo que ele em casa tinha essa coisa do aconchego, de voltar, de se aninhar, da gente conversar sobre as coisas de uma forma transparente, tranquila, com a face desanuviada, por outro lado, fora, no meio social, no meio profissional, entre os amigos, companheiros, prevalecia o que, esse tipo de valor (machista). Então, se marcou com a mulher e não vai chegar no horário, telefonar e dar uma satisfação era motivo de gozação, de pilhéria, de ser ridicularizado no meio dos companheiros, de ser dominado por mulher, de ser isso e aquilo.

Assim, o exercício do poder não é garantia do seu pleno e perpétuo domínio, sua característica fluida e relacional, em contraponto a uma ação de poder monovetorizada, obriga as forças a manterem-se sob constante tensão. Portanto, a relação de poder será sempre conduzida e modelada por sujeitos copartícipes.

Diante desta concepção teórica, ao refletir sobre a conjugalidade, nos posicionamos contrariamente ao contumaz conceito binário, engessado e acusatório dos lugares masculinos e femininos, preconcebidos para os cônjuges. Esta escolha teórica nos leva a pensar os integrantes de uma relação conjugal como protagonistas de sua história. Por esta razão, nesta pesquisa, privilegiamos a análise dos contextos violentos onde a relação conjugal é produzida, em detrimento da adoção do tom pragmático de lamentação, subordinação e acusação para a exploração deste fenômeno.

Ao tratar da genealogia da sexualidade, Foucault (2010) busca compreender seus enunciados a partir dos dois primeiros séculos de nossa era, especificamente na sociedade grega. Ao discorrer sobre o casamento, Foucault (2010) evidencia que desde os gregos, as obrigações conjugais de ambos os cônjuges esteve relacionada ao poder e não à sexualidade. Ao tratar da monogamia Foucault (2010, p. 192) afirma:

No caso da mulher, é por estar sob o poder do seu marido que esta obrigação lhe é imposta. No caso dele, é por exercer o poder e porque deve dar provas de domínio de si na prática desse poder, que deve restringir as escolhas sexuais. Ter somente relação com o esposo é para a mulher uma consequência do fato de que ela está sob o seu poder. Não ter relação a não ser com sua esposa é, para o marido, a mais bela maneira de exercer seu poder sobre a mulher.

Esse comentário de Foucault revela as possibilidades sexuais balizadas pelos padrões morais impostos aos cônjuges na Grécia Clássica. Esse modelo vem sendo atualizado ao longo do tempo, por meio da memória do lugar feminino. Comparadas às relações conjugais contemporâneas, em proporções diversas, a depender do contexto social, esse modelo se manifesta sem apresentar mudanças significativas. Como fica evidenciado nos relatos abaixo:

Eu era um boneco manejado. Uma boneca, e uma boneca grosseira, uma boneca que se jogava pra lá e se jogava pra cá. E eu permitia. O problema não é “eu sei” é “eu permitir ser”, por que eu faço de você o que você permite. Não é assim? Por que que eu permitia? (Virgínia, 61 anos).

Aqui tinha um tal Motel Crepúsculo, que ele frequentava direto e eu encontrava as notas no bolso. Às vezes ele chegava bêbado, e esquecia as notas no bolso. Eu ficava revoltada, era um misto de raiva, ciúme, revolta, e aí é que eu não ia querer sexo, mesmo assim eu tinha que querer, não tinha jeito. Aqui foi onde eu fui mais violentada. (Regina, 50 anos).

(...) Na questão sexual eu gostava também, tinha coisa que me incomodava mas não era coisa que eu me sentia agredida. Eu me sentia desrespeita porque eu sentia que tinha muito aquela coisa do objeto, da imposição. (Diane, 50 anos).

No início era tranquila, boa e tal, mas quando começaram a existir as brigas e agressões eu já não aceitava. Como é que você tinha acabado de brigar e ia ter relação sexual? Aí as relações começaram a ser forçadas e eu não aceitava de jeito nenhum. Ele achava que eu era a mulher dele e tinha obrigação com ele. Então, tinha determinados momentos que eram estupro mesmo. Isso acontecia muito frequentemente. (Judith, 44 anos).

Quais são as forças que mantêm o *status quo* do casamento, com padrões morais tão engessados? As análises sobre as relações de poder na conjugalidade, desenvolvidas por Fernandes (2010), ajudam a pensar este fenômeno a partir de três enfoques teóricos para a concepção de poder. O primeiro, baseado nos pressupostos weberianos em que concebe o poder como construção social, econômica e política das microrrelações cotidianas do casal; o segundo enfoque, pensado por Foucault, baseia-se na vivência subjetiva de homens e mulheres como engendramento de poder, e construída a partir de padrões socioculturais; e por último, retoma as concepções de Pierre Bourdieu, que compreende o casamento e a família como lugares privilegiados de interação e de construção de relacionamentos, nos quais o poder perpassa os discursos e as ações cotidianas como acontecimentos político-estratégicos das interações dos casais.

Dentro da conjugalidade, o poder pode assumir diversas facetas e, portanto, ser exercido de várias maneiras, desde o explícito controle econômico e pessoal até as sutis imposições das vontades individuais sobre o outro cônjuge. Weber (1981) quando discute sobre os sistemas sociais assimetricamente hierarquizados, aborda a postura do dominador como em permanente posição defensiva e protetiva para conservar sua autoridade, ao passo que Bourdieu(1999), ao tratar da dominação simbólica, discorre sobre o controle indireto e sutil, que de forma docilizada, promove passiva e sorrateiramente seus domínios, fazendo uso de crenças, mitos e valores morais internalizados e naturalizados socialmente através de instrumentos como a escola, a religião e a mídia.

O capítulo I deste estudo ilustra panoramicamente a relação pragmática entre casamento e poder, evidencia-se assim a potencialidade deste construto como uma ação social e política de controle e dominação do homem sobre a casa e a família. Tal característica corporifica-se, em maior ou menor intensidade, em todos os períodos históricos abordados.

Assim, o casamento enquanto rede de relações familiares sustenta também relações de força, com o propósito de manter o exercício do poder familiar, estruturado por padrões

patriarcalmente moralizados, tanto na perspectiva weberiana quanto bourdiana, por meio do poder econômico, do poder pessoal, do poder consensual, do poder cooperativo, do poder colaborativo, entre outros, que se manifestam tanto na forma assimetricamente hierarquizada quanto através da dominação naturalizada em cotidianas sutilezas. Todas as entrevistas analisadas neste estudo apresentam ricos e variados exemplos das relações de poder instituídas dentro das relações conjugais. O relato da entrevistada a seguir ilustra bem esta forma de dominação:

Acho que o desgaste de qualquer relação começa quando você começa a ter a sensação de ser explorada. E eu não tinha outro sentimento, não tinha outra consciência a não ser de que eu era explorada. E eu falava assim: “meu Deus agora é que eu entendo, por que uma relação escravista é uma relação de apropriação da pessoa, até do ser do outro”. A forma como minha relação estava se constituindo e se realizando era uma relação de apropriação do ser. Nem o direito ao meu ser eu estava tendo, na medida em que eu ficava com todos os encargos, quer dizer, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista afetivo, do ponto de vista do apoio moral, da colaboração no trabalho, profissional, em tudo você estava ali para servir, para ajudar, para colaborar, e de repente, você vê que nenhum dos seus direitos eram reconhecidos, nada era negociado, não tinha barganha nenhuma. (Frida, 55 anos).

De acordo com Cunha (2007), ao tratar da questão da violência, especialmente da violência praticada contra mulheres, Saffioti (1992) postula que violência pressupõe opressão – expressão que tem caráter ambíguo, ora significando apenas o fenômeno da dominação, e ora sinalizando também para o fenômeno da exploração. Isto é, as relações de gênero travam-se também no terreno do poder no qualtem lugar a dominação dos explorados e a exploração dos subordinados. Dominação e exploração sendo faces do mesmo fenômeno. Não há, nesse sentido, a possibilidade de considerar os interesses de homens e mulheres como apenas conflitantes, são, com efeito, contraditórios. As relações que se estabelecem entre opressores e oprimidos são de dominação e de exploração.

Ao pensar a conjugalidade, Cunha(2007) deixa claro a desfavorável posição feminina, antagônica à masculina, na dinâmica da micropolítica conjugal. O poder não é uma categoria abstrata, ele é algo que se exerce de forma bem clara e visível nas interações. Este exercício apresenta um duplo efeito: opressivo e configurador, definindo assim a dominação, numa perspectiva macrossocial, e a modelação de existências, subjetividades, espaços, modos de relação entre outros, estes operando no nível das microrrelações, que aparecem nos relatos das entrevistadas:

[...] Eu fui percebendo algumas coisas que me incomodavam, aquela coisa da posse, do controle, do ciúme. Eu me sentia submissa, ele dominava. Às

vezes essa dominação é de forma implícita e você não percebe, é o caso do uso do carro: “aonde você foi?”, fui ali, mas por que você quer saber? “Por causa da gasolina”. Mas isso era uma forma de controle, só depois você percebia. Então teve uma época do casamento que eu passei a sentir como se eu tivesse dupla personalidade, na presença dele era uma pessoa, por exemplo, que sentia que tinha de ser mais retraída, não sentia à vontade para conversar, para brincar, pra ter amigos etc. Essa consciência só veio aparecer depois de um certo tempo, que começou a me incomodar. Só aí eu percebi o quanto ele era dominador, e estava exercendo controle sobre mim. Nesse contexto eu estava sendo submissa, eu estava aceitando as coisas. (Diane, 50 anos).

[...] Eu achava que o papel da mulher era aquele mesmo, que fomos criados assim, que nossos pais foram criados assim... Mas foi tudo errado. Veio de geração em geração esse erro. Minha mãe era autoritária, mas não era independente, se ela fosse fazer uma viagem era com meu pai, tinha que estar acompanhada por meu pai. Não era “aquela liberdade toda” que ela tinha não. (Virgínia, 61 anos).

Acho que é muito de criação, de cultura, na qual o homem foi criado podendo fazer tudo e a mulher por ser mais presa, não fazer nada. Com o trabalho e com a mulher mais independente, está modificando muita coisa, mas ainda tem aquela cultura, aquela coisa muito forte ainda, que não deixa a mulher se soltar mais. Minha mãe só era de casa, aí começa a gente crescer, começa a sair, trabalhar fora, já modificou. Por que quando a mulher parte para trabalhar e ter o seu, modifica muita coisa. (Mariza, 52 anos).

A história das relações conjugais no Ocidente evidencia o quanto a mulher foi subordinada à dominação masculina, destituída de poder, especialmente dentro da instituição matrimonial, vivendo “apagada”, socialmente, por muitos séculos. A conquista feminina do espaço público e social não foi gratuita, a distância entre a mulher na Grécia clássica e a mulher contemporânea só foi possível por meio de históricos embates de forças protagonizados por esta minoria¹⁰. Sobre este aspecto, Guattari&Rolnik (2007, p.88) ao discorrer sobre os processos de marginalização colaboram ao afirmar:

As minorias representam não só polos de resistência, mas potencialidades de processos de transformação que, numa etapa ou outra, são suscetíveis de serem retomados por setores inteiros das massas.

Apesar dos grandes avanços e grandes conquistas no que tange à presença da mulher nos espaços públicos e na formação de novas subjetividades, ainda convivemos com os resquícios desse passado imperado pelo machismo e impregnado na nossa sociedade, e que por esta particularidade, assistimos a um embate de forças pelo poder, cada vez mais intenso e

¹⁰Tal classificação obviamente não é justificada pelo seu contingente populacional, que em alguns lugares chega a superar quantitativamente os homens. A determinação das mulheres como minoria, diz respeito a sua subordinação política, cultural e em alguns casos, sócio-econômica ao homem, que em função de uma sociedade machista, apresenta-se como majoritariamente dominante.

sofisticado. Ao tratar do poder e das explícitas e implícitas coerções sociais, Fernandes (2010, p. 30) afirma:

O poder, nas trocas e nas comunicações intersistêmicas, atua nas macrorrelações sociais, influenciando e sendo influenciado pelas microrrelações sociais dos quais os casais e as famílias, como sistemas, são representantes. Dessa forma, as instituições do casamento e da família são sistemas sociais privilegiados de exercício do poder que envolve a sociedade. [...] Certamente, o reconhecimento da validade de uma autoridade e a conseqüente obediência a ela decorre da imagem e do respeito que a figura detém socialmente, alimentando o desejo dos demais indivíduos de se assemelharem ao que Weber chamou de “um modelo digno de imitação”.

Fernandes (2010) defende que a legitimidade tanto da autoridade conquistada pelo homem quanto à delegada às mulheres, são justificadas pela aceitação social que as transformou em convenções tradicionais de costumes. Este pensamento fundamenta a naturalização da autoridade patriarcal, em que a figura do patriarca é indispensável à organização social, política e econômica do casamento e da família como instituições transmissoras da cultura falocêntrica. O relato a seguir pontua a necessidade em sustentar este padrão, mesmo para uma mulher que conquistou sua emancipação política e econômica,

Eu fui a uma reunião outro dia que tinha 40 homens e só eu de mulher. Naquele momento ali, eu não me vejo como mulher, mas como uma componente do grupo, e isso eu acho bom. Eles me tratam com o maior respeito, respeitam minha opinião. Mas eu me pergunto às vezes: “até onde isso é bom pra mim?”. Porque eu quero ter a minha realização como mulher, eu quero um companheiro na minha vida e isso nessa sociedade machista como é, não me prejudica até certo ponto? Então eu tenho que conciliar de forma que eu não me afaste e, também, que não me exponha demais. Porque é assim: a mulher que convive muito com o homem, acaba sendo um desafio para o próprio homem. E isso não deixa de amedrontar o lado oposto, conseqüentemente, o homem se afasta de mim. Eu sinto isso, a maioria dos homens tem medo de mim como mulher. (ROSISKA, 50 anos).

O relato evidencia que, para sustentar o tradicional lugar de poder destinado ao homem, a entrevistada, quando se vê numa posição de poder, se despersonaliza como mulher, por assumir, naquele momento, uma posição que não pertence ao universo feminino. Esse depoimento marca de forma clara a divisão entre os papéis destinados a homens e a mulheres e mostra também o quanto ainda é difícil para que estas se reconheçam como sujeitos que podem ocupar importantes funções tanto nos espaços públicos quanto nos privados.

São os valores sociais que circundam a entrevistada que a impedem de visualizar a possibilidade de reconfigurar suas relações afetivas de forma mais igualitária. Em detrimento desta possibilidade e para fomentar a manutenção da autoridade masculina, o único caminho

possível para a construção de uma relação conjugal é posicionando-se como “mulher” para evitar a resistência masculina ao empoderamento que conquistou.

Assim como os sistemas macrossociais – que compreendem a sociedade como um todo – são produtores e, através dos seus equipamentos, são também propagadores de padrões culturais, os sistemas microssociais, locados no cotidiano dos grupos humanos, incluído entre estes a família, promove, reproduz e dissemina os simbólicos padrões culturais e políticos de dominação. Dessa forma, tornando micro e macro faces de um mesmo fenômeno, exemplificado no relato de Teresa (45 anos)

Meu pai era um homem que tinha muito respeito por minha mãe, eu achava que minha mãe é que não respeitava meu pai. Na relação sempre tem um dominante e um dominado, eu aprendi a ver isto desde pequena. Meu pai era muito livre, ele não tinha horário de trabalho, e não tinha hora de chegar em casa, então por causa disto eu sempre via minha mãe berrando dentro de casa, por conta disso.

Ao analisar as relações de poder em nossa sociedade, Foucault (2008) introduz o conceito de micropoder, que segundo ele, está arquitetado em redes ramificadas em toda a malha social e é compreendido como redes de poderes centrífugos, locais, familiares e regionais, com uma variedade de conflitos, dotados de articulações horizontais, mas onde também surge uma articulação vertical, tendente para um centro político, para um poder centrípeto. Um poder antes como produtor de modos de vida e verdades do que como repressor, presente em todas as relações, pulverizado na sociedade, um poder produtor de micropolíticas. Essa afirmação de Foucault pode ser confirmada no relato baixo:

O poder de uma casa a mulher tem total, porque para ter o poder sobre uma casa, sobre a empregada, sobre a cozinha, ela não precisa aprender muito não, a própria mãe já ensinou em casa. Eu entendo que isso é uma forma de poder, você pode observar que no seio de uma casa ela tem pleno poder. Não vai na casa de um casal quem a mulher não quer. Geralmente, quando se recebe visitas, quem é mais reverenciada? “A mulher”. Ela é a dona do espaço, é aquela que manda. Ela recebe as pessoas que ela quer, muitas vezes, o marido nem queria, mas ele, nunca traz pessoas que não sejam da vontade dela, porque ela reina ali. (ROSISKA, 50 anos)

Ao coadunar o viés político da conjugalidade com o recorte teórico em que se pauta este trabalho, é possível compreender o político numa perspectiva microrrelacional. Rolnik (2006) conceitua micropolítica como ações que envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, por meio dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva.

A perspectiva micropolítica, abre possibilidades de compreensão dos mecanismos de agenciamentos sociais, que fomentam a produção de subjetividades binárias dentro da conjugalidade, nesse sentido, a subjetivação do patriarcado reforça a segregação das mulheres no acesso ao poder. Obedecendo aos padrões sociológicos culturalmente aceitos e naturalizados, as relações de gênero na conjugalidade, imbuídas das relações de poder, só existe em função destas.

No primeiro capítulo deste estudo abordamos como as macro e microrrelações de poder foram viabilizadas, ao longo da história, na interação entre homens e mulheres no casamento. O caminho percorrido pretendeu revelar como a assimetria e a dominação participaram das relações conjugais e como ainda estão presentes no cotidiano das famílias contemporâneas. Este percurso evidencia que nenhuma transformação acontece alheia às relações de poder presentes na sociedade e como elas atravessam os membros que a compõe. Qualquer produção e/ou ação humana, para que seja reconhecida, apreciada e aceita pelo contexto social ao qual faz parte, deve levar em conta a conjuntura em que está inserida e principalmente as relações de poder existentes. Segundo Foucault:

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (2008, p.75).

Em função dessa relação de poder, ainda hoje, a conjugalidade, com todas as suas conquistas sociais, percebida por meio dos novos rearranjos familiares, apresentam configurações binárias de poder, produzidas simbolicamente. Sobre o poder e o casamento, Saffioti (2004, p.31) afirma que,

No fundo, parece que ambos, homens e mulheres, casam-se com o poder. Se esta hipótese for verdadeira, é possível encontrar o homem-ser-humano e a mulher-ser-humano em meio a tanto poder?

Neste excerto, a autora indaga sobre os rumos tomados pelas escolhas conjugais, que, pautadas no poder, mais do que atropela as relações afetivas, elas ressignificam e redefinem todo o processo de produção subjetiva que, a partir de então, desloca o desejo de sua conexão com o afeto, restabelecendo-o esvaziado do seu valor afetivo, em sintonia com as máquinas de controle social. A resposta para a pergunta elaborada por Saffioti talvez seja o resgate do humano, a partir de novos modos de existência, numa perspectiva microrrelacional em detrimento da antropofagia, que engole e esvazia de sentido qualquer movimento que vai de encontro às relações de poder instituídas.

É tudo por causa da falta de respeito. A questão toda está porque ainda compreendemos a relação entre dominante e dominado. Não numa relação de igualdade. Parece que para que haja respeito alguém tem sempre que abaixar a cabeça para o outro montar. A mulher ainda está extremamente radical, ainda vê o homem como inimigo e não como ser. A mulher ainda se vê muito presa, ela acha que não pode viver só. Ela se subordina gratuitamente, isto é voluntário, a mulher ainda não descobriu que ela tem uma força. Na realidade os homens não comandam o mundo, mas a mulher ainda não percebeu a força que ela tem. Ela, necessariamente, não precisa entrar num ônibus, cheia de sacola, e ficar em pé porque o homem não levanta mais para dar lugar a ela, não, ela deveria exigir seu lugar de volta. Uma delicadeza de alguém levantar pra ela sentar, por que não? Por que abdicar dessas coisas? Quando ela lutou pela igualdade ela lutou também pelo respeito. (Teresa, 45 anos).

Nós somos responsáveis pela sociedade que estamos criando, nós temos que modificar. Eu sou contra o feminismo, esse negócio de dizer que não se deve passar, lavar etc. É muito interessante esse negócio de lavar, passar etc., depende do que você tiver na sua cabeça. Você começa a descobrir tantas outras coisas. Uma coisa que eu aprendi quando tive que lavar banheiro, foi respeitar mais as pessoas, ter mais cuidado na utilização das coisas. A gente fica tão preocupada em não ser explorada, subjugada pelo homem que às vezes, deixa de aprender coisas básicas em um relacionamento na comunidade, que é o respeito. Tudo pra mim está muito ligado ao respeito. Não adianta mais a gente ficar pensando ou dizendo que foi educada assim, a gente tem que modificar, não adianta ficar chorando pelo que passou. A gente tem que construir a partir de agora. (Clarice, 36 anos).

Como todos os fenômenos da atualidade, as relações de gênero estabelecidas na conjugalidade, estão imersas nesta usina de produções afetivas que envolvem dimensões do desejo e da subjetividade. Apropriando das conclusões de Guattari & Rolnik (2007) ao tratar da problemática dos movimentos sociais feministas, podemos pensar que a manutenção do falocentrismo e de práticas hierárquicas de poder dentro do casamento, mantém-se porque a problemática não é setorial, não está apenas no reconhecimento da identidade feminina em contextos específicos nem no reconhecimento do direito da mulher enquanto tal. A grande problemática da resistência a padrões igualitários de conjugalidade está na introdução de um devir feminino, este surge como ameaça de bloqueio e de paralisação do processo de dominação que diz respeito a todas as engrenagens da sociedade.

Neste sentido, as relações de poder atravessam o casamento, elas modelam subjetividades evidenciadas pelos papéis sociais do sujeito masculino e do sujeito feminino na disputa do poder familiar que, historicamente construídos, organizam implícita e explicitamente a memória social da conjugalidade. Os relatos abaixo ilustram essa afirmação:

Eu tinha que fazer tudo que eu não queria, tinha que cozinhar sem querer, fazer sexo sem querer, eu tinha que suportá-lo. Eu tinha que suportar tudo, porque minha mãe também dizia pra mim que a mulher tinha que ser submissa. (Anália, 42 anos).

[...] Ele não proibia, mas criava uma série de situações do tipo: “isso não fica bem, para uma mulher casada”, essa era uma forma de conduzir e controlar a situação. (Diane, 50 anos).

Porém, as construções dos papéis de gênero na conjugalidade não são estanques, apresentam-se fluidas como as relações de força e poder que o definem. Fernandes (2010, p. 51), ao tratar das disputas presentes na conjugalidade afirma que “estas disputas são salientadas no casamento como relações de complementaridade cooperativa ou de desigualdade conflitiva entre os gêneros”. É, pois, a partir das ressonâncias dos jogos de poder entre os gêneros, contextualizada nas relações conjugais, que é possível pensar as diversas e dicotômicas possibilidades de afetos que se fazem presentes nas corriqueiras trocas relacionais entre os cônjuges.

Outra faceta das relações de poder na conjugalidade está relacionada à violência, que, por meio da coerção, se impõe pelo medo e pela força. Apesar de não ser propriedade de um único gênero, esta forma de poder é tradicionalmente cultivada pelo lugar masculino de proteção, conquista e manutenção falocêntrica dos valores da família. Ela se manifesta em combate à toda forma de resistência à autoridade patriarcal que está sutilmente impregnada nos papéis conjugais contemporâneos:

A coerção física e a violência doméstica, exercidas no casamento e na família, são formas de expressão dos micropoderes que perpassam algumas relações familiares e revelam a impotência de alguns homens em contraposição ao seu destino potente, historicamente vinculado ao poder implicado ao gênero masculino, que, diante do desemprego, da impossibilidade de assumir o seu papel de provedor do lar e da ascensão profissional e financeira da mulher, emprega a violência como meio de reafirmar a sua superioridade e o seu papel conjugal e familiar. (FERNANDES, 2010, p.34).

O panorama social contemporâneo, no qual a mulher tem conquistado cada vez mais o acesso equânime ao espaço público e outras formas de autonomia e emancipação, reverbera diretamente nas relações de poder conjugal, alterando e problematizando os tradicionais lugares impostos aos gêneros. Neste contexto, a violência doméstica contra a mulher configura-se como uma condição de possibilidade de atualização das relações patriarcais. Situação que pode ser confirmada no depoimento de Suely (59 anos) e de Virgínia (61 anos) respectivamente:

Ele não queria nem ouvir falar que a mulher dele ia trabalhar. Ele falava assim: “tem que comer feijão puro, mas é o que eu dou, eu não como um grão de feijão que uma mulher põe dentro de casa”.

O nosso primeiro desentendimento foi por ciúme, eu tinha só um filho. Eu estava vestida com uma roupa que ele desconhecia. Eu mandei fazer uma roupa, era sempre ele quem mandava fazer minhas roupas. Ele comprava o tecido, a sapatilha, escolhia a cor que combinava. Ele queria definir até as minhas calcinhas, as roupas íntimas, queria que eu usasse cores bem fortes, fazendo o gosto dele. Se eu gostasse de uma calcinha clarinha, não, ele queria que eu vestisse preto e vermelho. Ele gostava que eu usasse meia preta com uma sapatilha alta, cheio de fantasias, e eu obedecia. E aí, quando eu saí com esta roupa diferente ele me viu na rua e disse que aquele vestido era desconhecido pra ele. Quando chegou em casa foi uma violência terrível.

Para tratar das atualizações nas relações de poder na conjugalidade Méndez (1998), baseando-se nas microrrelações propostas por Foucault, cunha o termo “micromachismos” que é definido pelo autor como práticas de dominação masculina, instituídas na vida cotidiana que se ordenam pelo micro e pelo capilar. Assim, os micromachismos são manobras interpessoais, realizadas pelos homens para manter, reafirmar, recuperar o domínio sobre as mulheres, para resistir ao aumento do poder destas, ou para aproveitar-se deste poder. O micromachismo é consequência e expressão do modo de construção do psiquismo masculino, sendo este o produto da socialização hierarquizada dos homens, baseada na valorização do domínio, do controle e do direito sobre as mulheres. Os relatos abaixo expressam este tipo de comportamento autoritário:

Uma vez ele quis me proibir de estudar, quando eu passei no vestibular ele disse que mulher dele não estudava. (Teresa, 45 anos).

Ele me proibia de ler meus livros. Uma vez eu pedi pra ele trazer de uma viagem, um livro que eu queria ler, ele trouxe. Aquela foi uma leitura excitante, ele chegou me procurou, tivemos relação, passados alguns dias eu encontrei o livro queimado em uma vala no quintal. (Rosiska, 50 anos).

Méndez (1998) classifica o micromachismo em três categorias, a saber: o micromachismo coercitivo, o encoberto e o de crise. O primeiro faz uso da força moral, psíquica e econômica, para impor à mulher a sua desrazão. Este mecanismo desorganiza psiquicamente a mulher, tornando-a insegura, confusa, inibida, sem forças e competência para defender seu ponto de vista, fomentando nela sentimentos de desconfiança em si e de baixa autoestima.

Quando chegou a fase de orientar as nossas filhas adolescentes, eu percebo que a mais velha teve uma educação mais rígida, pois a mais nova já me pegou na fase posterior à separação. Penso que não consegui passar para minha filha mais velha uma orientação diferente, pois além de não poder expressar o meu ponto de vista, eu ainda era uma pessoa muito limitada, eu não poderia opinar sobre o comportamento de qualquer mulher, pois ele dizia que eu estava querendo ser igual. Ele era muito machista, o protótipo do machão, castrador. (Rosiska, 50 anos).

Ele não me deixava à vontade não, eu acho que ele sempre me inibia, bastava um olhar dele. (Anália, 42 anos).

A segunda categoria refere-se ao micromachismo encoberto, neste o homem oculta sua intenção de domínio e faz uso de manobras sutis de poder que normalmente passam despercebidas, característica que torna esta categoria extremamente eficiente. O controle ocorre através da manipulação psicológica e da dependência afetiva, provocando sentimentos de invalidez, confusão, culpa, dúvida de si, impotência, entre outros. Seus efeitos, na relação conjugal, conduzem a mulher a comportamentos mal humorados, frigidez e estalos de raiva “sem sentido”.

Eu já percebia que existia alguma coisa antes de casar, por que ele era estudante e falava sutilmente: “oh! você sabe que eu sou muito ciumento e eu não gostaria que você passasse de tal lado da Avenida”. Aí eu não passava de jeito nenhum, só passava do lado que ele achava que podia passar. Então eu fazia tudo o que ele pedia que eu fizesse. As coisas mais bobas, como essas, mas eu fazia. (Marlise, 45 anos).

Já a terceira categoria, faz alusão à crise conjugal, provocada pelo desequilíbrio do poder na relação, causado, por exemplo, pelo aumento do poder pessoal da mulher ou qualquer outra situação que coloque em xeque o poder de dominação masculino, como foi o caso de Diane (50 anos),

Profissionalmente não tinha problema em eu ser professora, o incômodo foi como advogada. Eu terminei o curso de Direito e aí quando fui montar um escritório, começaram as queixas. E também passa pela coisa de achar que a mulher está conseguindo uma ascensão, que está crescendo. Isso o incomodou. Ele me deu muito apoio para fazer outro curso, mas quando fui fazer Direito, fui colocada em cheque: ou o curso ou o casamento, Eu escolhi o curso, até porque era um curso que abria espaço para este outro momento e aí quando eu fui montar um escritório ele falou que eu ia ter que optar.

Segundo Méndez (1998), as consequências mais frequentes do micromachismo são: os desequilíbrios e disfunções das relações, a deterioração da autoestima e da autonomia feminina, o isolamento, a consolidação de prejuízos misóginos para os homens, a permanente

atribuição culposa à mulher que, em longo prazo, promove seu adoecimento psíquico, como se pode constatar nos relatos de algumas mulheres entrevistadas:

Ele brigava comigo por tudo, tudo era culpa minha por que eu não sabia administrar a casa, não sabia mandar em empregada, não sabia fazer feira. Eu era um zero à esquerda, então isso aí foi diminuindo minha autoestima. Eu percebi que depois que casa, o lobo se veste de pele de cordeiro e quando já tem a presa segura ele pode tripudiar à vontade em cima da presa. Eu tinha dezoito anos apenas quando me casei, não tinha trabalho, eu dependia emocionalmente e financeiramente dele, tudo eu dependia dele. O maior problema de tudo isso foi a minha sujeição, ela foi horrenda e eu tinha medo de tudo, medo até do que eu pensava. (Marlise, 44 anos).
Eu não me sentia mulher, eu não me via mais como mulher. Essas coisas precisam ser resgatadas aos poucos, a minha libido desapareceu, foi uma coisa muito dolorida, muito sofrida. (Clarice, 36 anos).

Os efeitos do micromachismo no âmbito conjugal, sobretudo nas relações de longa duração, a exemplo dos casos ilustrados são invisibilizados e na maioria das vezes são desconhecidos pelos próprios cônjuges, que de forma acrítica, contribuem para perpetuá-los. Este fenômeno é silencioso e invisível por sustentar-se em padrões tradicionais de conjugalidade, permeados por enunciados religiosos e sociais que naturalizam suas condutas e que levam à crença de que as tradicionais relações entre os cônjuges desenvolvem-se a partir de práticas reciprocamente igualitárias.

Portanto, o micromachismo configura-se como microabusos e microviolências por posicionar-se contra a autonomia pessoal da mulher, e a favor do domínio e do controle que garantem a obediência e geram, especialmente para o universo feminino, ressentimentos e frustrações. Para denunciá-lo e torná-lo perceptível é necessário um trabalho de conscientização social, como defende Méndez (1998, p.2)

Creo que es importante develarestos mecanismos como parte de latarea de recuperar criticamente dimensiones alienantes de lacotidianidad naturalizada. Visibilizarloses um primer paso para intentar sunneutralizacion em las relaciones entre mujeres y varones em el núcleo conyugal. Primer paso que puede contribuir a modificar losjuegos de dominio y permitir eldesarrollo de relaciones mas cooperativas, honestas e igualitárias em derechos y obligaciones.

As premissas discutidas neste tópico não são aceitas facilmente pela sociedade. Elas representam um desafio ao que está tradicionalmente instituído e que apesar das visíveis mudanças estruturais, especialmente no bojo da conjugalidade, ainda estamos muito longe de construirmos hegemonicamente relações verdadeiramente igualitárias, fomentadas pelo afeto e pelo companheirismo.

3.3 VIOLÊNCIA E CONJUGALIDADE

À flor da pele e ao fundo da alma – assim é a violência no cotidiano, uma violência que corre e ricocheteia sobre todas as superfícies de nossa existência e que uma palavra, um gesto, uma imagem, um grito, uma sombra que seja, capta, sustenta e relança indefinidamente, e que, no entanto, desta espuma dos dias, abre à alma vertiginosos abismos em mergulhos de angústias que nos fazem dizer: “Sou eu mesmo toda essa violência?”

Roger Dadoun

3.3.1 Violência: visitando seus conceitos e tipologias

A violência permeia as relações sociais desde tempos remotos. Dadoun(1998) ao discorrer sobre a gênese da violência humana, introduz, entre outras, uma faceta para o homem, que ele chama de *HomoViolens*, definido como o ser humano estruturado intrínseca e fundamentalmente pela violência, dono de uma imaginação mórbida e perversa. Este autor qualifica o ser humano e a humanidade como protagonistase promotores de uma lista interminável de massacres e destruições promovidas pelo *HomoViolens*.

Apesar do desejo de superar este câncer que corrói as estruturas de todas as sociedades, a violência, imbricada na concepção do sujeito humano, persiste e se atualiza com outros trajes, confeccionados pelas relações de poder atuantes nas sociedades e modelados de acordo com o seu tempo histórico.

A violência representa uma das maiores preocupações sociais da atualidade, em função da sua presença cotidiana e explícita no tecido social. Culturalmente absorvida, sustentada e fortalecida por sistemas morais particularizados, algumas faces deste fenômeno são tão sutis que se tornam invisíveis e naturais aos olhos da grande maioria. Portanto, a articulação com a cultura, exige a compreensão dos seus papéis e sentidos nas dinâmicas culturais da sociedade em que este fenômeno está inserido.

Em nosso contexto social, a violência é embalada e reforçada pela sua espetacularização, por meio dos sensacionalistas veículos midiáticos, entretanto, em detrimento de uma análise sistemática da violência, o que se observa como ressonância deste pomposo investimento da mídia é o vertiginoso obscurecimento deste fenômeno.

Em concordância com Pereira et al. (2000, p. 18) “a estilização midiática necessariamente não bloqueia o surgimento de novas manifestações de violência; antes, talvez, adiciona-lhes novos sentidos”. A exposição contínua e maçante a uma abordagem banalizada da violência tende a mitigar tanto as consequências advindas deste fenômeno quanto as alternativas para combatê-lo. Ao fazer uma relação entre mídia e terrorismo, Dadoun (1998, p. 41-42) afirma:

O terrorismo sempre procurou “caixas de ressonância”, para assegurar uma difusão quase tecidual da violência em todo o corpo social. A este efeito de irradiação, verdadeiro oxigênio do terrorismo, as *mass media*, e particularmente a televisão, dão um esplendor incomparável. Assim, estabelece-se entre a televisão e o terrorismo um estranho conluio. Em tal *teleterrorismo*, o terrorismo age como predileção para a televisão, e em troca, a televisão monta o terrorismo como espetáculo, às vezes como ritmo de novela.

Este terrorismo novelístico, que delega um poder super-humano aos perfis violentos, produz sentimentos de medo e impotência. Como consequência destes desdobramentos, pode-se então corresponsabilizar a indústria midiática pelos efeitos colaterais de suas divulgações manifestadas, por exemplo, através do isolamento social e do individualismo.

A violência, especialmente a violência exercida contra a mulher, não pode ser compreendida a partir de uma perspectiva linear, baseada numa relação de causa-efeito, ela é uma categoria complexa que abarca uma trama social rizomática, que sem um ponto nodal atacável, ramifica-se em todos os meios sociais, como afirma Odália (1986, p. 10): “ela se estende do centro à periferia da cidade e seus longos braços a tudo e a todos envolvem, criando o que poderia chamar ironicamente de uma democracia da violência” constatação que coaduna com o pensamento de Saffioti & Almeida (1995), quando consideram que a violência é um fenômeno democraticamente distribuído.

Como consequência dessa característica polimorfa e ubíqua do fenômeno da violência, o combate às suas diversas formas de manifestações torna-se uma tarefa extremamente complexa, exigindo dos seus agentes uma ampla compreensão social que considere suas diversidades e mutações, incluindo diretamente em seu bojo as influências midiáticas.

Costa (2003) evidencia que a violência invadiu todas as áreas da vida do indivíduo. Porém, em função de suas peculiaridades e particularidades, só se pode apreendê-la analiticamente, pautando, especialmente, nas dinâmicas culturais de produção de subjetividades.

Ao pesquisar as conceituações e os processos históricos da violência, foi possível evidenciar que não há uma unanimidade quanto à sua concepção, suas definições sofrem sutis variações. Costa (2003), numa perspectiva psicanalítica, afirma que as definições dadas ao fenômeno da violência são provisórias, operacionais e inferidas a partir de situações pontuais e particulares.

A etimologia da palavra “violência” vem do latim *vis* que significa “violência”, mas também, “força”, “vigor”, “potência”. *Vis* designa mais precisamente o “emprego da força”, “as vias de fato”, assim como a “força das armas”. Dadoun (1998) solidifica sua hipótese de violência como essência do homem, ao esclarecer que o termo latim *vis* serve para marcar o “caráter essencial”, ou seja, a violência como essência do ser humano.

Michaud (1989) traz um conceito de violência que prevê, além da violência visível socialmente, a violência sutil e silenciosa, travestida de tradições culturais e que afeta especialmente as minorias, entre elas as mulheres. Segundo ele,

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 10).

Uma das entrevistadas relata um exemplo típico da invisível violência sofrida por muitas mulheres, que se justifica e se retroalimenta por meio dos padrões sociais impostos pelo machismo

Com uns seis meses de casada eu fui na minha terra, naquela época era umas sete horas de viagem, quando cheguei lá descobri que estava grávida de três meses do primeiro filho, aí eu falei para minha mãe: “Oh! Mãe eu não aguento mais, estou sofrendo muito, eu não aguento essa vida, eu não aguento essa prisão, eu não aguento esse condicionamento, eu não aguento nada do que está se passando em minha vida, por que eu fui criada tão diferente, muita liberdade, com tudo”. Aí ela falou assim: “agora é tarde”. Eu não encontrei apoio na minha família, porque naquela época uma mulher separada não tinha valor de nada e, portanto, ela falava: “antes sofrer, do que ficar separada. Tem que aguentar o sofrimento”. (Virgínia, 61 anos).

Outra conceituação para o fenômeno da violência, muito utilizada pelas(os) estudiosas(os) da condição feminina, e que o relato acima ajuda a compreender, é baseada na ideia de liberdade e servidão apropriadas por Chauí (1985, p.35), que define violência como:

Uma realização determinada das relações de força, tanto em termo de classes sociais quanto [...] interpessoais [...]. Preferimos considerá-la como

conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de uma desigualdade com fins de dominação, de exploração, de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais [...] e como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência [...] assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. [...] resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam.

Pelo caráter multifacetado que o fenômeno da violência possui, ele exige um pensamento multidisciplinar para compreendê-lo, Segundo Novo (1996) é inadequado abordá-lo no singular, ao levar em conta os contextos, especificidades e situações particulares em que as violências ocorrem. Não é possível englobá-las numa única categoria chamada violência. Portanto, é preciso qualificá-las e tipificá-las. No caso específico deste estudo, nos ateremos em pormenorizar a violência que atinge, especialmente, a população feminina.

Apesar de nossa sociedade apresentar números quantitativamente proporcionais entre homens e mulheres, estas, juntamente com outros grupos humanos, a exemplo dos homossexuais, dos negros e dos índios, são consideradas como uma das minorias sociais. Esta classificação se justifica por meio da subordinação política, cultural e em alguns casos, socioeconômica da mulher, que em função de uma sociedade machista, define o homem como majoritariamente dominante.

Segundo Bourdieu(1999), a dominação exercida pelo gênero masculino sobre o feminino é simbolicamente violenta. Imposta pelo poder social, através tanto de relações coercitivas quanto da sutileza e do requinte da violência cotidiana, contida nas comunicações e saberes, reverberados por meio da memória coletiva marcada pela perspectiva androcêntrica de mundo. Esse tipo de dominação está presente no cotidiano de muitas relações conjugais, inclusive no de algumas das mulheres entrevistadas:

[...] Como eu demorei para engravidar, ele falou que eu não prestava nem para ter filhos. (Rosiska 50 anos).

Eu percebia que se eu fosse abrindo mão das coisas, eu ia ficar expropriada da minha vontade própria, do meu direito ao uso e ao usufruto da casa. Então, por exemplo, nós tínhamos um espaço só para televisão, assistir vídeo, tudo mais. Aí ele se instalava no sofá, botava tudo à sua volta e quando eu pedia pra mudar de canal, pois era ele quem usava o controle, ele não deixava e não saía do lugar pra eu sentar. Isso já está virando até folclore nas relações, eu soube de uma história que a mulher pediu a separação e uma das reivindicações dela era o direito a ficar com o controle nas mãos. Você imagina simbolicamente o que isso significa? Quer dizer, ele pode apagar a

gente, nos desligar a qualquer momento. E o terrível disso para mim não era só ele fazer, mas fazer na vista dos filhos. (Frida, 55 anos).

A educação daqui de casa sempre foi muito repressora. Meu pai proibia, ele era de um jeito que mesmo se a gente via uma coisa, ele dizia você não viu. Minha mãe queria que a gente fosse mais independente, mas não mostrava como. Para meu pai mulher tinha que ter cabresto. (Clarice, 36 anos).

É por pertencermos a uma sociedade que não apresenta uma equanimidade entre os gêneros, que se justifica a complexidade de patologias sociais relacionadas à violência como fruto da relação desigual de poder entre os membros do casal. Existe hoje um rol de especificidades de violência que acometem, em maior ou em menor intensidade, as mulheres de nossa sociedade.

A violência que afeta as mulheres apresenta uma hierarquia peculiar, ela parte de uma modalidade ampla, a saber: a violência de gênero – esta abarca além das mulheres, outras categorias de gênero, a violência contra a mulher, a violência doméstica e a violência intrafamiliar, que ocorre apenas entre os membros da família, a exemplo do objeto deste estudo: a violência conjugal, que é também, uma modalidade de violência doméstica.

3.3.1.1 Violência de gênero

Ignorando fronteiras de classes sociais, de tipos de cultura, de graus de desenvolvimento econômico e de contingentes étnico-raciais distintos, a violência de gênero é mais uma das facetas transmutáveis do fenômeno da violência em nossa sociedade e talvez a mais democrática pela sua peculiaridade em manifestar-se em quase todos os estratos sociais.

É calorosa a discussão de gênero e suas problematizações, especialmente para os teóricos que discutem esse conceito. Por citá-lo, tornar-se-á necessário conceituá-lo da forma como o compreendemos. Em consonância com Saffioti & Almeida (1995) o gênero é concebido como uma relação entre sujeitos e assim como as categorias classe social, raça e etnia, ele é socialmente construído. Em nosso contexto histórico, o gênero se caracteriza pela relação dominação-exploração e se constitui como fenômeno social em permanente transformação e mutabilidade, dessa forma, vai de encontro às determinações biológicas. Sobre este assunto, Butler afirma que:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem

tampouco aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. (BUTLER, 2012, p. 24).

Butler discute, no excerto transcrito, o combate à fórmula da biologia como destino – polemizada por Simone de Beauvoir, com sua célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, popularizada pelos movimentos feministas –, pensando também as tradicionais instâncias culturais de construção do gênero, em que apenas substitui o determinismo biológico pelo cultural e, dessa forma, engessa o seu conceito.

Para Saffioti (2004), o conceito de gênero não é considerado apenas uma categoria de análise, sua concepção amplia-se a categorias históricas baseadas em discussões relacionadas às divisões e atribuições assimétricas de potencialidades, à gramática sexual, à semiótica, às representações identitárias simbólicas e culturais, às conceituações de normas interpretativas relacionadas tanto às organizações e instituições sociais quanto às identidades subjetivas, entre outras. Reforçando este ponto de vista, Lauretis (1994) concebe o sujeito social, a partir de suas relações de sociabilidade e de subjetividade como:

Um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito "engendrado" não na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994, p. 208).

Nesse sentido, tanto Saffioti quanto Lauretis defendem que a conceituação multimodal de gênero regula tanto as relações homem-mulher, como também as relações homem-homem e mulher-mulher sem, entretanto, estabelecer uma hierarquia *à priori*. Segundo Saffioti (2004, p.45), “O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”. Para esta autora, a constituição dos sujeitos não se faz exclusivamente pelo gênero, mas também pela classe social, pela raça e pela etnia.

Este é um conceito amplo de violência que está diretamente ligado às relações de poder estabelecidas hierarquicamente, através das definições binárias de sexo impostas e desenvolvidas pelas tecnologias patriarcais. Para Anália (42 anos), uma das entrevistadas, o que mais prejudicou e prejudica a sua vida até hoje,

É a forma de meu pai agir com a gente: proibição, severidade, a ignorância dele que pra mim é o pior de tudo, a ignorância dele com as filhas e

principalmente comigo. Ele acha que mulher não tem vez na vida, que ela nasceu pra lavar, cozinhar e arrumar. Mulher teve casa e comida, está bom demais, não precisa mais que isso. É isso que ele pensa até hoje. Ele sempre foi contra a mulher ter independência.

Saffioti(1995) compreende gênero como relação social em permanente transformação, caracterizada pela intercessão do padrão dominação-exploração. É concebido, portanto, como um modo de dar significado às relações de poder entre os sujeitos historicamente e socialmente construídos. Apesar da autora também defender que os sujeitos não se fazem exclusivamente pelo gênero, mas também pela classe social e pela raça/etnia. Nesse sentido, Saffioti (1995) afirma que enquanto gênero é constitutivo das relações sociais, a violência de gênero é constituída pela ordem falocêntrica.

Ah... Ele me humilhava muito. Nas discussões da gente ele falava que eu não tinha pedigree, que eu era de uma família de negros alforriados, que eu não tinha emprego bom e nem ganhava dinheiro, que se eu quisesse ter conta num Banco, eu fosse trabalhar. Que meu curso era coisa de mulherzinha, não dava dinheiro, que não entendia para que eu fazia especialização de uma coisa que não dava dinheiro. Que eu jamais ia viver com aquela profissão. (Carole, 43 anos).

Silva (1999), define a violência de gênero, como um campo de forças, corporificado nas relações de poder que se estabelece a partir de um padrão de relação social, indispensável a uma organização socialmente constituída, baseada numa hierarquia de lugares sociais e na desigualdade entre o gênero masculino e o feminino, onde este último encontra-se em posição de inferioridade. A autora ainda afirma que a violência de gênero pode ser

Entendida como relação social hierarquizada, ancorada na ideia de que a sociedade se organiza a partir de uma gramática sexual, onde os homens “naturalmente” gozam de supremacia em relação às mulheres. Numa perspectiva ético-política, a violência de gênero é concebida como violação aos direitos humanos, tomando a liberdade como valor central e como condição para a plena realização (material e não-material) dos indivíduos e como condição, também, do real exercício da cidadania. (SILVA, 1999, p. 3).

Silva (1999) transcende o campo da satisfação das necessidades humanas básicas ao pensar o conceito de liberdade como plena realização e assim enveredando por caminhos singularizados.

Segundo Saffioti (2001b), a violência de gênero afeta tanto mulheres quanto crianças, adolescentes e idosos de ambos os sexos. Esta característica torna esta tipologia de violência

ampla e genérica, da qual se ramifica uma série de outras especificidades e modalidades de violência. A exemplo do relato de Virgínia (61 anos):

Tivemos seis filhos e ele foi muito intransigente com todos os eles, em me lembro de que quando o nosso primeiro filho tinha apenas quatro meses de vida ele bateu no menino. Foi uma cena que me doeu muito, ele deu uma palmada só porque o menino chorou muito.

Isto posto, Saffioti (1995) afirma que as normas sociais que regulam a convivência de homens e mulheres, de brancos e negros, de ricos e pobres, de adultos, crianças e idosos contém violência. De forma que, a mera obediência às normas sociais conduz à violência de gênero, de raça/etnia, este argumento corrobora com a afirmação de que a violência de gênero é estrutural.

3.3.1.2 Violência contra a mulher

Apesar da hierarquização de identidades sociais baseadas num pensamento autoritário e, via de regra androcêntrico, vale ressaltar o grande avanço social e científico em reconhecer as concepções da multiplicidade do sujeito e, portanto de gênero. Porém, para a proposta deste trabalho, não será estudado as múltiplas interpretações de sexo e gênero, o foco é conhecer as instâncias simbólicas e interpretativas relacionadas às identidades de gênero masculina e feminina, que definem condutas distintas para homens e mulheres, pois embora o gênero não se consolide em um ser biologicamente determinado, ele permeia a construção identitária do homem e da mulher.

É consensual, entre feministas e estudiosos do fenômeno da violência, a concepção de que as construções de gênero estabelecem relações de força e de poder que, socialmente, justificam e invisibilizam a violência contra a mulher.

Segundo Saffioti e Almeida (1995, p. 29):

Ao mesmo tempo em que o gênero é constitutivo das relações sociais, a violência é constitutiva da ordem falocrática. Por conseguinte, o gênero informado pela desigualdade social, pela hierarquização e até pela lógica de complementaridade traz embutida a violência.

A violência contra a mulher, um subtipo da violência de gênero, se faz presente em todos os estratos sociais, pelo seu inter cruzamento como o patriarcado, Saffioti e Almeida (1995) afirmam que a violência masculina contra a mulher manifesta-se em todas as sociedades falocêntricas. Como em todas as sociedades ocidentais, em maior ou em menor

medida, verifica-se a onipresença deste fenômeno. Assim, é possível inferir que nenhuma sociedade ocidental e nenhuma classe social escapam da experiência desta modalidade de violência.

Os movimentos feministas que lutam pelo combate ao machismo e pelo reconhecimento e valorização das especificidades femininas, datam do século XIX. Porém, as questões relacionadas à desnaturalização e denúncia da violência de gênero são bem mais recentes.

A Europa da década de 1970 constitui o pilar na construção de um campo de estudos da condição feminina em nossa sociedade, batizado por “womensudies”, fruto da agitação dos movimentos feministas da década anterior. Como resultado da extensão dos estudos sobre as especificidades das questões femininas, as Nações Unidas torna-se o primeiro dos organismos internacionais a se interessar pela gravidade da violência contra a mulher, no ano 1975. Cinco anos depois, houve um reconhecimento explícito de que essa modalidade de violência é o crime mais encoberto e mais frequente do mundo, fruto da ideologia binária e excludente que alimenta e retroalimenta as relações entre vítima e culpado.

Em resposta às demandas dos movimentos feministas, desde meados da década de 1980, foram criados no Brasil, por meio das políticas públicas, alguns dispositivos especializados no atendimento às mulheres violentadas como é o caso da primeira delegacia para atendimento à mulher, inaugurada na cidade de São Paulo em 1985 este serviço foi paulatinamente expandindo-se para os demais centros urbanos do país.

Apesar de ainda escassos e pouco avaliados, os espaços de proteção à mulher representam avanços importantes na luta contra a violência de gênero. Foi a partir do levantamento quantitativo destes serviços que, baseado em dados estatísticos, fica clara a incidência da violência intrafamiliar e doméstica, colocando em cheque a idoneidade do cuidado e da proteção familiar ao revelar o espaço privado como o lugar privilegiado da violência contra a mulher.

Porém, ao longo dos anos de 1980, as discussões sobre gênero e violência orbitaram na lógica dual e contrastante que opuseram os sexos binariamente, definindo padrões e condutas comportamentais para vítima e algoz, não se atendo às matizes dessas diferenças.

Os anos de 1990 apresentam um amadurecimento maior na compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, ampliando sua discussão e colocando-a como uma questão de violação de direitos humanos. Momento em que, de forma massificada, posturas políticas são exigidas no sentido de resguardar as vítimas desse tipo de violência. Em resposta às

exigências sociais, foram organizadas nessa mesma década importantes conferências mundiais, para discutir o fenômeno da violência sofrida pelas mulheres em nossa sociedade.

Como resultado dessas conferências e encontros mundiais, a comunidade internacional de Direitos Humanos exerceu maior pressão sobre os Estados membros para que estes adotassem a perspectiva de gênero em suas políticas, como forma de eliminar a violência e a discriminação contra a mulher.

O Brasil, como os demais estados membros das Nações Unidas, assumiu o compromisso de prover a equidade e a igualdade de gênero como questão de segurança pública. Para tanto, fez-se necessário, que o Estado atuasse no sentido de mudar práticas e mentalidades, alterando os padrões discriminatórios, socioeconômicos, culturais, políticos e sociais que alimentam as relações de poder, contribuindo para a mudança da situação de subordinação das mulheres e garantindo a sua segurança.

Em resposta ao compromisso assumido pelo país, foi criado no Brasil a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) como o objetivo de estabelecer políticas públicas voltadas para a melhoria de vida das mulheres brasileiras, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais. O grande desafio era a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

Visando efetivar as propostas delineadas pela SPM, foram criados, em todo o país, programas e serviços de proteção à mulher, incentivo à pesquisa com essa temática, publicações que apresentassem questões de interesse para a mulher e a criação da lei Maria da Penha. Esta lei, criada no ano de 2006, garante legalmente proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

A Convenção Interamericana da ONU para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994) define “violência contra a mulher” como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Dentro desta curta categorização, estão imbricadas várias outras tipologias de violência.

Portanto, reconhecida como uma das tipologias da violência de gênero, a violência contra a mulher está presente nos mais diversos âmbitos, revestida de múltiplas formas e com distintos níveis de intensidade. Esta é a mais extensa, oculta e impune tipologia de violência praticada em nossa sociedade, motivo pelo qual ultrapassa as fronteiras do espaço privado, tornando-se uma preocupação social, traduzida em algumas políticas públicas e em muitos movimentos políticos e sociais que combatem este tipo de violência.

A violência contra a mulher provavelmente constitui-se como a mais comum e habitual violação dos direitos humanos, que afeta o maior número de pessoas no mundo. Milhões de mulheres e meninas, em todos os lugares do globo terrestre, independente do sistema econômico, político e social do qual fazem parte, são vítimas de violência por razão do seu sexo.

Os estudos e investigações do feminismo, da sociologia, da psicologia, da saúde pública, entre outros campos do saber, preocupados com esta temática, mostram que não existe uma causa única que explique o fenômeno da violência contra a mulher, o que há é uma conjunção de fatores específicos de desigualdade de gênero.

O tema da violência contra a mulher foi durante muito tempo relegado à invisibilidade e justificado por condutas culturais de naturalização deste fenômeno. Foi graças ao trabalho de base das organizações e movimentos de mulheres em todo o mundo que este tema adquiriu proeminência e relevância.

A violência contra a mulher tem deixando, paulatinamente, de ser tratada como o resultado de violentas condutas individuais, para ser compreendida como consequência de relações de desigualdade entre os sexos, que estão profundamente arraigadas na estrutura social.

Nessa perspectiva, o esforço daqueles que lutam pela promoção e proteção dos direitos das mulheres, tem como propósito alcançar uma substantiva igualdade de direitos e deveres sociais entre homens e mulheres, como possibilidade de romper com o ciclo de violência que acomete a população feminina.

3.3.1.3 Violência Doméstica

A agressão doméstica é uma modalidade de violência que se expressa como um subtipo da violência de gênero e ocorre principalmente, no espaço privado, lugar onde se estabelecem as relações familiares. A família, reconhecida historicamente como espaço de refúgio, lugar de amparo, segurança e acolhimento, é também o lugar das contradições. Como afirma Welzer-Lang (1991) “a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do dominante”.

A manutenção da visão tradicional da família como lugar blindado e sagrado foi, durante muito tempo em nossa sociedade, uma barreira intransponível para a visibilidade do fenômeno da violência doméstica. O capítulo I deste estudo evidencia a novidade histórica do reconhecimento e do combate à violência doméstica, no bojo do santuário familiar, pois,

durante séculos, foi culturalmente e legalmente garantido ao homem o direito de castigar sua mulher e sua prole, a exemplo da situação vivenciada por uma de das entrevistadas:

Quando meu pai descobriu que eu estava com um namorado ele me espancou até sangrar. Logo depois, mentiram pra mim e me levaram para outro Estado para a cidade de Salgado e de lá para a cidade de São Bento do Una, onde eu fui internada em um colégio. Lá eu ficava presa e só saía com uma tia. (Anália, 42 anos).

A violência doméstica eclode, muitas vezes, quando o mecanismo patriarcal de controle da família não funciona a contento e pela sua ordem de poder e controle. Esta modalidade de violência atinge prioritariamente crianças, mulheres e idosos. Estatisticamente o espaço privado familiar é o local em que elas correm o maior risco de serem agredidas, estupradas, ameaçadas e mortas. Como deixa claro o relato de Rosiska (50 anos):

Certa vez ele chegou dentro de casa brigando por que eu tinha saído e tinha me maquiado, que ele não gostava e etc. Quando eu entrei, ele bateu uma porta de vidro que tinha dentro de casa, eu vi e falei: “você é louco?”. Ele foi dentro do quarto e me trancou lá e falou: “você vai ver quem é louco”. Carregou o revólver na minha frente, com seis balas e colocou no meu ouvido e disse: “ri de mim pra você se eu não disparo todinho no seu ouvido”.

O mapa da violência de 2012, trata dos homicídios de mulheres no Brasil. Este levantamento produzido pelo centro brasileiro de estudos latino-americanos (CEBELA) e coordenado por Julio Jacobo Waiselfisz (2012). Quanto aos atendimentos por violência contra a mulher, realizados pelo sistema único de saúde, o estudo revela que, segundo dados do SUS, 71,8% dos casos de violência contra a mulher ocorreram na própria residência da vítima. As idosas com idade acima de 60 anos, com 85,8% dos casos apresentavam os maiores índices de ocorrência, seguidos de meninas com idades entre 5 e 9 anos que apresentaram índices de atendimentos por violência de 79,5%. Tais dados, não significam que as mulheres que não participam das faixas etárias de maior incidência sofram menos violência. Estas, por representarem sujeitos menos fragilizados, podem não necessitar de atendimentos médicos na maioria das ocorrências de violência em que são vítimas.

É muito recente a visibilidade social dada a este tipo de violência. O aumento quantitativo e qualitativo de estudos sobre o fenômeno da violência doméstica, as políticas públicas implantadas, as legislações promulgadas em prol do combate a este fenômeno, foram conquistados por meio de intensas lutas, protagonizadas pelos movimento de mulheres e pelo movimento feminista.

No Brasil, um importantíssimo instrumento jurídico de amparo à vítima de violência doméstica é a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, criada em 2006, para coibir a violência doméstica, após anos de lutas dos movimentos de mulheres e do movimento feminista e da pressão de organismos externos. Este instrumento define violência doméstica e familiar como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Segundo os incisos do art. 5º, da Lei Maria da Penha, a violência doméstica ocorre no âmbito da unidade doméstica – onde convivem parentes ou não, incluindo pessoas que frequentam ou agregados; no âmbito da família – comunidade cujos membros são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa – ou em qualquer relação íntima de afeto – na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação e/ou orientação sexual. O art. 6º desta Lei classifica esta modalidade de violência como uma das formas de violação aos direitos humanos.

Assim descrita pela Lei Maria da Penha, a violência doméstica contempla as modalidades de violência intrafamiliar e sua extensão, a violência conjugal, ambas constituem-se categorias da violência doméstica.

Ao tratar da violência doméstica, Saffioti(2001) chama a atenção para o caráter simbólico do espaço privado, afirmando que este não se limita territorialmente, a exemplo do contexto conjugal, em que ela perdura mesmo depois do rompimento da relação afetiva. Saffioti(1998) ainda salienta que este tipo de violência não se limita ao espaço doméstico, ela pode ocorrer em qualquer espaço público ou institucional, como por exemplo, no local de trabalho da vítima. Os depoimentos abaixo ilustram esta afirmação:

Eu estava na escola dando aula e ele foi para lá com um revolver, me xingou, me ameaçou... (Diane, 52 anos).

Eu não tinha condições financeiras para dar um basta judicialmente na questão, e por isso tivemos brigas terríveis. Ele fazia escândalos e mais escândalos aqui na porta, já brigamos na porta da padaria, dele chutar minha porta, coisas assim.... (Clarice, 36 anos).

Uma vez em São Paulo quando fomos fazer compras, ele fez tanta grosseria comigo na frente do rapaz do táxi que nós alugamos, que numa oportunidade lá o rapaz virou pra mim e disse: “como é que a senhora vive com esse homem? “Eu nunca vi um homem tão agressivo com uma mulher como esse homem é com a senhora”. (Rosiska, 50 anos).

É importante destacar que na violência doméstica, diferentemente da violência intrafamiliar, não precisa haver uma relação de parentesco entre os envolvidos. Entretanto, agressor e vítima devem participar das regras simbólicas que regem o funcionamento doméstico, como demonstram os relatos a seguir:

Eu lembro que uma das minhas irmãs, que estava com 18 anos estava lá em casa, eu tinha uns quatro anos de casada. Tinha um primo meu também. Eles começaram a brincar e meu marido começou a brincar com minha irmã e deu uma mordida no peito dela. Eu fiquei tão envergonhada de ter casado com alguém daquela estirpe. (Marlise 44 anos).

[...] Tem os casos assim, de empregadas né! Que só depois a gente fica sabendo. Ele não deixava uma empregada, na minha casa. Eu ficava sabendo depois que elas me pediam para sair. Elas comentavam com pessoas que depois me diziam: “Ah! ela saiu da sua casa por que ele mexeu com elas”. Eu tive uma empregada, por exemplo, tida como direita, depois que ela foi embora, ele contou para o meu compadre que um certo dia ele inventou que o carro não estava pegando – ele sempre acordava cedo demais, três, quatro horas da manhã para viajar – então ia pegar o carro para ir para a fazenda logo cedo. Aí bateu na porta do quarto da empregada, chamando para empurrar o carro. Aí ele tirou o carro da garagem e foi empurrando pela rua do fundo, quando já estava bem abaixo da rua ele forçou a menina a ter relação com ele. Depois disso ela ficou ainda por um tempo em minha casa, depois adoeceu e foi embora e eu fiquei supondo que ela adoeceu, quem sabe se não ficou grávida e foi abortar? Ou, quem sabe se ele não deu algum remédio para ela abortar? (Mariza, 52 anos).

Eu me arrumei toda para chamá-lo para sair, aí foi quando a empregada me chamou e falou que ele estava assediando a babá. (Marlise, 44 anos).

De repente ele deu para safado. Entrou na idade do lobo e começou com os namoros, buliu até com pessoas que eu criei aqui dentro de casa, e até com empregadas (Simone, 62 anos).

Portanto, fazem parte da categoria violência doméstica, as violências entre pessoas que convivem no ambiente familiar. São as violências praticadas e sofridas pelas empregadas domésticas, crianças e adolescentes, cônjuges e visitantes esporádicos, assim como abrange as ações praticadas na extensão simbólica do território do domicílio.

3.3.1.4 Violência Intrafamiliar

Violência que recai exclusivamente sobre os membros da família, suas principais vítimas são mulheres, crianças, adolescentes. A violência intrafamiliar não se restringe ao

espaço físico doméstico, ela se estende aos espaços públicos e institucionais de forma direta, através da violência física, sexual ou psicológica ou indireta como a violência moral. Como exemplifica os relatos a seguir:

Uma vez ele colocou todos nós no carro, apagou os faróis e foi para uma rodovia aqui perto, andando na contramão, me ameaçando. Dizia que ia matar todo mundo, e meus filhos lá no meio, vendo tudo aquilo. (Heleieth, 33 anos).

Ah! Com ele me humilhava... por que ele trazer namoradas pra cidade, desfilarem publicamente com elas em espaços como o meu ambiente de trabalho, com colegas e amigos de convivência e de forma pública. Isso significava um afronta a mim e a meus filhos. (Frida, 55 anos).

Ao discutir sobre as modalidades de violência, Saffioti (1995) pensa as justificativas sociais para este fenômeno dentro do espaço familiar, estas são amparadas pelos tradicionais valores patriarcais, traduzidos em poder familiar.

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso “legítimo” da força física. Como efeito, o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos das sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social dessa supremacia masculina. É com esta estrutura que a família tem garantido o *status quo*, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos. (SAFFIOTI, 1995, p. 33).

Portanto, os valores sacralizados da família, fomentam formas violentas de sociabilidade entre seus membros, autorizando práticas autoritárias e violentas nas relações homem-mulher e adulto-criança. Saffioti (1995, p.34) declara que “o espaço intrafamiliar constitui o caldo de cultura propício à rotinização das relações violentas”, como fica bem explícito nas declarações abaixo:

Ele exigia de mim uma submissão, ele falou, por exemplo, que quando eu fosse pedir as coisas a ele eu tinha que chupar o pinto dele. [...] Disse ainda que mulher tinha que ter um jeitinho especial com o marido e fazer isso, fazer aquilo. Aquilo me chocou muito. Clarice (36 anos).

Nosso filho criou assim com uma certa distância do pai, por que ele já bateu no menino até sangrar. O menino era muito levado e o pai muito intransigente e dominador. A primeira família dele só comia quando ele chagava e todos tinham medo dele. (Virgínia, 61 anos).

Estes comportamentos, pelo seu caráter privado e especialmente pela representação simbólica da família, estão blindados por um muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo social.

A violência intrafamiliar, apesar de ser uma das formas mais comuns de manifestação da violência, ela ainda é invisibilizada e silenciosa por ocorrer dentro do âmbito privado das relações de intimidade. Em função desta peculiar característica, o fenômeno da violência intrafamiliar não pode ser quantificado através de dados estatísticos, pois estes representam uma ínfima parte da verdadeira dimensão do problema, considerado metaforicamente como “a ponta do iceberg”, situação que pode ser ilustrada por meio dos relatos a seguir:

Teve um dia que eu achei que ele ia me matar. Quando ele puxou o revólver pra atirar em mim eu tive a sorte de pegar o cobertor e jogar nele e nessa confusão eu conseguir bater a porta do quarto e trancar. [...] Procurei minha amiga e ela falou: “vamos à delegacia dar queixa”, eu falei: “não, eu tenho vergonha, isso é muito humilhante”. (Anália, 42 anos).

Tive dificuldades em decidir pela separação, primeiro, porque eu quis lutar para ter família e dar uma família a meus filhos. Uma das coisas que mais estava presente era a necessidade da família para os meus filhos. A outra coisa era a dificuldade de processar, isso numa cidade em que a mulher é vista de forma tão depreciativa, cheia de preconceitos e onde as barreiras todas se armam para aquelas que ousam ser independentes, livres, mais determinadas. (Frida, 55 anos).

Assim como nos relatos acima, diariamente muitas pessoas, algumas delas próximas a nós, outras, que nem sequer imaginarmos, engrossam a lamentável estatística das vítimas silenciosas e silenciadas da violência intrafamiliar.

Como o objeto desta análise está centrado na Violência Conjugal, que se caracteriza como uma das modalidades de violência intrafamiliar, portanto, doméstica, tratar-se-á mais especificamente desta e das consequências que ela provoca na vida de mulheres que já sofreram e ainda sofrem seus efeitos.

3.3.1.5 Violência Conjugal

Esta forma de violência constitui-se como uma especificidade da violência intrafamiliar, portanto, doméstica, de natureza privada e ocorre entre os cônjuges, no âmbito das relações afetivas e amorosas, prioritariamente no espaço privado do lar. Esta tipologia de violência é, na maioria das vezes, praticada contra a mulher e configura-se como um poderoso

mecanismo de controle social, delineado pelas práticas cotidianas através das tecnologias de gênero (Lauretis, 1994)¹¹.

Silva (1999) salienta que o espaço doméstico configura-se como um território extremamente perigoso para as mulheres, local em que ocorre o maior número de feminicídios. Garcia (2013) ao analisar os dados do IPEA, revela que aproximadamente 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo. Em contraste, essa proporção é próxima a 6% entre os homens assassinados. Estes dados revelam a vulnerabilidade da mulher no espaço em que devia fomentar sua segurança e proteção.

Costa(1998) examina duas ideias distintas em sua análise sobre a violência: a primeira relacionada à coerção pela força, tanto física quanto moral, diante de alguém em posição inferior; a segunda ideia, que reforça a primeira, justifica-se através da legalidade jurídica do contrato social, cuja ruptura das cláusulas acordadas previamente entre as partes, configura-se em violência pelo abuso de poder. Nesse sentido, Cunha conclui que:

Na violência que os homens exercem contra mulheres na relação conjugal, podemos perceber a presença dessas duas ideias apresentadas por Costa. Primeiro, porque o homem detém uma força física superior à da mulher e, depois, porque, mesmo participando de um contrato que se supõe entre iguais perante a lei, o homem, muitas vezes infringe este contrato e usa a violência contra a mulher como forma de garantir sua supremacia na relação. (CUNHA, 2007, p. 23).

A violência conjugal manifesta-se por meio de diversas formas de opressão, discriminação e exploração, ou seja, qualquer ato ou comportamento que envolve a expropriação do outro nas relações vivenciadas da conjugalidade. Assim, tanto os atos relacionados ao feminicídio, passando pela violação da integridade física e sexual, quanto os pequenos gestos de desqualificação do outro, são concebidos como violência conjugal, a exemplo do que ocorreu com as entrevistadas abaixo:

Ele sempre me humilhava na frente das crianças, dizendo: “sua mãe está gorda, uma elefanta”. E as meninas fazem isso até hoje, elas viram pra mim e falam: “minha mãe você está muito gorda, está feia, sempre depreciando...” (Teresa, 44 anos).

¹¹Termo cunhado por Lauretis (1994) em que o define como produto da ação de diversos instrumentos e aparatos sociais disciplinadores, como os discursos e as práticas institucionalizadas que produzem micropoliticamente representações de gênero. Portanto, o termo “Tecnologia do Gênero” traduz o conjunto dos efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, frente ao desenvolvimento de uma complexa tecnologia política, como produto e processo de certo número de tecnologias sociais e aparatos biomédicos.

[...] Subi a escada, ele quebrou uns discos e subiu atrás de mim, eu sabia que ele ia me ameaçar de morte (Rosiska, 50 anos).

Silva (1999, p.243) afirma que a violência conjugal “envolve rituais e cenas de agressões explícitas e materializadas, como a violência física e sexual, com a sua dimensão difusa e invisível, que se delinea no campo psicológico”. Cunha (2007) aponta que as principais causas das agressões e ofensas estão relacionadas a fatores psicológicos como a insegurança e a impotência. Ao associar o poder como sinônimo de potência, como sinaliza May (1981), a impotência revela-se como um contraponto ao poder, ou a sua vivência de forma insatisfatória. Como podemos observar no relato de Rosiska (50 anos):

Ele estava deitado na cama, eu cheguei, sentei no pé da cama para tentar amamentar, ele dormindo, virou a perna, eu falei: “chega essa perna pra lá”, ele virou e disse: “eu não sei onde estou que não lhe sento o tapa na cara”, eu falei: “então senta”, ele levantou, eu com a menina no colo tentando amamentar e “pá!”, me bateu dos dois lados da cara.

Diante disso, as causas da violência de gênero estão diretamente relacionadas a uma relação de poder. Cunha (2007, p.85) evidencia que “como os homens não sabem conviver com a impotência, eles acabam por violar o espaço da mulher, por meio da violência”. Os relatos a seguir expressam formas de impotência:

A coisa que ele mais tinha ódio era se eu o respondesse, está entendendo? Ele queria falar e não queria que ninguém respondesse, defendesse, não queria que ninguém justificasse nada. Ele não suportava, achava um desrespeito. (Virgínia, 61 anos).

Eu tinha que abrir mão da minha posição da minha convicção, daquilo que eu compreendia como correto, como sensato, para evitar uma briga, uma discussão, principalmente na vista das crianças. (Frida, 55 anos)

A violência conjugal apresenta algumas peculiaridades, pelo cunho íntimo que assume, uma delas diz respeito à rotinização das agressões que, ancorada na dominação-exploração masculina alimenta e retroalimenta o ciclo da violência conjugal.

Leonor Walker (1979) em sua investigação sobre as sequelas da violência contra a mulher, foi a primeira a falar do ciclo da violência. Segundo esta autora, as agressões contra as mulheres ocorrem de forma intermitente no bojo das relações conjugais. Elas configuram as dinâmicas do casal e manifestam, na maioria das vezes, de forma sistemática, passando necessariamente pelas fases: do aumento da tensão, do ataque violento e da “lua de mel” ou apaziguamento, como descrito a seguir:

1ª Fase: Do aumento da tensão

O acúmulo das tensões vividas pelo casal cotidianamente são desencadeadas por fatores diversos que se adequam à dinâmica de cada casal. Assim, os pequenos episódios de agressão vão se intensificando paulatinamente com o constante incremento de hostilidade e ansiedade. As primeiras manifestações de violência costumam ser verbais, nelas, normalmente o agressor justifica sua conduta por uma provocação qualquer da vítima. Cunha (2007, p. 88) adverte que “o aumento da tensão pode resultar em discussão entre ambos e pode, ainda, ser facilitado pelo uso de drogas ou bebidas alcoólicas”. Como nos relatos abaixo:

Às vezes quando acontecia uma briga muito grande, ele chorava, ajoelhava nos meus pés, pedia perdão, dizia que não ia mais acontecer etc. e aí levava um tempo grande sem acontecer. Quando as brigas eram pequenas, não, elas iam acontecendo e iam aumentando a intensidade, até que estourava uma coisa maior e aí levava um período de tranquilidade. (Judith, 44 anos).

No final da relação ele já bebia na minha intenção. Já bebia para poder dizer o que tinha vontade e era sempre coisas absurdas. À medida que o tempo foi passando essas agressões verbais e físicas foram se tornando mais violentas. Essas agressões era por qualquer coisa... (Maria, 61 anos).

2ª Fase: Do ataque violento

A tensão acumula-se a ponto de provocar um súbito ataque violento. A violência pode variar desde um empurrão até o homicídio, passando por manifestações como a agressão verbal, o abuso emocional, a violência física, psicológica e sexual. Durante esta fase, o agressor utiliza-se de qualquer método para obter o domínio e o controle da mulher, deixando a vítima debilitada e impotente. Foi assim que se sentiu Judith (44 anos):

Um dia eu tinha saído para a casa da minha mãe, e quando voltei pra casa ele tinha rasgado todas as minhas roupas, todas. Eu fiquei com a roupa do corpo. Justamente para eu não sair. Quando eu cheguei, abri o guarda-roupa e não tinha uma roupa. Eu perguntei “cadê minhas roupas”, ele respondeu “não sei”. Eu descobri que todas as roupas rasgadas estavam em baixo da cama.

3ª Fase: Da “lua de mel”

Esta fase refere-se ao apaziguamento, momento em que surge o arrependimento, muitas vezes instantâneo, do homem e no qual ele pede desculpas fazendo promessas de que os atos de violência não se repetirão. Segundo Walker (1979), esta é a fase da verdadeira manipulação afetiva. Como no exemplo abaixo:

Algumas vezes ele se arrependia depois que passava algum período, uns dez, quinze dias. Outras vezes ele saía dizendo que ia sumir, isso mais no começo do casamento. Depois ele entrava naquela piração que ia ficar louco. Umás duas vezes teve crise de choro [...] Essa coisa toda. Ele fazia aquele drama. De repente eu tinha que ser a mãezona e protegê-lo. (Rosiska, 50 anos).

A mulher restabelece a crença na paz e na restauração de um suposto equilíbrio conjugal. Porém, esta fase nem sempre é duradoura, ela será determinada pela reincidência do algoz, quando este, mais uma vez, se indispor com sua vítima, como nos casos das duas entrevistadas:

Ele arrependia, chorava, ele fazia as confusões todas dentro de casa, mas depois, quando ele caía em si, quando passava aquela cachaça, aquela bebedeira dele, ele arrependia demais do que fazia e prometia mundos e fundos. Levava uns dois, três meses sem beber, daí a pouco começava tudo de novo. (Suely 59 anos).

E depois de tudo isso ele se arrependia, se ajoelhava, chorava, me pedia desculpas e tal e aí passava um período ótimo, uma maravilha. Um tempo depois voltava tudo de novo. (Judith, 44 anos).

Walker (1979) afirma ainda que, devido ao período de calma, carinho e delicadeza, a mulher mostra-se mais relaxada com a diminuição das restrições sobre si. Esta atitude, muitas vezes, pode ser interpretada pelo agressor como um sinal de falta de controle e de poder sobre sua vítima, este fato pode desencadear um novo ciclo de violência.

A frequente repetição do ciclo da violência promove na vítima um estado de paralisia progressiva, reduzindo o seu repertório de reação e de combate à agressão sofrida, situação vivida bem de perto por Rita (60 anos):

Eu achava que ele ia melhorar. É hoje, é amanhã, hoje, amanhã... No entanto, foi indo, foi indo... (choro), os meninos cresceram, aí eu fui desgostando também. Ele era muito grosso, não aceitava um diálogo, não aceitava nada. No princípio eu cobrava muito dele, depois eu deixei de mão.

Outra consequência da violência conjugal está relacionada à saúde mental das vítimas, segundo Cunha (2007), é muito comum que elas desenvolvam distúrbios cognitivos, distúrbios da memória, distúrbios do sono, distúrbios da ansiedade, síndrome do pânico,

comportamentos depressivos ou de esquivas, entre outros. O caso de Maria (61 anos) ilustra o quão maléfica é essa violência:

Para ele não me procurar eu deitava antes, inventava a famosa dor de cabeça, depois eu passei a ter as grandes enxaquecas, vômitos, tudo em consequência do medo, do pânico, e além da fobia que eu adquiri, que foi a mais terrível pra mim nos últimos anos de casada. Eu não ficava só, tinha medo de entrar no banheiro, sozinha. Para andar uma distância de 100m eu entrava em pânico no meio do caminho e saía correndo.

Todas as modalidades de violência sofridas pela mulher, no âmbito das relações afetivas estão contempladas no texto da Lei Maria da Penha – instrumento jurídico de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres – que apresenta em seus artigos 5º, 6º e 7º as descrições das formas de manifestação da violência contra as mulheres. A saber:

3.3.5.1 Violência Física

O art. 7º da Lei Maria da Penha conceitua violência física como “qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal”. Esta forma de violência ocorre quando existe a intenção de causar dano não acidental a outro, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma ou objeto que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas, como nos casos relatados:

E por qualquer coisa que eu falasse, ele já vinha em cima de mim. Me batia, me empurrava, me chutava. (Judith, 44 anos).

Eu corri para entrar no quarto e ele correu atrás de mim, me esmurrou, me pegou pelo cabelo e bateu minha cabeça várias vezes na grade da cama. (Anália, 44 anos).

Esta forma de violência manifesta-se através de tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamentos, entre outros. Normalmente, o seu objetivo é alcançar ou restabelecer a sujeição da vítima por meio da força. Nesses casos, é muito comum obrigar a mulher a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, forçá-la a usar álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos que comprometam a sua saúde física. Em outras situações eles podem tirar a mulher da casa, à força, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos como também provocar danos à sua integridade corporal decorrentes de negligências como a omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis

em situações de perigo, doença, gravidez, alimentação, higiene, entre outros. O relato de Marlise (44 anos), é ilustrativo dessa forma de violência:

Certa feita, ele pediu pra eu pegá-lo na praça, quando eu fui, rodei umas três vezes e não o vi, parei o carro e pra não ficar olhando para as pessoas eu abaixei a cabeça para não ficar olhando para os lados. Quando ele chegou em casa eu falei que não o tinha encontrado e que ele nem avisou que não precisava mais buscá-lo, ele perguntou se eu tinha ficado aquele tempo todo na praça e fez o maior escândalo na vista da minha sogra e da empregada e ainda me bateu no rosto. Quando eu recebi a bofetada no rosto e saí chorando, a minha sogra veio atrás de mim falando: “está vendo, é nisso que dá quem se entrega antes do casamento”.

3.3.5.2 Violência Psicológica

Conhecida como violência emocional, também está prevista no art. 7º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), neste documento esta violência é entendida como:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Nem todas as ofensas e agressões são qualificadas como violência psicológica. Uma desavença ou atrito, frutos de uma isolada e pontual interação negativa, não podem ser configurados como violência psicológica. Para tal qualificação, é necessário que as ofensas sejam contínuas e cumulativas ao longo do tempo, responsáveis por um clima de permanente mal-estar e tensão que seja destrutivo para a autoestima da vítima. Como nos exemplo de Clarice (33 anos) e de Maria (61 anos):

Ele me cuspi, puxava o meu cabelo, e me massacrava oralmente. Ele chegou a me falar que ia me destruir, como ele tentou e até hoje tenta.

Eu me achava uma mulher bonita antes dele, mas a relação me transformou, no final eu sentia que era feia, peituda, perna fina, até que eu me descobri, depois da separação, como uma mulher muito bonita. Tudo isso ele me tirou, a autoestima ficou a zero.

Este tipo de violência não costuma gerar remorsos em quem a exerce. Miguel e Fernández (2006) defendem que a violência psicológica baseia-se na negação do outro, o que justifica a desrazão em conceder ao outro o direito à réplica ou permitir que este refaça a sua

vida. Portanto, esta violência não se extingue com condutas conjugais edificantes como o diálogo ou até mesmo com a separação do casal.

Ele me jurou: “eu lhe dou a terra, mas vou ter de volta os meus filhos. Eu vou lhe matar e vou ter de volta a casa, meus filhos e minha fazenda, porque eu não trabalhei para sustentar vagabunda nenhuma. Eu vou lhe dar, agora, mas vou ter de volta.” (Rosiska, 50 anos).

Assim, a violência psicológica consiste em provocar sentimentos de desvalorização e sofrimento, mediante o uso de formas de desestabilização emocional, com a intenção direta ou indireta de controle e sujeição. No caso específico da violência conjugal, o ataque à autoestima feminina garante ao agressor que sua vítima antecipe seus pensamentos e desejos de forma sistemática sem provocar sua ira ou rejeitá-lo.

Aí ele dizia: “eu lhe vi, o que você estava fazendo na rua, sua vagabunda?” E eu estava dentro de casa, sem ter saído para lugar nenhum. Às vezes até trancada, ele saía e trancava a porta. (Judith, 44 anos).

A violência psicológica provoca um progressivo sentimento de insegurança, impotência e dependência afetiva, elementos que dificultam o rompimento da vítima com a situação de abuso. Em muitos casos, este tipo de violência altera a percepção de realidade fazendo com que a vítima se sinta culpada pelos abusos que padece, como declarou Virgínia (61 anos):

Eu me culpava pelos desentendimentos que tínhamos. Eu sempre me questionava “será que eu não fui mulher pra ele?” Onde eu falhei?” Buscava descobrir onde era que eu não estava sendo mulher, me penitenciando por ... (Choro) Meu Deus, por que a minha vida era assim? Eu só tinha sentimento de culpa, eu podia ter contornado, eu podia ter vivido melhor, até hoje, eu sinto. Será que eu não poderia ter vivido melhor? Penso: “eu mereci, foi meu comportamento que ele não agradou. Às vezes eu não fui a mulher ideal, a mulher que ele procurou.

Segundo Miguel e Fernández (2006), a violência psicológica promove uma progressiva manipulação em suas vítimas, processo que as impede de avaliar criticamente a situação à qual está inserida. Entre as diversas manifestações desta modalidade de violência, as autoras destacam as técnicas de desestabilização emocional, as técnicas de manipulação indireta e a violência econômica.

[...] ele me deixava com tanta raiva, pois ele alegava até com as coisas que ele comprou pra casa. Ele falava: “você também não vai assistir televisão não, por que fui eu que comprei, tudo que tem aqui foi eu que comprei, é tudo meu”. (Clarice, 33 anos).

As técnicas de desestabilização emocional são caracterizadas por expressar de forma sutil e corrosiva as atitudes pejorativas e prepotentes do abusador com sua vítima. Expressa por mentiras, desqualificações indiretas, comentários sarcásticos e sexistas e pelo desdém, este último se traduz em alusões mal intencionadas à vítima, criticando publicamente sua condição intelectual ou suas habilidades maternas. São expressas, sobretudo, nas mensagens dolorosas de desinteresse e rejeição, transmitidas tanto pela linguagem verbal quanto pelo silêncio. Estas mensagens são peculiarmente subliminares, implícitas no discurso do agressor, de forma a levar as vítimas a um estado de permanente confusão e ansiedade, muitas vezes colocando em dúvida sua condição, ao problematizar o caráter interpretativo das ofensas. Situações experimentadas por algumas das nossas entrevistadas:

Ele me criticava do ponto de vista político, do ponto de vista da minha personalidade. Então ele tentou passar pra todo mundo uma ideia de que eu sou a mãe autoritária, de que eu sou a mãe dominadora, de que ele vivia dominado por mim. Mas você não domina quem não quer ser dominado não é? A crítica passava mais pelo terreno da política. Ele tentava me negar, negar a legitimidade de tudo o que eu fazia. Depois eu vim perceber, aí talvez foi o lado mais cruel, que era ele repassar as opiniões de conversas que eu tinha pra outras pessoas, criando uma imagem pública desfavorável sobre mim. (Frida, 55anos).

As nossas brigas não eram de xingar, de falar palavrões etc. eram muito fechadas, muito dentro do quarto. Uma vez, pra você ter uma ideia, eu estava louca por uma árvore de Natal que eu havia visto em uma loja, demorou, demorou e um dia ele comprou, só que não com as bolas que eu queria. Quando eu falei, ele disse que estava bom, que iria trocar, saiu, quando voltou eu perguntei pela árvore, e aí ele disse que tinha passado o carro em cima várias vezes. (Rosiska, 50 anos).

As técnicas de manipulação indireta são silenciosas e consiste em um processo que se impõe como uma forma progressiva e desequilibrada de poder. Habitualmente, esta forma de manipulação só é detectada quando a situação torna-se insustentável. Os exemplos mais comuns dessa modalidade de violência psicológica são: o isolamento, as ameaças e o controle excessivo disfarçado de cuidado, como nos exemplos abaixo:

Era um ciúme camuflado. Ele nunca me disse durante todo o período que fomos casados, que sentia ciúmes de mim, mas eu percebia que era um ciúme bem sutil, e era pior que qualquer outro. (Diane, 50 anos).

O meu casamento foi tumultuado desde o início. Ele era carinhoso, tinha amor, mas ele era excessivamente ciumento e começaram as proibições: não pode isso, não pode aquilo, não pode ir à casa de sua mãe sozinha, não pode ir à feira, eu faço a feira, não podiam sequer abrir a janela na hora que os alunos da Escola saíam. (Maria. 61 anos).

Outra forma de manipulação é a prática da violência econômica. Esta se manifesta quando o agressor administra o dinheiro, retém os rendimentos do casal, obriga a vítima a depositar seu salário na sua conta ou a impede de participar do mercado de trabalho. Esse mecanismo inviabiliza qualquer possibilidade de autonomia financeira e de apoio social que a vítima necessita para romper com o ciclo de abuso que vivencia. Deste modo, o algoz controla e submete sua vítima ao estado de dependência, fazendo com que ela se sinta inapta e incapaz de gerir e produzir seus próprios proventos, a exemplo do que ocorreu com as entrevistadas abaixo:

Geralmente quando tinha uma coisa pra pagar ele vinha e pedia o cheque, esta história era uma coisa terrível pra mim por que eu tinha que esgotar o meu salário de tal maneira que não sobrasse nada. Mesmo se eu ganhasse mais, por tempo de serviço e outros motivos, não poderia sobrar nada na minha mão. A gente nunca conseguiu sentar para dividir as despesas, era difícil até conversar por que era como se você estivesse agredindo, violentando, expropriando uma pessoa. Quando eu propus dividir as despesas ele falou: “não, vai gastando o seu, o que faltar eu pago” (Frida, 55 anos).

Ele não me permitia nem trabalhar nem estudar. (Maria, 61 anos).

Foi um relacionamento de 18 anos. Eu fui assim, um par de muletas, ele fez o patrimônio dele em cima do meu. (Simone, 62 anos).

A violência psicológica é comprovadamente muito mais danosa comparada à violência física, inclusive precede tanto esta como outras formas de violência. Por ser uma modalidade de violência que provoca efeitos imprevisíveis e danos que muitas vezes, são irremediáveis. As mulheres que sofrem este tipo de violência nas relações conjugais estão constantemente expostas aos seus efeitos, como é o caso de Anália, 42 anos:

Com um ano e meio de casada ele me deixou trancada no quintal, primeiro, ele mandou uma lagarta numa caixa, eu tomei um susto, ele achou pouco e à noite ele me fechou no quintal, mandou ou ele mesmo veio e apagou todas as luzes da casa e eu fiquei com tanto medo que me senti mal e desmaiei. Ele me levou para o hospital e no dia seguinte eu perdi o bebê. Depois disso nunca mais eu engravidei.

Os resultados dessa violência ininterrupta são tão danosos que levam muitas vítimas a pensar, tentar ou até cometerem suicídio, normalmente, por não suportarem conviver com o sentimento de medo, culpa e inferioridade, por serem submetidas a uma clausura pétrea que não se restringe ao ambiente doméstico. Situação vivida por Heleieth (33 anos):

Quando eu estou com depressão, eu fico muito triste, com vontade de morrer, eu tinha insônia, ficava só chorando. A religião espírita me ajudou muito, eu tinha pensamentos negativos. Muita coisa ruim já passou pela

minha cabeça, mas pela crença na religião que tenho, eu voltava atrás, pois fazer uma coisa ruim e depois voltar aqui e viver tudo de novo, não dá. Para mim se ele morresse era um alívio. Eu torço que ele adquira um câncer, que morra, pra mim seria um sossego.

A violência psicológica, apesar de não deixar marcas visíveis, corrói a personalidade da vítima, sinalizadas através de mudanças comportamentais e afetivas. A grande maioria de mulheres que sofre com a violência psicológica apresenta, em algum momento da vida, algum tipo de sofrimento mental como ansiedade, depressão, disfunções sexuais, transtornos alimentares, comportamentos obsessivos e/ou compulsivos, doenças psicossomáticas, entre outros.

3.3.5.3 Violência Sexual

A violência sexual, de acordo com Cunha (2007), pode ser compreendida como os atos masculinos que negam o desejo e o corpo da mulher, exercendo dominação-exploração contra a parceira por meio da posse sexual forçada ou da exigência de práticas sexuais indesejáveis para muitas mulheres, ou a perpetração de estupros no seio da relação conjugal. Situação que pode ser ilustrada por meio do depoimento de Suely (59 anos):

(...) quando chegava de madrugada, pra mim era pior por que aí não tinha como eu correr. E aí ele agredia mesmo... quantas e quantas vezes eu rolava no chão mais ele. As confusões começavam por que ele me procurava para fazer sexo, às vezes eu cedia, pra não ter confusão, mas uma vez só não servia. Era uma, era duas, era três, quando eu cansava daquilo eu saía do quarto e ele saía nu correndo atrás de mim no meio da casa. Era Deus que os meninos estavam dormindo, eu fazia tudo para os meninos não perceberem. Eu sofria por que eu não queria que os meninos percebessem o escândalo dentro de casa. Você está entendendo? Quantas e quantas vezes eu arrodeava a mesa da sala correndo e aí ele pegava uma cadeira para tocar na minha cabeça. Isso passou a ser muito frequente por que com o passar do tempo ele ia piorando, depois ele passou a beber diariamente.

A violência sexual pode acontecer também sob a forma de outros abusos, muitas vezes, de difícil percepção como atos libidinosos, atentado violento ao pudor, sedução, dentre outros. Na maior parte das vezes, estes atos não deixam marcas físicas. Nos crimes sexuais, a mulher tem seu corpo, sua vontade e seus direitos negados, numa demonstração da brutalidade extrema do homem sobre a mulher.

A Lei Maria da Penha define a violência sexual como :

Qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação, ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Esta forma de violência, como está prevista no art. 7º pela Lei nº 11.340/2006 transcende o ato sexual, ela prevê também a violação do corpo e suas formas de uso, na tentativa de garantir à mulher autonomia sobre o seu corpo e sua sexualidade reverberando, inclusive, nas escolhas relacionadas à maternidade.

Segundo Silva (1992), trata-se de uma das modalidades de violência mais recorrentes da explicitação da violência conjugal. Sua invisibilidade, no âmbito das relações conjugais, é justificada culturalmente pelo pressuposto do “débito conjugal” – terminologia herdada do Direito Canônico, para exprimir relações sexuais –, que sobrevive como norma moral nas sociedades falocêntricas,

Ele achava que eu era a mulher dele e tinha obrigação com ele. Então, tinha determinados momentos que eram estupro mesmo. Isso acontecia muito frequentemente. (Judith, 44 anos)

Muitas mulheres, em seus relacionamentos afetivos, são obrigadas a manter relações sexuais contra a sua vontade, o elevado grau de tolerância dessa prática é reflexo da banalização instituída pelo pacto socialmente aceito do “dever conjugal”. Dessa forma, o ato sexual violento, no interior da conjugalidade, é um elemento disciplinador das mulheres na sociedade e constitui-se como uma forma de controle social. Situação claramente verificável nas declarações abaixo:

Na realidade o sexo entre a gente sempre foi uma coisa que ele escolhia, eu nunca escolhi. Eu nunca tive o direito de sentir vontade de fazer amor. Sempre era ele que tinha o direito de ter vontade. As poucas vezes que eu pedi, nada. No início do casamento ele era carinhoso e permitia que o acariciasse, mas com a continuidade do nosso relacionamento, poucos anos depois, ele mudou completamente, nem me fazia carinho, nem permitia que eu fizesse carinho nele. Satisfeito o lado dele, estava tudo bem, virava as costas e ia dormir. (Anália, 42 anos).

Se eu não aceitasse, ele me agredia e eu queria poupar sempre minhas filhas. Eu nunca pensava em mim, pensava sempre nelas. Poupá-las para que não vissem nem ouvissem, por que elas já estavam traumatizadas. (Maria, 61 anos).

Ele era do tipo que saía e quando voltava para almoçar queria ter relações sexuais. Até em viagens, no ônibus, ele queria, e eu sempre, sempre cedia, mesmo não querendo. Por este motivo eu entrei numa frigidez terrível. Certa vez eu estava no hospital, parida, e ele queria ter relação lá. Uma vez eu tive um aborto, perdi sangue e ele queria ter relação, eu não quis, ele me bateu, me deu umas seis quedas para ter relação e ameaçava que ia pra rua procurar mulher. (Virgínia, 61 anos).

Ele cobrava e estava sempre lembrando das obrigações dentro do casamento e quando você não tem essa consciência acaba se violentando. (Diane, 50 anos).

Assim como outros espaços de opressão feminina, as uniões estáveis expressam a posse e o controle da mulher e, em especial, da sua sexualidade que, por meio da imposição e do domínio masculino por meio da força, banaliza a violência sexual, oprimindo e torturando suas vítimas.

3.3.5.4 Violência Patrimonial

Em se tratando de Violência Patrimonial, o inciso IV do art. 7º da Lei 11.340/2006, versa que: “[...] qualquer ato que implique retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possua titularidade”. Esse tipo de violência também encontra uma definição no Código Penal entre os delitos considerados contra o patrimônio, tais como, furto, dano, apropriação indébita, entre outros.

No excerto abaixo a entrevistada relata o comportamento do seu último marido em relação ao seu patrimônio:

O meu último marido dilapidou totalmente o meu patrimônio. Em seis meses ele vendeu 2.600 cabeças de gado. Eu confiei, acreditei, fui irresponsável por que acreditei num irresponsável. Mas como nós não temos escrito na testa, eu sou direito ou sou honesto, na minha boa-fé, aquilo que eu não faço com os outros, eu acho também que ninguém seria capaz de fazer comigo, e eu acabava dando talonário de cheque assinado em branco, e assim ele se fez. Acabei respondendo processo de estelionatária, ele dava cheques meus e as pessoas colocavam no Banco como pagamento à vista. Eu tive uns dois anos só de audiências. A minha sorte é que nenhum foi aqui na cidade, pois aqui todo mundo me conhece. Daí veio o meu problema seriíssimo de coluna devido ao estado emocional. (Simone, 62 anos).

Segundo a Lei 11.340/2006, compreende-se como patrimônio não apenas os bens de relevância patrimonial e econômico-financeira direta, mas também aqueles que apresentam importância pessoal (objetos de valor efetivo ou de uso pessoal) e profissional, os necessários

ao pleno exercício da vida civil e que sejam indispensáveis à digna satisfação das necessidades vitais.

Enfim, consiste na recusa do agressor em entregar à vítima seus bens, valores, pertences e documentos, como forma de vingança ou, até mesmo, como um meio de conseguir obrigá-la a permanecer num relacionamento do qual pretende se retirar.

3.3.5.5 Violência Moral

A violência moral é conceituada pelo inciso V do art. 7º da Lei Maria da Penha como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. O Código Penal Brasileiro compreende este tipo de conduta como “crimes contra a honra”. Nesse sentido, o conceito de honra abrange tanto aspectos objetivos como subjetivos, abarca atributos morais, físicos e intelectuais relacionados ao convívio social do sujeito que são fundamentais para a construção da autoestima, como no relato abaixo:

(...) No dia que ele me viu com outra pessoa, a coisa deslanchou, ele partiu já para um processo de agressão moral e depois fez ameaças de morte para o meu namorado e começou a ligar me xingando de vagabunda, puta, disso, daquilo e que ia acabar comigo. Depois disso passou a entrar num processo bem desgastante, de perseguição mesmo, de passar o carro, de ficar vigiando para ver se eu ia ou não sair. (Diane, 50 anos).

A violência moral é manifestada, sobretudo, por meios de palavras, atos, gestos, como a exposição repetitiva da vítima a situações humilhantes e constrangedoras que provocam danos à personalidade, à dignidade e à integridade física e psíquica da mulher como relata Judith (44 anos):

Existia a violência psicológica, que era a pressão que ele fazia de a todo momento estar falando da traição, que eu era vagabunda, você dá pra todo mundo, essa questão psicológica era terrível.

Esta modalidade de violência também pode ser pensada com um subtipo da violência psicológica. Normalmente, apresenta-se como insultos verbais, ofensas com o propósito de denegrir a imagem social da mulher. Seus efeitos tendem a ser silenciosos, provocando um embotamento progressivo da vítima, fator desencadeante de diversos distúrbios psíquicos e somáticos, que em muitos casos são irreversíveis.

4 MEMÓRIA E SILÊNCIO NA CONJUGALIDADE

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Jacques Le Goff

4.1 MEMÓRIA E CONJUGALIDADE

Como foi visto até aqui, o casamento possui uma função organizadora nas sociedades ocidentais, fundamental para delinear os papéis de gênero e manter o *status quo* das relações de poder instituídas dentro das relações sociais.

Para tratar da memória na conjugalidade, foi necessário fazer uma incursão em alguns conceitos de memória que ajudaram a compreender e analisar tanto as motivações da permanência da violência nas relações conjugais contemporâneas, quanto o fenômeno do seu silêncio dentro dessas relações.

A memória é objeto de interesse social desde a mitologia grega, personificada na figura da deusa mnemosyne, era associada à sabedoria e ao pensamento. A ciência se apoderou deste objeto, na procura de respostas às questões relativas ao seu funcionamento, tanto em nível social quanto individual. Estudiosos das mais diversas áreas, tais como: filosofia, sociologia, psicologia, biologia, ciência cognitiva, neurociência, antropologia, informática, literatura, história, etc. se debruçam sobre essa temática, buscando melhor compreendê-la.

Possuímos hoje uma gama de teorias que pretendem entender, explicar e explorar, cada uma a seu modo, a memória humana, concebendo e definindo de formas diversas o que seja a memória. Dessa maneira, assim como os estudos sobre mulheres e violência, temas tratados nesta pesquisa, estão transversalizados em diversos campos do saber, os estudos sobre a memória assumem um caráter multidisciplinar. Tal característica permite um intercâmbio científico que enriquece as discussões sobre essa temática, numa perspectiva relacional.

Em função da grande influência e importância que a memória possui nas práticas sociais, as ciências humanas e todas as suas áreas de conhecimento estão entre os campos de saber nos quais a memória constitui-se como objeto de grande interesse.

Por ser um fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou ausência da escrita e é objeto de atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo. As direções atuais da memória estão, pois, profundamente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso de máquinas e instrumentos, cada vez mais complexos. (LE GOFF, 2003, p. 419).

Pela natureza social do objeto desta pesquisa, faz-se necessário entender, mesmo que panoramicamente, alguns construtos sobre a memória, na maneira como ela é compreendida pelas ciências humanas. Diante da quantidade de teorias explicativas sobre a memória neste campo do saber, foram selecionadas aquelas que ajudam a compreender e analisar o objeto deste estudo. A saber:

4.1.1 A memória em Bergson

Henri Bergson (1999) construiu em sua obra: *Matéria e Memória*, uma filosofia dualista, dedicada ao tempo e ao espaço, para apresentar seu conceito de matéria e memória. Bergson (1999) postula que a subjetividade é fundamentalmente memória, pois o passado não está lá atrás, ele coexiste com o presente. A vida mental é constituída por níveis, por tons e, portanto, na esfera do conhecimento, nunca estamos definitivamente no presente.

Ancorando neste pressuposto bergsoniano, a importância da história social escrita para [e pelas] mulheres é atualizada pelas memórias individuais do que é representativo para o universo feminino, de forma a compor subjetividades estereotipadas, ou não, que definem as posições de sujeito dentro da conjugalidade.

No paradoxo bergsoniano da coexistência, o passado não surge depois do presente, ele coexiste com o presente, as lembranças que não são rememoradas, estão no passado, assim, as lembranças são reais e não psíquicas, ou seja, elas são a pura virtualidade do passado.

Portanto, a relação que temos com o passado é seletiva, por ser evocada no presente numa relação de utilidade. Desse modo, tanto a história de opressão feminina, quanto a

história das lutas feministas estão presentes, como memória, em subjetividades que compõem o feminino em suas relações utilitárias com a conjugalidade.

A memória, no bergsonismo, apresenta duas formas distintas, das quais, a primeira imagina e registra os acontecimentos cotidianos, capta todos os detalhes, possibilita o reconhecimento inteligente de uma percepção já experimentada, é a consciência de todo um passado de esforços armazenado no presente; já a segunda é a memória-hábito, caracterizada pela repetição, ligada diretamente ao uso e ao costume, relaciona-se muito mais com a ação do que com a representação, ou seja, a primeira forma permite ressignificar o passado atualizando, ao passo que a segunda forma trata da repetição das tradições herdadas. Ambas referem-se às formas atuais de vivenciar o casamento, que tanto pode primar-se por repetir os padrões impostos e previstos historicamente, quanto por reconfigurar de modo criativo e pessoal a forma de vivenciá-lo, ou os dois modos ao mesmo tempo.

Outra concepção trabalhada pelo bergsonismo para discutir a memória é a duração como processo de diferenciação. Bergson chama de “processo de diferenciação” ou de atualização o processo que não envolve um encadeamento sucessivo entre passado, presente e futuro, mas um processo no qual algo que se encontrava numa dimensão potencial, virtual, vem a se realizar no presente, a se atualizar, ou seja, é a passagem do virtual para o atual.

Essa passagem do virtual para o atual, para a criação de formas atuais, não é realização de uma possibilidade que já se encontrava lá, dada, bastando apenas ser concretizada. Esse viés permite compreender a existência de subjetividades que rompem com o tradicional e previsto, no caso das relações conjugais, elaborando alternativas criativas para distintas vivências da conjugalidade.

Para Bergson, toda matéria é um conjunto de imagens móveis, observáveis, capturada pela sensibilidade. Essencialmente, a matéria não existe, o que comumente é nomeado de matéria é puro movimento. Assim, o que distingue uma imagem viva de uma não viva é o intervalo de movimento, existente apenas nas imagens vivas, é este intervalo que possibilita o afeto e a excitação. Bergson considera este intervalo como centro de indeterminação, lugar do imprevisível, da liberdade, do pensamento, das escolhas, da consciência, da subjetividade e da memória.

Portanto, não se trata da concretização de um programa prévio, e sim de um movimento criativo, porque aquilo que se atualiza não é idêntico à virtualidade que é desdobrada no processo. A própria passagem do virtual ao atual já implica uma criação. Deleuze em seu livro “Bergsonismo”, esclarece que:

Essencialmente, a duração é memória, consciência, liberdade. Ela é consciência e liberdade, porque é memória em primeiro lugar. Ora, essa identidade da memória com a própria duração é sempre apresentada por Bergson de duas maneiras: “conservação e acumulação do passado no presente” (DELEUZE, 1999, p. 39).

Portanto, a duração é aquilo que permite escapar da determinação pura e simples entre o estímulo sensorial e a resposta motora. Nos seres vivos se instaura um intervalo de tempo entre um estímulo e sua resposta, Bergson vai chamar esse intervalo de tempo de intervalo de indeterminação ou subjetividade.

Quanto mais um ser vivo é complexo, numa escala evolutiva, maior será o seu intervalo de indeterminação — menos o seu comportamento será automático, determinado, e mais chance ele terá de hesitar, esperar, escolher, inventar. Essa indeterminação, essa perda de tempo é para Bergson a condição da liberdade humana e de sua capacidade de criar; trata-se de um tempo no qual as virtualidades — isto é, as pequenas diferenças que ainda não se determinaram, não ganharam forma —, serão experienciadas. Tal raciocínio amplia a compreensão sobre a construção e existência de formas criativas de resistência evidenciadas pelas minorias sociais.

Como esclarece Bosi (1979, p.9), “a memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo, profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. Desse modo, a memória configura-se como o que de mais individual o sujeito possui, pois é ela que determina uma subjetividade, ou seja, o princípio central da memória é conservar o passado, este sobrevive quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança quer em si mesmo em estado inconsciente. Esta afirmativa ajuda a pensar o que permanece como resquício, inconsciente ou não, do lugar de subalternidade.

4.1.2 A memória em Freud

A psicanálise, campo clínico de investigação teórica da psique humana, propõe uma análise do homem, enquanto sujeito do inconsciente. Esta teoria, postulada por Sigmund Freud, influenciou diversas correntes do pensamento moderno, principalmente os campos de análises das ciências humanas, gerando assim uma base teórica para a compreensão da ética, da moralidade e da cultura humana.

A memória não foi tratada conceitualmente por Freud, porém essa temática possui posição de enorme importância em sua obra. Na elaboração do conceito psicanalítico de aparato psíquico, ainda na primeira tópica, Freud (1987) propõe uma distinção entre três

instâncias: consciente, pré-consciente e inconsciente. Neste modelo, a consciência é responsável pela percepção e corresponde a uma parte muito pequena e superficial do aparelho psíquico, às demais instâncias caberia o registro das impressões recebidas, constituindo-se em modalidades de memória. Na memória pré-consciente localizam as representações cronológicas e cotidianas que são facilmente memoráveis, mas a maior parte do aparato psíquico diz respeito à memória inconsciente, lugar onde se estabelece os traços mnemônicos inacessíveis à consciência.

Há dificuldades óbvias em se supor que um mesmo sistema possa reter fielmente as modificações de seus elementos e, apesar disso, permanecer perpetuamente aberto à recepção de novas oportunidades de modificação. Assim, suporemos que um sistema logo na parte frontal do aparelho recebe os estímulos perceptivos, mas não preserva nenhum traço deles, e portanto, não tem memória, enquanto, por trás dele, há um segundo sistema que transforma as excitações momentâneas do primeiro em traços permanentes. (FREUD, 1987, p. 569).

A grande contribuição da psicanálise para os estudos sobre a memória está tanto em defini-la como inconsciente, resgatável à consciência somente através dos traços mnemônicos, quanto ao descrever a sua forma de comportamento no inconsciente. Freud (1987) relaciona o aparato de memória e sua dinâmica com energia psíquica libidínica, ele aborda a memória pelo viés do desejo, que investida pela libido, perpassa os interesses eróticos libidinais e inconscientes. Portanto, a originalidade freudiana quanto à concepção da memória, está na formulação psicanalítica de que a memória não se relaciona com a consciência, ela possui para Freud um caráter essencialmente inconsciente.

Assim, tanto a teoria quanto a prática psicanalítica são marcadas pela memória. Por ser o aparato psíquico, caracterizado por uma organização dividida em sistemas, ou instâncias psíquicas, com funções específicas para cada uma delas que, interligadas entre si, ocupam lugar na mente.

Para a psicanálise, a memória é sempre algo em construção, é por isso que a prática clínica possibilita a reelaboração da memória, através da resignificação dos traços mnemônicos, ou traços de lembranças, que correspondem a eventos passados, investidos de afeto, que toma a forma de traços mnêmicos para se fazer presente. São os traços de lembranças que registram na memória o acontecimento psíquico.

Em nosso aparelho psíquico, permanece um traço das percepções que incidem sobre ele, a este podemos descrever como “traços mnêmicos”, e à função que com ele se relaciona damos o nome de “memória” [...] os traços mnemônicos só podem consistir em modificações permanentes dos elementos dos sistemas. (FREUD, 1987, p. 568).

Para a psicanálise, o aparato psíquico é fundamentalmente um aparato de memória. Um neurótico, por exemplo, é um sujeito que sofre de reminiscências, para ele o passado não passou, ou seja, conserva-se no presente, como reminiscência. Construída no presente, a narrativa clínica funciona com os traços de reminiscência, porém esta narrativa não é elaborada pelo passado, ela existe a partir da memória de experiências mal resolvidas, que são atualizadas pelo sintoma que se repete.

Delineado pela psicanálise, o caráter dinâmico da memória evidenciada pelas fluidas fronteiras entre consciente e inconsciente, colabora com este estudo, ao pensar as ressignificações e o sentido dado à conjugalidade a partir das fronteiras libidinais entre a memória e o esquecimento, ou seja, a construção subjetiva da conjugalidade e de sua função dentro do casamento reconstrói e reconfigura a memória para adequar-se ao desejo libidinal intrínseco a cada sujeito.

4.1.3 A memória em Halbwachs

A questão central na obra do filósofo francês Maurice Halbwachs (2006) é a memória, numa perspectiva sociológica. Foi ele quem primeiro cunhou o termo “memória coletiva” ao elaborar uma espécie de sociologia da memória, influenciada pelos pressupostos durkheimianos sobre essa temática. Até hoje sua teoria desperta interesse em estudiosos e pesquisadores deste campo de conhecimento, por sua importância teórica.

A teoria Halbwackiana consiste na afirmação de que a memória individual existe somente a partir de uma memória coletiva, ou seja, a memória só pode ser pensada a partir de convenções sociais. Através do viés sociológico, Halbwachs concebe a materialidade empírica e observável da memória na sociedade e não no corpo.

Só lembramos se nos colocamos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou em muitas correntes do pensamento coletivo. Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças apareça porque os outros nos fazem recordá-las. [...] seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade. (HALBWACHS, 2006, p. 41-42).

Para Halbwachs (2006), estamos constantemente em companhia das representações sociais e do conhecimento adquirido em sociedade com seus símbolos e códigos, nesse sentido, a memória social surge por consequência do conhecimento coletivo; é essa relação com o social que alimenta a memória. Portanto, numa sociedade seus indivíduos nunca

estarão isolados, pois mesmo estando sós, as referências e lembranças do sujeito são baseadas em seu grupo social.

Jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Os postulados Halbwachianos chamam a atenção para a função da memória coletiva em reforçar ou constituir um sentimento de pertença a um grupo, que participa de um passado comum, que além de compartilhar sentimentos e experiências, baliza as diferenças simbólicas de raça, cor, etnia e gênero a partir de um imaginário histórico, definido pela apropriação pessoal de uma história modelada por um patrimônio cultural comum. Assim, nos ajuda a compreender o fenômeno do silêncio da violência nas relações conjugais, a partir das representações sociais dos lugares femininos e masculinos destinados aos cônjuges, e que são elaborados por meio da memória coletiva, que como foi visto neste trabalho, vem sendo construída e modelada deste tempos remotos.

Ainda segundo Halbwachs (2006), a extinção de um grupo social encerra consigo sua memória. Para este autor, esse fenômeno se dá em função da impossibilidade de atualização e de resgate da memória através dos membros de um grupo social que não mais existe, por considerar que o passado é reconstruído coletivamente no presente. Portanto, Halbwachs (2006) trata da consciência do grupo e dos elementos que o mantém enquanto tal, pensando as concepções do matrimônio, sua manutenção fundamenta-se nas profundas raízes históricas que atualiza a memória e a existência desta instituição em nossa sociedade.

Halbwachs (2006) defende que existe uma relação de dependência entre a lembrança e a comunidade coletiva ao qual o indivíduo que lembra faz parte, dessa forma, o desapego aos grupos sociais colabora para o esquecimento.

Uma das críticas à obra de Halbwachs (2006) refere-se à supressão de qualquer aspecto relacionado ao corpo e à subjetividade em sua concepção sobre memória. Com o seu postulado de que a memória é coletiva, Halbwachs se opõe à Bergson, ao negar qualquer relação entre imagem e espírito humano ou lembrança e consciência pura. A disposição de Halbwachs (2006) acerca da memória individual refere-se à existência de uma “intuição sensível”, que ele utiliza para tratar da origem de várias ideias, reflexões, sentimentos e paixões que são atribuídos ao sujeito. Vejamos:

Na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* – para

distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social. (HALBWACHS, 2006, p. 42)

Os pressupostos Halbwachianos afeiçãoam à sociologia de Durkheim ao conceber a sociedade como organismo, e a memória como instrumento de coesão social e fomentadora da ordem social, desconsiderando aspectos conflituosos e desorganizadores da memória coletiva.

4.1.4 A memória em Pollak

Pollak (1989) faz alusão à perspectiva Halbwachiana de memória, ao tratar dos pontos que referencia a memória coletiva, norteados pela metodologia durkheimiana organicista, que enfatiza a memória coletiva enquanto continuidade e estabilidade. Embora dialogando com as ideias de Halbwachs (2006), para quem as relações entre memória e história se dariam pela incorporação da primeira pela última, a partir das ameaças do esquecimento (ou porque fossem deixando de existir ou os grupos que a mantinham iriam desaparecendo), Pollak (1989) identifica a memória como campo de disputa entre uma elaboração oficial (da memória oficial ou nacional) e as chamadas memórias subterrâneas que sobrevivem em meio às camadas populares.

Segundo o pensamento halbwachiano, a memória coletiva é reconhecida como uma positividade afetiva de adesão ao grupo, desconsiderando os aspectos conflituosos das resistências e violências simbólicas na seletividade da memória. Assim, esta abordagem possui como foco os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização da memória.

Pollak (1989) apresenta um contraponto à tal pensamento, ao discorrer sobre a memória subterrânea que emerge a partir da história oral, ao dar voz aos excluídos e silenciados, representantes das culturas minoritárias, motivo pelo qual assume uma posição diametralmente oposta à memória oficial, e ocupa um lugar que permite denunciar e expor o caráter dominador, unificador e opressor da memória nacional.

A memória subterrânea, elencada por Pollak (1989), trata das formas de manutenção da memória entre grupos, que de alguma maneira sustentam as memórias marginalizadas, não como material extinto, mas como outra dimensão, que embora oculta, significa um esforço de subversão no silêncio e nas sutilezas de suas manifestações, e que pode aflorar em momentos de crise através de sobressaltos bruscos e intensos.

O conceito de memória subterrânea coaduna com os objetivos deste trabalho, ele nos ajuda a pensar as hipóteses deste estudo. Temas relacionados à mulher e ao gênero,

especialmente aqueles que tratam da vivência cotidiana e privada, são poucos e muito recentes nas pesquisas acadêmicas. Portanto, este estudo configura-se como mais um exemplo da predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas, em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade. Tal preferência revela o fosso que separa a sociedade civil da ideologia hegemônica, ela está relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos e que permite a irrupção e publicidade de ressentimentos mantidos proibidos e clandestinos pela memória dominante.

Em seus escritos, Pollak (1989) evidencia, assumindo um tom de militância, que a disputa da memória entra em cena, quando as memórias subterrâneas alcançam o espaço público, reivindicações espontâneas e dificilmente previsíveis, até então inaudíveis, engrossam o caldo na disputa pela visibilidade de suas memórias. Sobre o esquecimento, Pollak (1989, p. 05) afirma que:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.

As afirmativas pollakianas apetezem o pensamento de resistência feminina e suas formas sub-reptícias e silenciosas de combate às condutas sexistas, alimentadas por uma memória oficial misógina.

As clivagens da memória oficial com a memória subterrânea, apreendidas pelo comportamento social, nem sempre se encontram em posições opostas. Pensando a violência doméstica, o silêncio pode ser utilizado como uma ferramenta criativa de resistência ao machismo, ou como uma forma de não provocar o sentimento de culpa do casal, em ter fracassado no projeto coletivo de vida, alimentado pelo amor romântico, assim, o silêncio é uma maneira de evitar reviver sentimentos tão traumáticos.

Apesar dos estudos sobre a violência conjugal, nas histórias individuais e familiares, essa discussão permanece silenciada como tabu, com o propósito de refutar sentimentos que a rememoração evoca em nível político e pessoal. Nas entrevistas utilizadas neste estudo, a maioria das participantes apresentou razões políticas e desejos familiares de romper o silêncio, provavelmente pela garantia do sigilo, ou pelo fato de que os vínculos afetivos já haviam sido rompidos.

Opondo-se à memória oficial do casamento, as lembranças das violências sofridas na conjugalidade, quando transmitidas, limitam-se ao quadro familiar, às redes de sociabilidade

afetiva ou, na tentativa de buscar ajuda, o silêncio é rompido dentro dos consultórios de psicoterapia e dos escritórios de advocacia. Essas memórias proibidas, traumáticas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade, daí a importância em resgatá-las e dar-lhes evidência científica, pela sua representatividade quantitativa nas relações afetivas estabelecidas em nossa sociedade.

Os teóricos elencados acima foram escolhidos para intermediar as discussões aqui propostas, em detrimento dos demais autores que discutem a categoria memória. Tal escolha justifica-se pela necessidade em analisar a influência da memória nos processos de subjetivação (Bergson, 1999), o predomínio das referências sociais nas escolhas pessoais de cada sujeito (Halbwachs, 2006), a possibilidade de reconfiguração das formas de funcionamento psíquico por meio da reminiscência (Freud, 1987) e finalmente para compreender o fenômeno do silêncio existente nas relações conjugais violentas (Pollak, 1989).

4.2 A MEMÓRIA REVISITADA: A MULHER POR ELA MESMA

Para este trabalho, foram selecionadas mulheres pertencentes a grupos sociais privilegiados intelectual e/ou economicamente. A escolha dos nossos sujeitos de pesquisa se deu, ao questionar o porquê da manutenção do padrão de violência nas relações conjugais, mesmo após o alcance de grandes conquistas sociais femininas, especialmente aquelas que garantem à mulher autonomia financeira e status social reconhecidamente privilegiado, comparados inclusive a muitos homens do mesmo nível social.

Portanto, os sujeitos selecionados para este estudo são mulheres bem sucedidas financeiramente e/ou intelectualmente, muitas delas são as provedoras dos seus lares, mesmo com tais atributos que, em tese, garantiriam a elas a possibilidade de construir relacionamentos mais igualitários e saudáveis, em que pudessem ser respeitadas em sua condição de sujeito íntegro e pleno, a exemplo das formas afetivas possibilitadas pelo relacionamento puro, postulado por Giddens(1993), ao contrário, sujeitam-se a relações de submissão e violência em suas escolhas afetivas.

Nos capítulos anteriores, foram apontados fatores históricos e sociais que contribuíram para o sucesso da manutenção do casamento até a atualidade, incitados por enunciados religiosos, jurídicos, médicos, pedagógicos, entre outros, que docilizaram corpos sociais, para

manterem o engessamento dos lugares binários de gênero, por meio das suas relações de poder e fomentadas pela memória coletiva.

Tais prerrogativas ganham destaque na fala das entrevistadas. As normas e representações sobre o matrimônio manifestam-se ancoradas por fatores ideológicos e fantasiosos, numa perspectiva institucionalizada do casamento. Ao serem interpeladas sobre as motivações que as levaram a escolher o casamento como opção de vida, os estereótipos sobre o amor romântico – pelo menos no que diz respeito à forma como o projeto conjugal e familiar é construído – aparecem de modo muito frequente.

O casamento pra mim era aquela fantasia maior do mundo viu! Amor demais, e achava que ia ser um mar de rosas, que ia ser a maior felicidade do mundo. Era isso que eu esperava por que foram seis anos de namoro e noivado e ele foi o único que eu namorei. (Suely, 59 anos).

Eu achava que o casamento duraria a vida toda que daria tudo certo, que era legal demais eu ter uma pessoa para poder compartilhar comigo todos os momentos, que essa pessoa seria sincera comigo. (Marlise, 45 anos).

Ah! era uma visão romântica né! De tudo lindo, divino e maravilhoso. Esperava que ia ser feliz e que tudo ia dar certo. Uma vida a dois cheia de amor, essas coisas assim que adolescente acha. (Judith, 44 anos).

Eu sempre fui uma sonhadora, imaginava um monte de rosas em nível de amor. Eu via o casamento como uma realização em nível afetivo, uma relação de amor. Até os 18 anos é difícil você ter uma opinião formada a respeito de determinadas coisas. (Rosiska, 53 anos).

Tendencialmente, nossos sujeitos de pesquisa casaram por amor, como prerrogativa romântica, queriam estar juntas do seu amado. Outra característica relevante apontada pelas entrevistadas foi a resistência ao controle patriarcal, que aparece de forma unânime nas respostas, com vistas a tornarem-se, elas mesmas, protagonistas do seu próprio destino, em que tal escolha garantir-lhes-ia o status de adulta, livre das amarras paternalistas.

Olha, a imagem que tinha do casamento era que ele seria eterno, seria um sonho, ainda mais por que seria uma maneira de eu fugir daquela repressão de meu pai, então eu tinha que acionar qualquer mecanismo para eu ficar mais apaixonada ainda por aquele rapaz. E foi isso que aconteceu. Para eu sair de casa eu tentei me enrolar apimentando mais a relação e isso apressar mais o casamento. (Marlise, 44 anos).

Eu imaginava que eu ia ter um pouco mais de liberdade. Por que como eu era a mais velha minha mãe me segurava mais, até em grupo com as colegas ela não me deixava sair [...] eu achava que o casamento seria uma integração de marido e mulher, de um respeitar o outro e que teria uma vida melhor de participar, de sair, de liberdade etc. (Mariza, 52 anos).

Eu casei cedo pelo fato de meu pai ser repressor em termos de sair de casa, de ter amigos, em ir a festas, então isso ele não aceitava. Eu acho que esse foi um dos motivos por que eu me casei cedo. Eu não podia sair, não podia ter amigos etc. Então a gente tinha tudo em casa, tinha carinho, tinha amor, tinha equilíbrio em casa, mas tinha essa questão da repressão de não poder sair, de namorar etc. Aí eu casei cedo, com dezoito anos, como uma saída. Agora, depois que eu casei, inclusive até a hora do casamento, por que eu engravidei pra casar, por que meu pai não permitia de jeito nenhum que eu casasse, ele não queria que eu casasse. Então eu engravidei pra casar. Já engravidei mesmo determinada a sair de casa. (Judith, 44 anos).

O casamento e a família implicam o cumprimento de papéis, responsabilidades e deveres que se impõem ao indivíduo. Segundo Torres (2004), a conjugalidade, modelada num formato tradicional, apresenta uma tendência para maior centramento na relação parental do que na relação conjugal. Assim, o desejo de ter filhos, fundar uma família e passar ao estatuto de adulto casado e responsável surge como pretexto e motivo fundamental para o casamento. É na perspectiva da partilha das funções do casamento, que a ideia de ter filhos apresenta-se como parte do projeto coletivo de vida de nossas informantes. Nesse sentido, a maternidade passa a constituir a aposta central que dá sentido à vida dos sujeitos analisados, muitas vezes superando o real desejo pela relação e, em alguns casos, justificando a tolerância diante do convívio constante com a violência conjugal.

Ele queria ter uma família, ele queria ter filhos. Foi uma troca, se eu disser isso hoje, ele fala que me amava, mas na realidade não era isso, ele queria casar por que queria formar uma família, ele já tinha 33 anos. Como ele é louco pelas filhas, eu não passo de uma peça, nesse processo todo, eu compreendi que eu era uma peça da família para educar e criar as filhas, pra ele ter um status de homem casado. (Teresa, 44 anos).

Eu achava que se eu me casasse teria uma vida... pelo menos um companheiro. Olhe eu nunca me apaixonei por ninguém não. Eu pensava mais em ter uma família não é? Ter filhos, um companheiro. (Tânia, 72 anos).

Eu também tive a oportunidade de me sentir um pouco amada por ele. Agora, aquela questão de uma mulher ser mãe, ser companheira, ter um lar, isso eu acho que realmente eu nunca vou conseguir realizar, isso já morreu dentro de mim. Esse era um sonho que eu tinha com ele. Foi um sonho que eu criei. (Anália, 42 anos).

Apesar das análises até aqui desenvolvidas incorrer numa perspectiva sociológica, elas são fundamentais para pensarmos os processos de subjetivação dos sujeitos num viés psicológico (Bergson, 1999; Freud, 1987). Ao tratar da memória coletiva, Halbwachs (2006) justifica o processo de construção do sujeito a partir das estruturas sociais a ele imposta, Freud (1996) também reforça este ponto de vista, ao falar da importância cultural na formação

do aparelho psíquico, apontando para uma interação dinâmica entre o individual e o social, em que ambos constroem e transformam-se mutuamente.

Lattanzio (2011) ao discorrer sobre o lugar do gênero na psicanálise afirma que, psicanaliticamente, a construção da identidade é um processo centrípeto: ocorre de fora para dentro; são os adultos com os quais a criança convive que designam a ela um gênero, que a identificam. A criança tenta domar essa “estranheza-interna” que lhe foi inoculada a partir dos significantes e das simbolizações que estão disponíveis em seu mundo; simbolizações que, longe de serem inatas, são também adquiridas através da intersubjetividade, do convívio com o outro. A lógica fálica, enquanto lógica organizadora e princípio de coesão e limites, é fundamental nesse processo.

A interpretação psicanalítica sobre a construção identitária de gênero é uma ferramenta de análise que ajuda a compreender as subjetividades das vítimas de violência doméstica estudadas nesta pesquisa. Ao falar da relação com a família de origem, as entrevistadas apresentam, na maioria dos casos, uma lógica fálica impregnada em seu cotidiano, presente em seu universo perceptivo desde a tenra infância. A convivência, a identificação¹² com suas mães e a representação do feminino pelos seus genitores, levaram, muitas das nossas entrevistadas, a se subjetivarem no lugar feminino de subordinação, subserviência e dependência:

Eu acho que o mal maior de todos os meus relacionamentos não terem dado certo, foi por que eu não era esposa, eu era mãezona, e homem não gosta disso. Pra mim eu tratava bem demais, eu dava tudo nas mãos, até o prato era feito por mim, levantava e a roupinha estava lá, toda combinada prontinha pra vestir. Com todos eu fiz isto, não sei se é por que eu via minha mãe e meu pai na fazenda, era outra época, mas eu aprendi aquele tratamento... (Simone, 62 anos).

Eu me comparo muito com minha mãe, engraçado é isto, eu me espelho em tudo hoje em minha mãe, nós éramos idênticas. Depois que eu me tornei adulta eu vim ver que eu imitava minha mãe não menores coisas. Eu sou idêntica a minha mãe. (Virgínia, 61 anos).

Percebi que herdei mais a natureza da minha mãe. Ela era uma mulher muito forte, trabalhadora, dinâmica, ela deixou passar isso para nós, mas eu acho que ela não nos preparou para isso, ela nos deu o exemplo na prática. Ela nos preparou para casar, em nenhum momento ela nos disse: “você vão ser mulheres independentes”, ela não nos incentivou a isso. Até porque eu me casei com 18 anos, com 16 eu conheci o meu marido. Ela foi muito cuidadosa, essas coisas que marcam a vida da gente, eu acho que tenho

¹² Temo empregado pela psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atribuídos aos traços dos seres humanos que o cercam. Consultar: ROUDINESCO, Elisabeth. Dicionário de psicanálise. Trad. Vera Ribeiro & Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 362.

muita coisa dela. Minha mãe era uma pessoa muito esclarecida, mas também sofria com a violência de meu pai. (Rosiska, 53 anos).

Num âmbito histórico e sociológico, as condutas femininas nas relações conjugais podem justificar-se pela transmissão, ao longo de muitos séculos, da influência geracional psíquica de papéis de gênero, este processo envolve afetividade na socialização das normas, ou seja, nas regras de comportamento, que se tornam constituintes da dinâmica psíquica feminina, uma vez que são transmitidas principalmente pelo adulto que lhe é mais significativo por identificação. Dessa forma, as condutas de gênero se tornam raízes modeladoras de comportamentos.

Uma pesquisa recente¹³ revela a importância da influência geracional dos papéis transmitidos pelos adultos de referência, nas condutas violentas promovidas pelos homens no espaço doméstico. De acordo com a pesquisa, 81% dos homens agressores, que participaram do levantamento, apanharam do pai, da mãe ou de algum outro adulto quando eram crianças, enquanto que quando levados em conta os homens não agressores esse número cai para 68%.

Butler (2012) ao dissertar sobre identidades de gênero, examina a construção discursiva da plausibilidade da relação binária entre os gêneros masculino e feminino, que apesar de reconhecer sua hegemonia, garantida por uma autonaturalização apta e bem sucedida, reconhece as possibilidades de ressignificações.

A manutenção das memórias de infância não representa uma mera recordação do passado. Nossas informantes, ao resgatarem suas memórias, reconstróem seu passado (Freud, 1987) de modo a ressignificá-lo, atualizando-o por meio do seu olhar e dos seus sentimentos no momento da entrevista.

Na verdade eu acho que eu, como mulher, a minha formação e toda a minha história de vida tiveram muita responsabilidade na condução do meu casamento. Eu ouvia as pessoas dizerem que na família ninguém dava certo no casamento. Eu vim de uma estrutura de vida que queira ou não queira eu via minha mãe como uma mulher submissa, embora conscientemente eu lutasse, tanto é que abandonei várias possibilidades de me casar, eu fugi de namorado, rompi com pessoas que eu gostava e sofri por esses rompimentos, justamente por não querer levar e não saber como processar isso que eu escolhi uma relação que perdurasse, sem precisar estar com formalizações, com vínculos de compromissos muitos legais e estruturados. (Frida, 55 anos).

¹³ Instituto Avon/Data Popular – Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Disponível em: <http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/pesquisa-avon-ipsos-2013.pdf>

Não adianta mais a gente ficar pensando ou dizendo que foi educada assim, a gente tem que modificar, não adianta ficar chorando pelo que passou. A gente tem que construir a partir de agora. Acho que esse negócio acomoda muito, acho que eu vi muito isso em minha mãe, “ah! por que eu fui educada assim”, e isso passou muito pra gente, por que a gente tem muito do pai e da mãe. (Clarice, 36 anos).

Os relatos coletados não se tratam de um passado congelado e cristalizado no tempo, a exemplo de uma imagem, eles falam [e gritam] de forma afetiva – percebida na manifestação de sentimentos concretizados por choros e sorrisos, representativos tanto de alegrias quanto de tristezas –. Assim, avivam as reverberações e significados de suas memórias no momento presente.

A história do matrimônio aponta questões de ordem patrimonial e financeira como uma justificativa plausível para as sociedades conjugais, este aspecto foi verbalizado por algumas das entrevistadas, uma parte razoável dos depoimentos revelou uma privilegiada condição social dos esposos, quando comparada a condição apresentada pelas nossas depoentes que fizeram parte desta pesquisa:

Pensei: puxa esse homem bem mais velho do que eu... mas quando conversamos eu mudei de ideia e já começamos a namorar ali. Em casa contei para minha mãe e até falei que achava que não ia dar certo por que ele era muito rico. (Anália, 42anos).

Claro que eu tinha esperança também das coisas mudarem, certamente, que se tivesse sido melhor eu não teria saído, agora, o que me segurou mais no casamento foi a questão financeira. (Carole, 43 anos).

[...] eu estava me estruturando para ter uma profissão, ter condições de sair do casamento, por que eu sabia que este seria um problema. (Diane, 50 anos).

Porém, algumas das entrevistadas também apresentaram condições socioeconômicas semelhantes e superiores aos dos seus cônjuges, alguns relatos revelaram casos em que era a mulher a principal responsável pela situação econômico-financeira do casal. Conforme citações abaixo:

Ele não assumia nada, não pagava nenhuma conta, não cuidava de nada, tudo era minha responsabilidade. (Frida, 55 anos).

[...] nossas origens foram as mesmas, nós tivemos uma diferença de idade, mas viemos de família de classe média, classe média mesmo, tanto eu quanto ele. Nós não tínhamos diferença nenhuma, a não ser diferença de idade que podia ser uma coisa contornada. (Virgínia, 61 anos).

Em detrimento da condição socioeconômica, os sentimentos negativos, sobre a experiência conjugal, apontados pelas entrevistadas, estão relacionados à indiferença e à falta de amor, sinalizando que este último constitui-se como condição necessária para a união conjugal que, ultrapassando o pretexto inicial para o casamento, o amor revela-se como fundamental para que o entendimento perdure ao longo da relação, essa perspectiva está implícita nas decisões das entrevistadas pelo divórcio.

A gente tinha brigas sérias. Muito séria, muita discussão por que a indiferença dele era terrível. Ele saía, se isolava, ficava na dele e se eu tivesse que sofrer ou chorasse, aí a revolta dele era terrível, aí a frieza dele dobrava. (Frida, 55 anos).

Ele era um tipo assim...turrão, como que só faltava dizer: “você não representa nada”. Na época do divórcio, o meu sentimento era de ódio, vontade de morrer e de matar. Me senti enganada, é como se tivesse me arrancado um pedaço. Eu nunca vi tanta frieza em um ser humano na minha vida, tanta indiferença de uma pessoa para com a outra, tanta desumanidade. (Anália, 42 anos).

Nós saíamos de férias com os meninos nos últimos tempos. Eram viagens que às vezes a gente ia e voltava sem ter nenhum contato um com o outro. Tamanha era a frieza dele. (Rosiska, 50 anos).

Mesmo após o rompimento da relação conjugal permeada pela violência, algumas entrevistadas preservaram suas idealizações conjugais sobre o amor, e na maioria das vezes, delegando ao fenômeno da violência um caráter idiossincrático.

Ele saia cedo para o trabalho e ao meio dia já voltava de cara fechada e aí fluía uma coisa dele mesmo, tudo era motivo... Eu hoje fico pensando assim, eu não sei o que acontecia com ele, acho que era uma coisa meio doente. Se não fosse por isso poderíamos ter dado certo. (Rosiska, 50 anos).

Eu acho que toda pessoa precisa ter uma relação, eu acho que a gente também precisa construir essa relação, quando é uma relação saudável, quando a relação é doente e com problema, eu acho melhor para o nosso lado psicológico, físico e tal e para as crianças, eu acho melhor existir uma separação. (Judith, 44 anos).

Tais evidências apontam que a produção de sentido está igualmente associada à identidade pessoal e social (Giddens,1993) que, por meio da relação conjugal, é possível adquirir um estatuto que sinaliza a pertença do sujeito a um grupo social (dos adultos, dos casados, das mulheres, das mães), cumprindo, assim, aspectos importantes da vida social.

Se eu lhe disser o que eu penso do casamento você não vai acreditar, mas pra mim ele é a melhor coisa que tem para a mulher, apesar do meu ter sido

daquela forma. Hoje, eu na minha faixa etária... para a jovem não, mas na minha faixa etária é a melhor coisa que tem. É bom estar casada, é bom ter uma pessoa do lado, é essencial. (Carole, 43 anos).

Ah... tem casamento que é bom né! Tem casamento que é ótimo. Eu acho que casamento é importante na vida da pessoa. Não é porque eu sofri no casamento, que eu acho que as pessoas não devem casar mais. É importante constituir uma família, a minha família mesmo é muito importante pra mim. (Suely, 59 anos).

Como dimensão do conceito de conjugalidade, a vertente afetiva inclui e transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Com efeito, além da produção de sentido existencial e dos efeitos identitários já referidos, os componentes afetivos inscritos na maternidade assumem um grande relevo. Muitas vezes, é o bem-estar afetivo das crianças que tende a estar no centro da vida familiar, fomentando a dimensão estatutária destinada à parentalidade, em detrimento do investimento na relação afetiva conjugal.

O nosso casamento foi mantido só de aparência. Eu era a mãe dos meus filhos, esperei crescer, por que quando eu pedi o desquite ele falou que só dava se ele ficasse com os filhos e eu não queria abrir mão dos meus filhos, eles estavam muito pequenos, e ele iria judiar dos meus filhos, então eu fui empurrando com a barriga. (Simone, 62 anos).

Apesar de tudo, eu até agradeço por este meu casamento, você sabe por que? Por causa dos meus filhos... (Choro) são ótimos. Nunca me deram trabalho, são maravilhosos, então, eu penso assim, Oh! Meu Senhor, o Senhor foi tão bom pra mim. Eu sofri muito com o marido, mas eu não sofri com filho. Eu agradeço muito a Deus por isso. (Suely, 59 anos).

Os relatos também apontaram a identificação do casamento como fonte produtora de realidade, tanto no sentido simbólico, num devir-casada, como também no sentido das condições materiais. Diferente das motivações para as escolhas conjugais, nos referimos às condições de possibilidade construídas a partir da vivência conjugal, que produz uma situação nova em termos das condições materiais de existência – através, por exemplo, da partilha de recursos e despesas – como sucede frequentemente quando se geram filhos e, com eles, novas relações afetivas. Ora, esse aspecto de criação, em sentido literal e metafórico, aponta para uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: a sua dinâmica própria. É que a realidade nova que é criada – vida em conjunto, relações familiares, filhos – não só interpela os atores no sentido identitário, como cria um sistema específico de possibilidades e limites de ação.

[...] como eu fiz uma opção consciente pela gravidez, eu tinha responsabilidade e não queria deixar os filhos com outras pessoas. Quer

dizer, conscientemente, ao ter os filhos eu abri mão do lazer, essa coisa do lado prazeroso de sair, da vida social, eu abri mão conscientemente, por que este era o tempo que eu ia dar para os meus filhos. [...] diante de tantas responsabilidades, diante de tantos afazeres e compromissos, eu não tinha cabeça pra continuar aquela pessoa sexualmente disponível a qualquer momento do dia. (Frida, 55 anos).

Acho que o problema maior é a questão da família, dos filhos, a questão econômica, por exemplo, não pesou muito não, pesou mais a própria organização da casa, 18 anos, os filhos, uma coisa que foi muito relevante foi o fato da minha filha mais nova ser excepcional e ela era muito apaixonada pelo pai, ele também por ela, isso pra mim foi muito difícil, foi um enfrentamento. Mas também quando eu resolvi, eu falei não, eu tenho que deixar essas coisas, a presença marcante do dia-a-dia, as coisas que fazem parte da hora do almoço, o cheiro do travesseiro, essas coisas... acho que mesmo dentro desse contexto que você não está mais se sentindo bem, que você está querendo sair, mais são coisas que dificultam a saída. (Diane, 50 anos).

É importante ressaltar que, nas sociedades contemporâneas, a realidade da vida conjugal tem apresentado uma dinâmica de mudança extremamente acelerada. As conquistas femininas têm avançado muito nas garantias da autonomia e da emancipação da mulher, este fenômeno reverbera nas relações afetivas estabelecidas pelas mulheres contemporâneas. Portanto, as definições valorativas do que é considerado comportamento adequado perante o casamento mudaram significativamente, tanto para o universo feminino quanto para o masculino.

As entrevistas analisadas neste estudo foram realizadas há quase uma década atrás, sendo que a maioria das participantes pertence a uma faixa etária superior aos 40 anos de idade. Portanto, casaram-se numa época em que a união era considerada compromisso para a vida inteira, e o divórcio uma dolorosa exceção.

[...] eu fui a primeira mulher desta cidade, de um nível social de destaque, a casar com um homem desquitado. Então era um escândalo, não existia casamento civil para os desquitados, não existia divórcio, eu casei no Consulado da Bolívia, no Rio de Janeiro. Foi um escândalo para a época, tanto para as Igreja protestante, a qual eu faço parte, quanto para a sociedade em geral. (Maria, 61 anos).

Depois eu passei a preencher as fichas dos hotéis como viúva e rejeitar o divorciada, por que também a gente era mal vista. Eu via que existe um preconceito contra as mulheres divorciadas ou desquitadas. (Simone, 62 anos).

Eu não sei bem porque suportei aquela situação toda, talvez por não querer mais ser chamada de mulher separada, sozinha, de ter que assinar novamente aquele papel no Fórum. (Anália, 42 anos).

Diante disso, o horizonte legítimo de realização pessoal para as mulheres era o da maternidade e mesmo que não se “condenasse”, em alguns casos, a existência de atividade profissional, os homens estavam, “por natureza”, mais afastados das responsabilidades familiares.

Um dia até lavava um prato, outro dia botava uma coisa ali, mas dizer que tinha compromisso, isso não tinha não, podia me ver esborrachando que ele ia se sentar ou deitar (Frida, 55 anos).

Ele era indiferente a tudo que se fizesse dentro de casa. Tanto que no início eu tinha muito gosto com a casa, mas depois eu percebi que fui perdendo o gosto com tudo. Ele não observava nada... (Anália, 42 anos).

Ele é altamente machista. Queria achar tudo na mão, se ele chegasse em casa e não encontrasse a roupa dele toda pronta, arrumada, ia ser uma loucura. Comida pronta? Ah! um dia ele quis me matar, eu estava fazendo especialização, pedi a moça para ajeitar tudo para eu fazer quando chegasse em casa. Aí quando eu cheguei umas 12:40, ele estava na porta me esperando e caiu em mim, dizendo que eu estava fazendo coisas que não davam dinheiro, que estudar não dava dinheiro e perguntou se eu não tinha responsabilidade, por ele estar até aquele momento sem comer. (Carole, 43 anos).

Ele nunca mudou uma fralda de um filho. Nem nunca fez nada em casa, de jeito nenhum, era machão. Logo que eu me casei e quando eu tive as duas primeiras filhas, que foi num espaço de onze meses, como eu não tinha empregada, às vezes o trabalho era demais, quando criava uma teiazinha de aranha na parede, ele fechava as janelas da casa para o povo não ver ele tirando as teias de aranha. (Suely, 59 anos).

Os últimos anos mudaram consideravelmente o horizonte perspectivo das relações matrimoniais. O divórcio passa a existir como realidade mais frequente, dando a possibilidade à mulher exposta a situações de violência, romper mais facilmente com este vínculo, evitando os longos anos de martírio e sofrimento revelados pela maioria das histórias apresentadas nesta pesquisa. Sobretudo para os setores sociais analisados neste estudo, que, normalmente apresentam uma conduta vanguardista nas mudanças e inovações relacionadas ao comportamento social.

Apesar do curto lapso de tempo entre a realidade histórica das nossas entrevistadas e o nosso momento atual, mudanças significativas ocorreram – no que diz respeito à participação da mulher no mercado de trabalho e seu acesso à educação, apesar de serem conquistas já realizadas para a grande maioria das nossas entrevistadas –, especialmente, aquelas relacionadas ao envolvimento dos homens nas tarefas domésticas e nas responsabilidades familiares, que são hoje, apesar da resistência de alguns, correntemente questionados.

Caso as entrevistas fossem realizadas com gerações posteriores às estudadas nesta pesquisa, provavelmente teríamos um perfil feminino diferente daqueles traçados neste trabalho. Porém, diante das atualizações publicadas sobre os dados relacionados à violência doméstica, é possível afirmar que, apesar das recentes mudanças conquistadas pelo universo feminino, a permanência da violência contra a mulher se mantém vigorosamente presente em nossa sociedade.

4.3 VIOLÊNCIA: O NÃO-DITO NO DISCURSO DAS MULHERES

A pós-modernidade, segundo alguns autores, está aí, instalada no seio de nossa sociedade, ela favorece e, de certo modo, fomenta os paradoxos e antagonismos em detrimento da hegemonia positivista de outrora. Porém, nessa sociedade pós-moderna, em que se admite a coexistência de vários modelos de gênero, diante dessa multiplicidade e dessa fragmentação, é possível perceber que algo ainda permanece, como uma herança, uma memória, um traço, uma estrutura, talvez.

Entre as condutas sociais adotadas frente às questões suscetíveis de comover a sociedade, a violência contra a mulher possui maior tolerância do que qualquer outro crime violento. Uma pesquisa realizada recentemente trata da percepção dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher, desenvolvida pelo Instituto Avon, em parceria com o Instituto Data Popular¹⁴, ela foi realizada em 50 municípios das cinco regiões do Brasil, esta pesquisa revela que mais da metade dos homens brasileiros, 56%, admitem ter tomado, em algum momento, atitudes que caracterizam violência contra a mulher.

O resultado mais surpreendente é que o maior índice de homens que se reconhecem como agressores, está justamente na classe social que mais omite e silencia a ocorrência deste fenômeno. 59% dos homens pertencentes à chamada classe alta responderam ter praticado alguma forma de violência contra a mulher, na classe média o índice foi de 55%, já a classe baixa registrou o menor índice (53%).

A pesquisa também mostrou que 52 milhões de brasileiros, mais de um quarto da população, conhecem pelo menos um homem que já agrediu a parceira de alguma forma. O mesmo levantamento detecta certos comportamentos de “machão” nos entrevistados do sexo masculino: 30% deles concordam, por exemplo, que homem não deve levar desaforo para

¹⁴ Instituto Avon/Data Popular – Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Disponível em: <<http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/pesquisa-avon-ipsos-2013.pdf>>.

casa. Além disso, 69% disseram ser inaceitável que uma mulher saia com amigos(as) sem o marido, e 85% não acham aceitável que elas fiquem bêbadas.

Outra pesquisa, intitulada Juventude Comportamento e DST/Aids¹⁵, mostra o alto grau de desinformação e preconceito de gênero, na população mais jovem, esta pesquisa revelou que pouco mais de quatro em cada dez jovens entre 18 e 29 anos concordam, total ou parcialmente, com a ideia de que mulheres que se vestem de forma insinuante não podem reclamar se sofrerem violência sexual, e aproximadamente 10% dos jovens são indiferentes a esse tipo de violência. Os dados ainda revelam que cerca de 9% dos entrevistados concordam, ou são indiferentes, ao fato de um homem agredir uma mulher porque ela não quis fazer sexo e pouco mais de 11% têm a mesma opinião com relação a homens que batem na companheira que o traiu.

Os preocupantes resultados desta pesquisa evidenciam como o machismo tem se atualizado, e o quanto ele está presente nas novas gerações, estes dados sinalizam que nossa sociedade sofreu um retrocesso conservador nos últimos anos, retroalimentando a velha máxima grega de colocar a mulher nos trilhos, de corrigi-la.

Dialogando com as ideias de Halbwachs (2006) e Pollak (1989) poder-se-ia compreender que esta forma de atualização dos comportamentos machistas, seria uma manifestação coletiva de memória. Os comportamentos sexistas dos jovens supõe a ampla utilização de forças sociais pela manutenção de uma memória, ou de certo tipo de memória, de modo que um jovem, individualmente, não é somente uma unidade, mas parte de um grupo de representações de ideais e expectativas que não são subterrâneas, mas que convivem junto a outras manifestações de superfície. Neste sentido, a opinião de nossos adolescentes é um legado, que está situado em um campo de disputa, fomentado historicamente, no qual memória e esquecimento também se estabelecem em relação à trajetória de outros grupos etários.

Reconhecendo o campo de forças em que a Memória do machismo se situa, para fazer emergir as subterrâneas memórias da emancipação feminina, é fundamental investir numa educação não sexista, que fomente o respeito à diversidade. Pois, a manutenção do machismo naturaliza a violência e promove o silêncio deste fenômeno em nossa sociedade.

¹⁵A pesquisa Juventude, Comportamento e DST/Aids, foi encomendada pela Caixa Seguros, aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília e feita com o acompanhamento da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (DST/Aids) e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.
<Disponível em: http://www.caixaseguros.com.br/CaixaSeguros/arquivos/pesquisa_juventude_aids.pdf>.

Apesar do discurso pós-moderno, de tolerância e convivência de vários modelos de gênero, estas pesquisas revelaram uma pequena amostra dos padrões contemporâneos de comportamento machista, principais responsáveis pela violência de gênero em nossa sociedade. Eles ditam comportamentos e atitudes que se encontram de forma muito presente nas condutas das novas gerações.

O machismo, cuja expressão mais extrema é a violência contra a mulher, possui raízes tão profundas em na cultura vigente que, mesmo com todo o histórico esforço dos movimentos sociais feministas, em alterar a memória oficial, na tentativa de que esta permita incorporar variantes, ou mesmo contradições sociais, marginalizadas, silenciadas e minoritárias, por meio do constante e ostensivo combate à opressão feminina e especialmente à violência contra a mulher, o padrão violento ainda se destaca, como uma norma silenciosa, que conduz as relações afetivas dos homens com as mulheres, nas sociedades ocidentais.

O casamento mudou mais nos últimos quarenta anos do que em todo o seu período de existência, graças aos movimentos sociais de emancipação feminina e à ousadia e coragem de algumas mulheres que flexibilizaram seu papel dentro do espaço conjugal, em detrimento das coações sofridas, como pontua Pinafi (2011, p. 269)

No caso das mulheres, elas devem corresponder aos padrões instituídos de feminilidade de seu contexto sócio-histórico-cultural, assim, quanto mais se afastarem desses papéis e expressões de gênero, maior será a discriminação, o controle, a estigmatização, a violência e a tentativa de reenquadramento que recairão sobre ela.

Apesar de reconhecer as grandes transformações ocorridas no matrimônio, detectar esse movimento de mudanças e permanências e problematizar o que existe de opressão silenciada e naturalizada nas relações, é um ato político e militante.

As histórias de vida não se constituem em narrativas ordenadas, lineares, com começo, meio e fim. Os sujeitos históricos não são monólitos de moral, mas seres humanos dotados de complexas dimensões e relações que estão ligadas aos contextos em que viveram e nos quais suas memórias foram construídas e reconstruídas. Como adverte Bourdieu (1998, p. 185),

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Particularmente, o interesse deste estudo está na forma em que a memória, quer como notoriedade quer como esquecimento, é construída ao longo do tempo, e no interior de diferentes grupos, pois é este movimento que permite ao passado legitimar o presente, em um processo de construção da memória que na maioria das vezes, se distancia da vigilância crítica e fidelidade ao passado. Nora (1993) traz o conceito de memória como afeto presente, que rompe como a lógica da cronologia histórica. Em suas palavras:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09)

A intenção, neste trabalho, foi revolver esta memória afetiva, encontrar relíquias, arriscar, tocar nas feridas, no indizível, por entender que os sujeitos investigados são verdadeiros arquivos vivos, com um riquíssimo repertório de informações, resultante de uma rede de heranças e marcas históricas que precisam ser desvendadas. Portanto, a nossa intenção de resgatar memórias subterrâneas é um movimento que se pretende político.

A dominação do pensamento autoritário/conservador dissemina que a única possibilidade de relação de gênero, está ancorada na supremacia masculina e, conseqüentemente, inferioridade e subordinação feminina. Segundo Silva (1992), nessa lógica de pensamento estão embutidas tanto a ideia de dominação masculina, como a possibilidade do uso da violência enquanto mecanismo de segurança e controle da organização social de gênero.

Esta forma de pensamento modela memórias e estruturam subjetividades que, mesmo sem a necessidade aparente de se submeterem a este padrão de controle, muitas mulheres, que já se desvencilharam das amarras do controle financeiro, em função de uma construção subjetiva de ordem social, se subjugam a uma forma de dominação mais sofisticada e sutil.

A palavra chave da minha vida, se você for ver tudo isso é medo, medo. E outra coisa, medo de perdê-lo. Eu não tinha medo de perder a situação financeira não, porque disto eu não precisava. A minha dependência era afetiva (Virgínia, 61 anos).

Tendo em vista que a violência sinaliza uma relação de poder, sua simples aparição denuncia uma falha no sistema de dominação, que necessita recorrer a atos violentos para se estabelecer. As relações de dominação não ocorrem sem resistências, diante da longa história de subordinação feminina, as mulheres desenvolveram estratégias sutis e camufladas de resistência pela sua histórica necessidade de dissimular e negociar para sobreviver às cotidianas manifestações de violência.

Eu nunca discuti. Quando eu começava a falar ele dizia: não quero conversar, não estou a fim de ouvir, esse assunto não me interessa. Eu comia muito depois dessas brigas e a única coisa que eu fazia que talvez ele não gostasse era que eu ia para a loja e não voltava para almoçar em casa. Eu também costumava ficar trabalhando na loja até bem tarde. Minha vingança era essa. (Anália, 42 anos).

Eu me vingava muito naquela parte do sexo né! Estou com dor de cabeça, estou com isso estou com aquilo, acho que era uma vingança porque eu sabia que ia incomodar. (Diane, 50 anos).

A vingança a que me referi era com comida, uma vez eu fiz uma moqueca e ele entrou em casa brigando, na hora que eu botei a tampa da panela eu não vi que tinha uma barata na tampa e a barata desceu e ficou lá na comida, eu estava com tanta raiva que, ao invés de jogar a comida fora eu o servi. Tirei a barata e servi. Outra vingança era quando ele chegava bêbado e eu o deixava caído detrás do vaso. (Teresa, 45 anos).

A convivência diária das mulheres com o seu agressor possibilita-lhes conhecer a personalidade e os comportamentos previsíveis do seu algoz, tal fato, permite que elas desenvolvam sua astúcia com vistas a planejar suas ações, evitar o embate ou partir para o ataque.

Agora não tem mais briga, eu percebi que se eu contrariar, aí ele briga, quer dizer, se eu falar o que eu penso, ou o que eu acho já é contraria ele, nesse caso eu posso estar cheia de razão, mas é motivo de briga... hoje eu finjo que não vejo as coisas para poder conviver. (Heleieth, 33 anos).

Eu não reagia. Isto não era porque eu sou boa, isto aí eu tinha medo. Era uma máscara que eu usava de boa, como se eu usasse pra ele sentir pena de mim, compreende? (Virgínia, 61 anos).

[...] quando existia agressão, a gente se agredia mutuamente. Eu não aceitava que ele me agredisse e aí a gente acabava saindo nos tapas, rolava pelo chão, era um horror. (Judith, 44 anos).

Diante das condições de possibilidade de reação da mulher à violência sofrida, as condutas femininas tendem a ser sutis e silenciosas. No entanto, como salienta Gregori (1993)

é o corpo da mulher que sofre maiores danos, tanto físicos quanto psicológicos. Ao serem questionadas sobre os efeitos das agressões sofridas, o medo aparece em todas as respostas, tanto como justificativa para o silêncio que mantém diante da violência sofrida, impedindo-as de procurar ajuda ou de romper com a relação afetiva, quanto nas sequelas físicas e psicológicas oriundas da paralisação promovidas pelo temor das ameaças.

Meu único problema é que ele é desequilibrado, eu fico com medo, pra me maltratar ele faz qualquer coisa, tudo que ele pensar que pode me maltratar, ele faz. (Clarice, 36 anos).

[...] eu achava os meninos pequenos, ele dizia que eu era dependente, e eu também achava que era dependente dele, e ficava assim sem tomar essa decisão com medo de não acertar fazer as coisas sozinha. (Mariza, 52 anos).

A resiliência foi outro fenômeno presente na fala das depoentes, especialmente para justificar o sigilo que conservavam, frente às adversidades enfrentadas na relação conjugal. O conceito de resiliência está relacionado à capacidade adaptativa e evolutiva, que alguns indivíduos ou grupos apresentam ao vivenciarem momentos de adversidade e sofrimento.

Os estudos sobre resiliência vêm sendo desenvolvidos desde a década de setenta, especialmente pela psicologia. Eles têm buscado compreender as circunstâncias nas quais as pessoas, sobretudo crianças e mulheres, que vivenciam situações de risco como a pobreza extrema, contextos sociais e emocionalmente adversos – como os de violência de gênero e étnico-racial – desenvolvem competências para enfrentar e superar sua condição, aqueles que são capazes de engendrar práticas de proteção e enfrentamento diante de sua vulnerabilidade, vêm sendo chamadas pela Organização panamericana de Saúde (OPS) de resilientes. Segundo Cáceres, Fontecilla e Kotliarenco (1997) as pessoas, dependendo do modo com reagem às adversidades as quais são submetidas, transitam entre a vulnerabilidade e a resiliência, necessariamente negociando sua sobrevivência.

Tudo o que veio depois eu enfrentei com tranquilidade, situações difíceis com as meninas, dificuldade no campo profissional de repente estar no meio da estrada e não poder voltar nem seguir viagem por que tinha caído barreira e não tinha como sair dali, por tudo isso, eu falo que ele me deu know-how pra viver, pode ser até uma coisa terrível, mas eu acho que o sofrimento me fez forte. Você apanha, leva porrada, mas é como uma onda do mar que lhe dá um caldo e você sai comendo areia, mais sai mais forte. (Simone, 62 anos).

Eu posso dizer que eu cheguei ao fundo do poço, no fundo do poço mesmo, emocionalmente, em todos os sentidos, eu fui lá pro chão. Eu não tinha tempo de me entregar, eu tinha que sobreviver, eu tinha dois filhos pra criar, eu tinha toda uma situação muito difícil dentro de casa. Eu não tinha tempo

de chorar, a minha atitude foi agir, trabalhar, fazer as coisas. (Clarice, 36 anos).

Depois de uma briga eu ficava muito magoada, ficava revoltada, com raiva, querendo arranjar um jeito de modificar aquela situação por que eu gostava muito dele. Eu queria arranjar um jeito de contornar aquela situação, modificar. (Judith, 44 anos).

A história tradicional da família traz em seu bojo o estereótipo de um organismo saudável, cujas engrenagens funcionam em perfeita harmonia. A exposição da intimidade familiar, ao longo da história, sempre teve um tom pejorativo. Confissões relacionadas às violências ocorridas dentro do espaço sacralizado do matrimônio foram, veementemente, abafadas por serem vergonhosos e vexatórios, constituindo-se os segredos familiares, sufocados pelas suas vítimas. Mason (1995, p.41) ao tratar dos segredos de família afirma que:

Enquanto crescíamos, muitos de nós viemos a crer que a palavra “segreto” tinha um significado negativo, enquanto aprendíamos sobre a verdade dolorosa envolvida no guardar segredos. Contudo, aprendemos que “direito à privacidade” de uma pessoa, amiúde, é a vitimização e a vergonha de outra. Armada com esta percepção, a cultura atual sanciona a revelação de nossos segredos.

Para Mason (1995), a relação entre segredo e vergonha, vinculada à questão da privacidade é difícil de discernir, pela dificuldade em mensurar o que pertence ao domínio do privado e o que cabe ao segredo, este último faz parte das relações familiares e está envolvido com sentimento de pertença. Em tais relações, algumas informações e acordos não podem ser explicitados, precisam manter-se escondidos em profundos silêncios cheios de significados e não raras vezes envolvendo violências e sofrimentos.

Para os outros ele mostrava uma normalidade fora do comum. Queria manter as aparências. (Judith, 44 anos).

[...] para manter a aparência, ele me respeitava diante dos outros, mas quando chegava em casa era outra coisa. (Suely, 59 anos).

Eu acho que nesta questão a mulher ainda tem muito pudor de se mostrar, de dizer, de enfrentar, eu digo em relação a mim mesma que avancei em tantos aspectos mas a questão da violência fica lá armazenada como uma prateleira da vida que a gente só fala para os mais íntimos ou às vezes nem fala. Em relação à violência ainda tem que ter mais delegacias, mais mulheres corajosas que denuncie, que fale, eu acho que isso aí a gente ainda esconde. (Maria, 61 anos).

A violência doméstica, e no caso deste estudo, a violência conjugal, por ocorrerem no âmbito privado e íntimo da família, fazem parte dos acordos familiares, estes estão permeados por tabus culturais que mobilizam toda a família a construir e/ou manter o segredo de sua história calando-se diante de eventos dolorosos e traumáticos.

A pior violência que eu acho que sofri é a violência “não dita”. É aquela pressão do dizer que você fez errado, que você não pode fazer errado, é aquele negócio de você ficar calada e ele censurando. Isso pra mim era uma grande violência. (Teresa, 45 nos).

Mason (1995) apresenta a vergonha como mantenedora dos segredos, governando as intenções familiares e suas relações mais amplas. A lealdade à família é mantida por regras que unem os membros familiares por meio da confusão e do caos. Neste sentido, a autora aponta que a estreita relação entre o silêncio diante de manifestações como a violência e a vergonha diante de tais ocorrências, levam muitos grupos familiares a cultivarem segredos em favor da lealdade às regras impostas no grupo, de forma a estabelecer um ciclo entre violência, vergonha e segredo.

E no início eu escondia essas coisas por que eu forcei a barra pra casar. A minha família não queria e eu forcei a barra pra casar, por isso que no início eu comecei a esconder, isso até o ponto em que eu comecei a aparecer com o olho roxo, e aí inventava desculpas, como muitas mulheres inventam: “eu bati na porta do guarda-roupa, caí, etc.”. Mas essas coisas foram começando a se tornar muito frequentes. (Judith, 44 anos).

As relações de gênero e poder permeiam os pactos secretos instituídos pelos grupos familiares, especialmente quando estão envolvidos conteúdos relacionados à violência doméstica, pois, na grande maioria dos casos, as vítimas pertencem ao universo feminino. O mito da estabilidade familiar faz com que muitas famílias silenciem numa tentativa de proteção, que muitas vezes conduz ao aprisionamento de suas vítimas.

Eu tenho horror a qualquer coisa relacionada a violência. Se ele gritava, eu calava a boca, eu ficava quieta no meu canto, eu não discutia. Tanto que minha sogra falava que eu era uma nora exemplar, porque meu marido podia dizer ou gritar o tanto que fosse e eu não respondia (Teresa, 45 anos).

Logo nas primeiras brigas eu procurava me defender, eu não ia ficar parada apanhando de um homem, me empurrando e fazendo o que quisesse. Não, eu lutava muito com ele pra me defender. Às vezes eu pensava assim: “vou arranhar a cara desse homem todinha, quando ele tiver em cima de mim”. Eu unhava, unhava a cara dele todinha pra ele ficar com vergonha no outro dia. Eu sei que vai ser feio pra mim, eu pensava, mas eu vou unhar pra ele ficar com vergonha que é pra ver se ele conserta. E eu fazia, no outro dia ele

ficava morrendo de vergonha e falava pra mim: “Pelo amor de Deus, você não fala que foi você que fez isso em mim não” “não fala que foi você não, eu prefiro que eles pensem que foi uma mulher na rua, do que você” (Suely, 59 anos).

O desejo de possuir uma família que se enquadre nos padrões tradicionais alimentados pelo ideário da estabilidade familiar pode ser um dos fatores que levam muitas mulheres, vítimas de violência a se silenciarem diante de sua dor. O vínculo familiar também gera graus variados de mútua dependência entre seus membros, este fato reforça os acordos e os pactos de silêncio entre os integrantes do grupo familiar.

Eu não era muito de ficar reclamando, falando, não. Eu deixava as coisas irem juntando e quando eu tinha vários assuntos para dizer eu chamava ele e dizia. Mas não era de toda hora estar falando. Eu ficava muito calada, porque fui criada assim, nunca vi discussão em casa, e também por causa dos filhos. Eu achava muito feio viver discutindo. (Tânia, 72 anos).

As reconciliações conjugais após as divergências e conflitos com episódios de violência, a fase de apaziguamento preconizada pelo ciclo da violência conjugal é plena de juras de amor, momento em que os laços afetivos parecem se intensificar e justificar toda a proposta de reconciliação, porém, para evitar críticas sociais no que concerne às atitudes do casal, muitos aspectos comportamentais dos cônjuges não são revelados e pelo desejo em restaurar a estabilidade familiar que o casal se une numa coalizão secreta para proteger a “integridade” da família.

[...] eu não podia guardar mágoa, porque eu ainda ficava com medo dele sair. Esse era o meu drama maior. Inclusive minha madrinha certa vez me disse: “Não fico em uma casa dessas, não fico de jeito nenhum”, tinha que fingir que estava tudo bem, ela achava que era um cinismo meu. Mas não era cinismo, eu estava em um condicionamento tão tamanho a tudo, aquele sofrimento já fazia parte do meu dia a dia. Eu tinha que aceitar tudo com medo de perdê-lo. (Virgínia, 61 anos).

Ao aceitar relatar sua história, a mulher consente em romper o isolamento e imergir em um processo de reflexão sobre o seu passado e presente. O movimento de romper com o silêncio da violência doméstica é uma das principais ferramentas de denúncia da violência e que colabora com a desmistificação do mito da família tradicional, ao dar visibilidade às famílias reais, errantes, estilhaçadas, lugares de afeto e ódio, solidariedade e violência (Saffioti, 1995).

Ah! Aí eu fiquei louca, fiquei doente, ninguém sabia o que era, eu não podia falar pra ninguém, tive sérios problemas de saúde, até hoje ninguém sabe, só você, nem o meu advogado não sabe. (Carole, 43 anos).

[...] eu não queria nem entrar muito em detalhes... (Choro). Eu me tornei um robô, eu era condicionada à vontade dele. E o que mais me oprime até hoje, que eu não me libertei, foi porque eu não reagia, por que eu não dava um grito, aquele grito que está entalado até hoje. Por que eu não dei esse grito, e no tempo certo, na época, no início? (Virgínia, 61 anos).

Entre as depoentes que fizeram parte deste estudo, poucas procuraram algum órgão de proteção à mulher para denunciarem a violência que sofreram. Só foi possível acessá-las, por meio das relações pessoais da pesquisadora, que garimpou seus sujeitos de pesquisa apelando para seus laços sociais de confiança e de amizade que conheciam casos de violência e os indicaram e intermediaram as entrevistas.

O registro dos seus depoimentos representa momento único de tirar do anonimato a memória de pessoas exploradas-dominadas ao longo de suas trajetórias e, portanto, historicamente silenciadas, no plano público, posto que, em não dispo de poder (na linha dos eixos fundamentais que estruturam a vida social: classe, gênero, raça/etnia) e em não estando,, tendencialmente, organizadas do ponto de vista político, essas memórias subterrâneas, expressam-se tão somente em estruturas informais de comunicação informal. (SAFFIOTI, 1995, p. 68).

Diante das entrevistas realizadas, ao buscar pistas que respondesse o porquê do silêncio diante da constante violência que sofriam, o que mais salta aos olhos é o medo, que transforma-se numa ditadura que as enclausura em sua dor e angústia.

[...] com tanta violência eu comecei a me revoltar, a me trancar. Eu vivia de tal maneira, que quando ele entrava dentro de casa eu me fechava. Eu tenho essa ruga de expressão no rosto, hoje não é mais de expressão, mas eu tenho ela desde nova. Eu me tranquei, é como se fosse uma porta tivesse se fechado dentro de mim. (Virgínia, 61 anos).

O silêncio passa por questões culturais. Muitas mulheres não denunciam porque têm medo de destruir sua família e seu relacionamento. O estereótipo cultural de servir ao homem, e do sexo como obrigação ainda está muito arraigado aos valores culturais vigentes, cabendo a elas suportar em prol da boa convivência familiar. Na maioria dos casos, o medo é decorrente das atitudes agressivas de seus cônjuges, em função dos seus sentimentos de ciúmes.

Eu criei um medo da violência, ele se trancava. Ele se trancava, não queria expressar e eu ficava: “meu Deus, porque?” Eu perguntava o que estava acontecendo, e ele dizia, nada, é muito problema, sempre se saía pela

tangente. Era muita indiferença ao meu sofrimento não sabe? Eu fui violentada de várias maneiras, em pequenos detalhes eu senti que fui violentada na minha dignidade. No fim eu fui me perdendo, me perdendo, e aí veio o medo depois, de perdê-lo, eu ficava assim....se eu o perdesse, então eu ficava perdida. (Virgínia, 61 anos).

Eu tinha que fazer tudo que eu não queria, tinha que cozinhar sem querer, fazer sexo sem querer, eu tinha que suportá-lo. Eu tinha que suportar tudo, porque minha mãe também dizia pra mim que a mulher tinha que ser submissa. Eu gostava dele, mas era aquele gostar de menino, de adolescente e não de responsabilidade que eu sinto hoje que existe. (Anália, 42 nos).

[...] as cenas de ciúme começaram já na lua de mel e isso foi terrível pra mim, por que de repente eu descobri que eu estava com um homem que não era nada daquele que eu conheci do namorinho proibido que eu só via escondido por poucos minutos, meia hora, por que era proibido o namoro. Nessa época, diante de tanta proibição eu acabei adquirindo complexos de inferioridade fortíssimos, eu andava na rua de olhos baixos por que ele não admitia que eu olhasse pra ninguém nem de carro, toda noite saía comigo para dar uma volta de carro, ia na casa de minha mãe, isso se tornou uma rotina, eu não podia olhar para os lados. Eu deixei de cumprimentar meus amigos de colégio, eu não podia sair nem para fazer minhas compras, ele comprava meu creme, minhas calças, o tecidos dos meus vestidos etc. (Maria, 61 anos).

Este dado chama a atenção por aproximar das discussões sobre o controle masculino da sexualidade feminina que, como pontua Giddens (1993, p. 11)

As sociedades modernas possuem uma história emocional secreta, mas prestes a ser completamente revelada. É uma história das buscas sexuais dos homens, mantidas separadas de suas identidades públicas. O controle sexual dos homens sobre as mulheres é muito mais que uma característica incidental da vida social moderna. À medida que esse controle começa a falhar, observamos mais claramente revelado o caráter compulsivo da sexualidade masculina – e este controle em declínio gera também um fluxo crescente de violência masculina sobre as mulheres. No momento, abriu-se um abismo emocional entre os sexos, e não se pode dizer com qualquer certeza quanto tempo ele levará a ser transposto.

Giddens (1993) afirma que a violência conjugal, por meio do controle sexual, torna-se presente quando a tentativa de dominação masculina é frustrada, ela aparece como possibilidade de resgatar o poder falocêntrico. Esse raciocínio nos leva a inferir que o aumento da violência contra a mulher está relacionado à sua resistência ao projeto de dominação masculina. Portanto, o silêncio, em muitos casos é mecanismo de defesa utilizado por muitas mulheres para evitar as ocorrências de violência que sofrem.

Eu não tinha outra alternativa, não discutia por medo. Chorava, e muito, muito. Eu só vivia chorando... (Virgínia, 61 anos).

Ele nem chegou a ser autuado por que eu não deixei, pois eu sabia que ia ser muito pior, ia acabar tudo de vez ali. Eu tinha medo de acabar o casamento. Eu nem falei em casa, ele só veio saber disso muito tempo depois, eu guardei a ocorrência. (Clarice, 36 anos).

Muitas das mulheres entrevistadas possuem visibilidade pública tanto pelo trabalho que desenvolvem, quando pela classe social a qual pertencem, estes fatores aumentam o receio de denunciarem as violências sofridas, um injusto sentimento de vergonha em expor suas mazelas e desconstruir sua imagem pública as inibem, favorecendo sua reincidência, pois a ausência da denúncia favorece a perpetuação e a repetição da violência contra a mulher.

Sem a possibilidade de verbalizar seu sofrimento em busca de ajuda para romper com a violência sofrida, o corpo é a única testemunha dos maus tratos e o único que anuncia seu sofrimento, por meio das somatizações e adoecimentos. Nos casos da violência doméstica, especialmente àquelas que são silenciadas, a saúde mental fica seriamente comprometida.

Isso tudo me deixou em conflito, tanto que com o casamento eu adquiri uma fobia que se manifestou alguns anos mais tarde, através de medos, medos e medos. (Maria, 61 anos).

Eu sentia tanto medo dele que eu não tinha coragem de respondê-lo. Eu só fazia chorar, eu era um poço de lágrimas. A minha primeira gravidez foi muito tumultuada, abortando, o meu médico dizia que não saber como o meu filho foi salvo, diante de tanto sofrimento. Quase perco esse filho. Medo, medo, só no falar eu já estou assim...(choro). Hoje eu sofro de distúrbio do pânico, e tomo remédio para isto. Mas era um medo tão tamanho que quando o portãozinho fazia o ruído, que eu sabia que ele estava chegando eu já estava tremando. Quando eu chegava e ele estava sentado na sala, eu já tinha medo. (Virgínia, 61 anos).

As mulheres violentadas fragilizam-se de maneira tão intensa que os estragos dos seus efeitos permanecem por anos, mesmo após o rompimento da relação afetiva promotora da violência. Quando não são suficientemente acolhidas, muitas destas mulheres não conseguem romper com o silêncio de sua dor, e sem a possibilidade de reelaborar as reminiscências de suas vivências traumáticas, este estado pode desencadear sérios distúrbios sexuais, afetivos, quadros depressivos, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu argumento que para conhecer a realidade, e então poder eventualmente mudá-la, é necessário abandonar as certezas, e aceitar a angústia, temporária, de uma incerteza crescente sobre o mundo; que a coragem de encarar o desconhecido é a condição da imaginação; e que a capacidade de imaginar um outro mundo é um elemento essencial da tentativa científica: que ela é indispensável à análise do presente...

Christine Delphy

Este trabalho ambicionou analisar o fenômeno da memória e do silêncio da violência nas relações conjugais, a partir de experiências vividas, algumas das quais ainda se sustentam, seja pelo não rompimento da relação conjugal, ou pela repetição da violência em novas relações afetivas estabelecidas. As histórias aqui investigadas são representativas de outras tantas histórias que se repetem, sem barreiras geográficas, econômicas, étnicas e raciais, pois, se encontram em seu pleno devir histórico.

Ao iniciar este trabalho, houve a necessidade de mergulhar na História do matrimônio das sociedades ocidentais. Por compreender que o ser humano não se rege a partir de comportamentos inatos, adquiridos gratuitamente pela sua herança genética, mas que, ao contrário, todo comportamento é modelado por uma cultura, tanto os mais naturais e automatizados, quanto àquelas que concebemos sujeitos uma identidade única.

Desde antes do nascimento, somos invadidos pelo passado. Somos herdeiros de um mosaico caótico de estruturas literárias, jurídicas, científica, religiosas, artísticas, técnicas, filosóficas, entre tantas outras que nos atravessa e nos compõe. Portanto, é por meio de tais estruturas que nos subjetivamos e que, ironicamente, nos tornamos único.

Apesar da existência de uma estrutura social que atravessa todos os membros de uma sociedade, sabemos que qualquer análise social representa um risco, especialmente aquelas de caráter subjetivo, por tratarem de realidades vivas, plurais e portanto, complexas e criativas que não podem ser reduzidas a classificações e tipologias. Qualquer análise desta natureza seria inútil, se desconsiderássemos a arte com que cada sujeito elabora suas memórias e suas heranças.

Por considerarmos que os seres humanos são construídos historicamente, buscamos compreender como as identidades das mulheres, dentro do espaço da conjugalidade, se

perfazem e refazem na trajetória de lutas, resistências, conformações, transgressões, derrotas, negociações e sujeições que compõem as vivências femininas e justificam o silêncio da violência que sofrem.

Nesse sentido, a pretensão desta pesquisa foi problematizar um tema que pouco aparece nos estudos acadêmicos e é invisível nos espaços de vivência social, por encontrar-se camuflado na naturalização dos papéis femininos e masculinos previstos para o matrimônio e alimentado pela sacralização da família.

Acreditamos no caráter multifacetado e dinâmico das relações entre os seres humanos, e no caso específico da conjugalidade, entendemos que as lutas, conflitos e estratégias estão em permanente processo de recriação das tramas afetivas e conjugais. Esta concepção torna possível vislumbrar transformações na gramática de gênero. Desse modo, nossa intenção foi dar voz ao “indizível” na tentativa de suscitar debates e reflexões que permita ao leitor desconfiar de suas certezas sociais, e quem sabe, colaborar para a construção de novos pontos de vista, que considere as discussões aqui desenvolvidas.

Por saber do caráter privado e do silêncio que envolve o nosso tema, este trabalho também se pretende político e social, na medida em que pode acessar mulheres que se identifique com o nosso objeto de pesquisa, justamente pela sua experiência de vida.

Assim, ao apresentarmos nossas reflexões sobre a violência conjugal, o nosso desejo é que este trabalho colabore na construção do mosaico interpretativo das múltiplas faces da violência conjugal e, para aquelas mulheres, que ainda estão sufocadas no silêncio de cada cena de violência, desejamos que desenvolvam o poder que trazem em si para resistir e transformar o seu cotidiano violento.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina; Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ACKERMAN, Diane. **Uma História Natural do Amor**. Trad. Terezinha Batista dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALVES, B. M. & PITANGUY, J. **O que é feminismo?** Coleção Primeiros Passos, 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

APOLODORO. Contra Neera [Demóstenes]59. Trad. Glória Onelley. 2. ed. Coimbra: IUC, 2012.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade:** velhas e novas configurações. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v.22, n. 2, Junho 2002.

ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos. 1981.

_____; BÉIJIN, André (Org.). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo, Brasiliense, 1985

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. 1994. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/biblioteca_virtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em: 01 de outubro 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2. ed. Editora Martins Fontes: São Paulo, 1999.

BORGES, M. L. **Amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. T. A. Queiroz: São Paulo, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**, 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOZON, M. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: Heilborn, M. L. **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminino e subversão da sexualidade**. Trad. Renato Aguiar, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CÁCERES, Irma; FONTECILLA, Marcelo; KOTLIARENCO, M. Angélica. **Estado de arte em resiliência**. Organización Panamericana de la Salud: Washington D. C., 1996.

CARVALHO, José. O amor no raciovitalismo de Ortega y Gasset”. **Anuário de Filosofia São João del-Rei**, n. 10, p.255-286, 2003.

CATONNÉ, Jean-Phillippe. **A sexualidade, ontem e hoje**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

CAVALCANTI, Ricardo. **A História Natural do Amor**. São Paulo: Editora Gente, 1995.

CFEMEA. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida**. Brasília: Câmara dos Deputados, Gabinete da Deputada Federal Alice Portugal, 2008

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do Silêncio: Mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

_____. **O preço do Silêncio: violência conjugal contra mulheres de camadas médias e alta**. 2004, 220f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CURADO, Ana Lúcia. **Introdução**. In: APOLODORO. *Contra Neera [Demóstenes]*59. Trad. Glória Onelley. 2. ed. Coimbra: IUC, 2012.

DADOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do “Homo Violens”**. Trad. Pilar Ferreira de Carvalho, Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Editora 34: São Paulo, 1999.

_____. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____; GUATTARI, F. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

DEL PRIORE, M. **História de Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

D’INCAO, Maria Ângela. O amor e a Separação. In: PORCHAT, Ieda(org.). **Amor, Casamento e Separação: A falência de um mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. O amor romântico e a família burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

DONZELOT, J. **A Política das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EISLER, Riane. **O prazer sagrado**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

FERNANDES, Álvaro Rebolças. **O poder nas relações conjugais: uma investigação fenomenológica sobre as relações de poder no casamento**. São Paulo: Annablume, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLACELIÈRE, Robert. **A vida cotidiana dos gregos no século de Péricles**: Livros do Brasil. Tradução: Virginia Motta, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Ditsetécrits. Édition Établie sous la direction de Daniel Defertet François Ewald**. Collaboration de Jacques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade do saber**. 21ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 13ª edição. São Paulo, 2010.

_____. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2008.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos Sonhos**. Trad. Walderedo Ismael de oliveira. 2.ed. Editora Imago: Rio de Janeiro, 1987.

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego, 1921. In: FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA, Leila Posenato *et al.* **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em 10 de Nov. 2013.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

GREGORI, Maria F. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

GUATTARI, Félix; Rolnik Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. Editora Cetauro: São Paulo, 2006.

HUNT, Morton M. **História Natural do Amor**. São Paulo: Ibrasa, 1963.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo. **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. 2011, 195f. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Editora Unicamp: Campinas, 2003.

LINS, Regina Navarro. **O livro do Amor: da Pré-História à Renascença**. Volume 1; Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

_____. **O livro do Amor: do Iluminismo à atualidade**. Volume 2; Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

MASON, M. J. Vergonha: Reservatório para os Segredos na Família. In: Imber-Black, E. (Org.) **Os segredos na Família e na Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MAY, Rollo. **Poder e inocência: uma análise das fontes de violência**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

MENDEZ, LuisBonino. **Micromachismos: La violencia invisible em La pareja**. Madri: Revista Cibeles2, Ayto de Madrid, 1998. Disponível em: <http://www.joaquimmontaner.net/Saco/dipity_mens/micromachismos_0.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2013.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: 1989.

MIGUEL, Laura Torres San; FERNÁNDEZ, Eva Antón. **Lo que vd. debe saber sobre: Violencia de gênero**. España: CajaEspaña, 2006.

MINAYO, M. C. S (Org.); Deslandes. S. F.; Gomes, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto alegre, v. 18, n.1, p.49-55, jan./abr. 2006.

NEVES, Ana S. A. AS mulheres e os discursos *genderizados* sobre o amor: a caminho do amor ‘confluyente’ ou o retorno ao mito do ‘amor romântico’? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n.3, p.609-627, set/dez. 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara AunKhoury. In: **Revista Projeto História**, nº 10. PUC-SP: São Paulo, 1993.

NOVO, H. **A dimensão ético-afetiva dos discursos sobre a violência**: implicações para o processo de convivência social. 1996. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência?** São Paulo: Brasiliense, 1986

OTRAMARI, Leandro C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, n.4, p. 669-677, out/dez. 2009.

PATMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Carlos Alberto **Messederet al.** Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PINAFI, Tânia et al. Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento. **Revista Bagoas**, p. 267-282, vol. 05, nº6. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. 1989.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro & Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUGEMENT, D. **História do Amor no Ocidente**. Trad. P. Brandi & E. B. Cachapuz. São Paulo: Ediouro, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. Coleção Polêmica, São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Texto Mimeo, São Paulo: 2001.

_____. **Violência doméstica**: do privado ao público. Presença da Mulher, São Paulo, p. 29-37, set. 1998.

_____. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1993.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

_____; **Conjugalidade e Violência: retratos em multicolor.** 1999, 280f. Tese (doutorado em ciências sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SIMMEL, G. **Filosofia do amor.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TANNAHILL, Reay. **O sexo na História.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

TORRES, Anália. Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 405-429, Set./Dez. 2004

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão.** 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

VENÂNCIO, Renato P. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012.** Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. CEBELA, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em: 01 dez. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012.** Caderno complementar: Homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WALKER, Leonor, **The Battered Woman.** Harper and Row Publishers, New York, 1979. In: CORDERO, MariádelRocío (trad.), “La Teoría del círculo de la violencia”. Disponível em: <webs.uvigo.es/pmayobre/06/arch/profesorado/feli/agredidas.doc>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WELZER-LANG, Daniel. **Les homes violens.** Paris: Lierre&Coudrier, 1991.

Anexo 1: Modelo de Entrevista

1- Dados Pessoais

Nome:	
Endereço:Bairro:	
Naturalidade:	
Data de Nascimento:	Idade
Trabalha: Sim() Não()	
Profissão:	Função que desempenha:
Endereço de Trabalho:	
Salário:	Renda Familiar:
Quantas pessoas vivem com esta renda?	
Morada:casa() apartamento()	Própria() aluguel() cedida()
Escolaridade:	
Situação Conjugal:casada () - separada () - viúva () - solteira () - outro () Consensual()	
litigiosa ()	
Nome do marido:	Idade:
Escolaridade:	
Profissão:	Salário:

2-Filhos

Nome dos Filhos	Idade dos Filhos	Sexo

3- Relação com a família de origem

Onde nasceram os seus pais?	
Seus pais sabiam ler e escrever? Sim () Não ()	
Qual a atividade que desenvolviam? Pai	Mãe
Quantos irmãos você têm ou teve?	
Como é a sua relação com sua família de origem?	
Como era a relação de seus pais?	

4 – Vida Adulta/ relação conjugal

Com quantos anos se casou? ()	E o parceiro ()
--------------------------------	------------------

O que o casamento significava para você na época em que casou?
O que mudou dessa forma de pensar, após o casamento?
Como você se relacionava com o seu parceiro?
Financeiramente:
Afetivamente:
Sexualmente:
Na educação dos Filhos:
Na divisão do trabalho:
Vocês costumavam fazer as refeições juntos?
Vocês costumavam sair juntos para se divertirem? Sim () Não () Com que frequência?
Como era o relacionamento do seu parceiro com os filhos?
Você era respeitada por seu parceiro:
Sexualmente?
Diante dos outros?
Diante dos Filhos?
Profissionalmente?
Ele a proibia de trabalhar fora?
E de estudar?
Ele criticava o que você falava?
Se afirmativo, em que circunstâncias?
Ele criticava suas ações?
Ele a humilhava diante de outras pessoas?
Ele a forçava a ter relações sexuais contra sua vontade?
Seu parceiro costumava criticar a roupa que você usava e a sua aparência?
Ele costumava lhe fazer elogios? Sim () Não ()
Fazia oposição a suas relações com a sua família e amigos?
Seu parceiro controlava suas finanças e a obrigava a dar-lhe detalhes das despesas?
Vocês costumavam se desentender? Sim () Não () Com que frequência
Qual ou quais os principais motivos de desentendimento?
Como você se comportava nestas ocasiões? Chorava () Discutia em pé de igualdade () Contava para sua família () Contava para a família dele () Ficava quieta, mas se vingava em outra oportunidade ()
E o seu parceiro? Não reagia () Xingava () Ficava violento e a agredia fisicamente () Ficava Furioso com os filhos () Ficava furioso com todo mundo () Saía para beber () Ficava sem falar ()
Você achava que por qualquer desentendimento a culpa era sempre sua?
O que mais a incomodava no comportamento do seu parceiro?
E o que mais o incomodava em seu comportamento?
Seu parceiro sentia ciúmes de você? Sim () Não ()
Se afirmativo, o que o fazia sentir ciúmes?
Ele alguma vez acusou-a de infidelidade? Sim () Não ()
Se afirmativo, qual (is) o (s) motivo (s)
Seu parceiro lhe era fiel?
Alguma vez você já desconfiou da fidelidade do seu parceiro? Sim () Não ()
Você averiguou?
Se afirmativo, em que circunstâncias?
Seu parceiro costumava sair sozinho para se divertir? Sim () Não ()
Você precisava da autorização do seu parceiro para sair? Sim () Não ()
Em caso de atraso para chegar em casa, seu parceiro a interrogava acerca de onde estava e com quem?

Alguma vez ele a ameaçou? Sim() Não ()

Se afirmativo, qual foi a razão?

Seu parceiro alguma vez ameaçou fazer mal a seu (s) filho (s), caso você o deixasse? Sim () Não ()

Qual (is) a(s) forma (s) de violência que o seu parceiro costumava fazer contra você?

Por algum motivo de desentendimento ele costumava destruir seus objetos pessoais? Sim () Não()

Se afirmativo, descreva as circunstâncias e quais os objetos que ele destruía?

5- Separação

Há quanto tempo se separou?

Idade em que se separou()

Idade do parceiro ()

Quanto tempo ficou casada com o seu marido?

Quanto tempo durou o seu processo de separação?

O que mais lhe dificultava tomar a decisão?

Qual (s) o principal (is) motivo (s) que levaram à separação?

De quem partiu a iniciativa da separação?

O que significou para você o processo de separação?

Como seu parceiro reagiu ao processo de separação?

Como foram seus primeiros dias após a separação?

-No sentido emocional:

-Nas relações com outras pessoas:

-Financeiramente:

Quem permaneceu morando na casa da família?

Como os seus filhos encararam essa decisão?

Com quem ficaram os filhos?

Qual foi a reação de sua família? Ajudou-a? () Tentou impedir a separação? ()

Você tirou alguma lição dessa decisão?

Teve união (ões) anteriores?

Quanto tempo durou cada uma?

Que comparações você faz entre seus companheiros?

6 - Situação Patrimonial

Como se deu a sua separação? Amigável() Litigiosa ()

Como foi resolvida a partilha dos bens?

Você se sentiu contemplada na divisão?

Como é hoje a sua relação com o pai de seus filhos?

7 - Situação atual

O que você pensa hoje do casamento?

Você voltou ou voltaria a se casar?

Qual a sua situação atual:

-No plano profissional:

-No plano afetivo:

-No plano financeiro:

-Na relação com os filhos:

8 - Vida Societária

Qual a sua forma de diversão preferida?

Frequência

Tensreligião, qual?

Freqüenta a igreja, quando, como?

Participa de algum tipo de associação, qual?

Participa da vida política da sua cidade?
